



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia

NATALIA LUCAS MESQUITA

GEOGRAFIA, GÊNERO E CONTRA-ESPAÇO:
mulheres no Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO - Brasil

GOIÂNIA/GO
2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

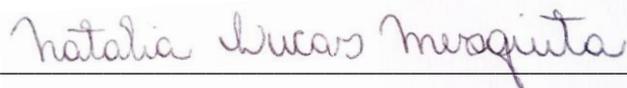
Nome completo do autor: Natalia Lucas Mesquita

Título do trabalho: GEOGRAFIA, GÊNERO E CONTRA-ESPAÇO: mulheres no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO - Brasil

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Data: 05 / 01 / 2017

Assinatura do (a) autor (a) ²

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

NATALIA LUCAS MESQUITA

GEOGRAFIA, GÊNERO E CONTRA-ESPAÇO:

mulheres no Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO - Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestra em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Socioespaciais

Orientador: Prof.º Dr.º Marcelo Rodrigues Mendonça

GOIÂNIA/GO

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

MESQUITA, Natalia Lucas
GEOGRAFIA, GÊNERO E CONTRA-ESPAÇO [manuscrito] :
Mulheres no Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO - Brasil /
Natalia Lucas MESQUITA. - 2016.
168 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues MENDONÇA.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto
de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Goiânia, 2016.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas,
lista de figuras, lista de tabelas.

1. Contra-espço. 2. Luta pela terra. 3. Mulheres camponesas. 4.
Assentamento Serra Dourada. 5. Goiás/GO. I. MENDONÇA, Marcelo
Rodrigues, orient. II. Título.

CDU 911.37



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE
Natália Lucas Mesquita**

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis (2016), a partir das 14:00 horas, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de **Natália Lucas Mesquita**, intitulada: "Geografia, Gênero e contra – espaço: o trabalho feminino no assentamento serra dourada – Goiás/GO, Brasil". A banca examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 104/2016 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: Prof. Dr. **Marcelo Rodrigues Mendonça** (Presidente), Prof. Dr. **Alecsandro José Prudêncio Ratts** (membro titular externo) e Profa. Dra. **Dinalva Donizete Ribeiro** (membro titular interno). Os examinadores arguiram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às 16h05 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo a candidata obtida os seguintes resultados:

Prof. Dr. **Marcelo Rodrigues Mendonça** (Presidente) – Ass. *Marcelo Mendonça*

Aprovada (X) Reprovada ()

Prof. Dr. **Alecsandro José Prudêncio Ratts** – Ass. *Alex Ratts*

Aprovada (X) Reprovada ()

Profa. Dra. **Dinalva Donizete Ribeiro** – Ass. *Dinalva Donizete Ribeiro*

Aprovada (H) Reprovada ()

Resultado final: Aprovada (X) Reprovada ()

Houve alteração no Título? Sim () Não ()

Em caso afirmativo, especifique o novo título: *Geografia / gênero e contra- espaço: mulheres no Assentamento Serra Dourada - Goiás / GO - Brasil*

Outras observações: _____

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria.....

*“À memória das mulheres
para quem
o medo foi mais forte
que a própria vida...”*

*Às que não gritam
e se tornam loucas*

*Às mulheres
que estão na luta,
porque venceram o medo.”
(Consuelo Lins)*

À minha mãe e ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

*Fica sempre um pouco de perfume
Nas mãos que oferecem rosas [...].
(Judith Junqueira)*

Uma pesquisa nunca é feita só. Seus resultados são frutos, sempre, de um trabalho coletivo e por isso é chegada a hora de agradecer a participação de cada uma e cada um, que tornaram possível seu desenvolvimento e conclusão, direta ou indiretamente.

Começo agradecendo às camponesas e aos camponeses do Assentamento Serra Dourada, por participarem das etapas dessa pesquisa; por terem reservado um tempo, no intenso dia-a-dia do trabalho na terra, para compartilharem suas experiências; por permitirem que adentrássemos e conhecêssemos uma pouco mais de suas vidas e de suas relações. Em especial, agradeço a D. Sueli, Sr. Manoel, Ana Cláudia, Nataniel e Samuel, família que me recebeu durante a fase de observação participante, por terem aberto as portas de suas casas para que pudéssemos entender melhor a vida no Assentamento; pelas longas conversas nos finais de tarde; pelos ensinamentos durante as limpezas dos canteiros, as caminhadas pelo lote, o preparo da comida; pelo alimento compartilhado e os corações abertos; pela reciprocidade.

À minha família. À minha mãe, meu pai e minha irmã que me permitiram escolher e por acreditarem, juntos comigo, na importância de se lutar para a realização dos planos que traçamos para nossas vidas. À minha mãe, Eliet, pelo incentivo e otimismo que iluminaram meus dias nublados e que nunca me deixaram desanimar. Ao meu pai, Marques, pelo apoio incondicional. À minha irmã, Paloma, pelo respeito, paciência e confiança. Agradeço, também, à minha tia Vani e ao meu tio Antônio, pelas portas de suas casas sempre abertas a me receber; pela preocupação; pelo cuidado e pelo apoio sem o qual cursar um mestrado longe de casa não seria possível. Ao meu avô Ordépio *in memoriam*, que nunca perdeu sua campesinidade apesar de longe da terra, pelos ensinamentos transmitidos a partir de suas mágicas e emocionantes histórias e estórias, que muito me inspiraram a entender o universo camponês e que nunca serão esquecidas.

“Se fui capaz de ver mais longe é porque estava de pé nos ombros de gigantes”, dizia Isaac Newton. Concordo com ele e por isso agradeço, imensamente, à professora Auristela Afonso da Costa, da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Cora Coralina, e ao professor Thiago Santanna, da Universidade Federal de Goiás, Regional de Goiás, pelo incentivo e por acreditarem em mim.

Ao meu orientador, professor Dr.º Marcelo Rodrigues Mendonça, pela oportunidade, pela orientação, pela paciência e, sobretudo, por ter aceitado o desenvolvimento dessa pesquisa.

À equipe da Secretaria do Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sociambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), bem como, à direção, pelo apoio e presteza. Às professoras e aos professores do Programa pelas contribuições ao desenvolvimento de meu pensamento geográfico. Agradeço, especialmente, ao professor Dr.º Adriano Rodrigues de Oliveira pelo acolhimento, pela generosidade com que me recebeu, pelo apoio, paciência e instrução em diversas situações no transcorrer desses dois anos e meio de mestrado.

À professora Dr.ª Dinalva Donizete Ribeiro e ao professor Dr.º Alex Ratts, pelas contribuições durante o exame de qualificação e por aceitarem integrar a banca de defesa dessa pesquisa. Ademais, agradeço a professora Dinalva pela oportunidade em pensar às questões agrárias no Brasil e a forma como a “monocultura da mente”, para lembrar Vandana Shiva, se apresenta em nosso discurso, a partir da participação em suas aulas de Sociologia Rural, do curso de Agronomia. Ao professor Alex Ratts pelas reflexões suscitadas durante a disciplina “Espaço, cultura e diferença: relações étnico-raciais, de gênero, sexualidade e práticas espaciais”, que resultaram nas discussões levantadas durante essa pesquisa.

À professora Dr.ª María Franco García, da Universidade Federal da Paraíba – integrante da rede do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) – pelas indicações de leituras durante nossos encontros em congressos, que foram essenciais para a condução e finalização dessa pesquisa.

Às companheiras e aos companheiros do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Espaciais (LABOTER/IESA/UFG), especialmente, à Lara, atual coordenadora do Laboter, Ludimila, Jéssica, Leila, Karine, Alice, Ernesto, João Pedro, Maurício e Ubirajara por tornarem essa caminhada mais amena; Sara, pelo apoio na construção dos mapas apresentados nessa pesquisa; Ângela Maria, que se tornou uma amiga a ser levada pela vida a fora, pelo incentivo, pelas palavras de otimismo e pelo apoio nos dias difíceis.

Às amigas e aos amigos do Grupo de Estudos sobre Trabalho e Território vinculado ao Grupo de Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU), especialmente, à Janãine e à Aline – inicialmente, minha orientadora acadêmica e orientadora de pesquisa, respectivamente, no Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) – pelo apoio e pelas muitas vezes que me ajudaram a pensar a direção e a escrita dessa pesquisa, pela abertura ao diálogo, por terem permitido minha aproximação e se transformado

em amigas, além de mestras; ao Thiago de Melo, ao André e ao Pedro – homens que somam na luta pela igualdade de gênero – pelo companheirismo.

À Kelly – amiga de turma do mestrado – e ao Weudiney – companheiro ainda da graduação – sempre dispostos a ir a campo comigo, agradeço, imensamente, a solidariedade e os momentos compartilhados. Ao João Paulo pela ajuda na procura de referências importantes para a pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de estudos por 23 meses.

A cada uma e a cada um que participaram, direta ou indiretamente, dessa pesquisa, muito obrigada!

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta.

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta.

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria.

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida
[...].

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

RESUMO

A Geografia é uma ciência que estuda o espaço (re)produzido a partir das relações sociais - dentre as quais as de gênero - estabelecidas no âmbito do trabalho social e conduzidas pelas demandas hegemônicas do capital. A concentração fundiária do município de Goiás/GO é um reflexo dessas demandas, representando a espacialização do capitalismo no Brasil e evidenciando as desigualdades inerentes desse sistema, por exemplo, ao impedir que parcela de camponesas e camponeses tivessem a possibilidade de se (re)produzirem social, cultural e economicamente, a partir do acesso a terra. Diante disso, essa classe se organizou em torno da luta pela terra reverberando na criação de vinte e três assentamentos rurais no município de Goiás/GO, dentre os quais o Assentamento Serra Dourada, território delimitado para essa pesquisa. Essa visa compreender a atuação das mulheres camponesas do Assentamento Serra Dourada na produção de contra-espacos. Para isso, os procedimentos metodológicos selecionados foram organizados em três etapas contínuas e concomitantes: revisão bibliográfica; levantamento de dados e informações; pesquisa de campo, com realização de entrevistas semiestruturadas, observação participante, mapeamento participativo e caminhada transversal. Foi possível observar que esse Assentamento se apresenta como uma contra hegemonia por ter possibilitado que as camponesas e os camponeses resgatassem seus modos de vida e produzissem contra-espacos, ou seja, espacos produzidos a partir de uma lógica contra-hegemônica, por meio da produção de hortaliças ou de outros alimentos para autoconsumo e comercialização; das relações de reciprocidade estabelecidas entre os membros do grupo familiar, destes com as outras e os outros e também com o Cerrado; das manifestações religiosas; ou, ainda, da organização familiar em torno do trabalho na terra. A organização do grupo familiar obedece a uma estrutura patriarcal em que o homem é responsável pelo direcionamento do trabalho, enquanto a mulher, as filhas e os filhos são subordinados a ele. As funções desempenhadas pelas mulheres no espaco produtivo são aquelas socialmente consideradas mais leves e que exigem maiores cuidados, em contraposição às dos homens. O lugar social ocupado por elas é, predominantemente, o reprodutivo. Percebemos um fortalecimento das mulheres do Assentamento no âmbito das relações familiares como, também, entre as camponesas e os camponeses com quem convivem, propiciado pela participação no cultivo e, posteriormente, na venda de seus produtos em feiras na cidade de Goiás/GO, pelo fornecimento a programas governamentais e pela participação em movimentos sociais. Todavia, não foi suficiente para que houvesse uma revisão das estruturas de poder do grupo familiar em razão de fatores como fragilidade de seus territórios no espaco público, invisibilidade do trabalho doméstico somado ao pensamento patriarcal/capitalista que considera o espaco reprodutivo como subordinado ao produtivo. Entendemos que a luta por igualdade de gênero está extremamente vinculada à luta de classes, em um sentido de complementaridade, e, portanto, deve ser considerada ao se pensar a ruptura com as amarras de uma ordem cujas relações capitalistas e patriarcais formam, juntas, um sistema que submete os membros de uma classe social, composta por mulheres e homens que sofrem juntas e juntos, mas, diferentemente, as situações de opressão.

Palavras-chave: Contra-espaco. Luta pela terra. Mulheres camponesas. Assentamento Serra Dourada. Goiás/GO.

ABSTRACT

Geography is a science that studies the (re)produced space from the social relations – like the gender ones – established in the scope of the social work and conducted for the hegemonic demands of the capital. The land concentration of the municipality of Goiás (state of Goiás, Brazil) is a result of these demands, representing the spatialization of the capitalism in Brazil and evidencing the inequalities of this system, for example, when preventing that a part of peasants would have the possibility of (re)produce themselves social, cultural and economically from the access to the land. Thus, this class united around the fight for the land, reverberating in the creation of twenty-three rural settlements in the municipality of Goiás, which the Serra Dourada Settlement is part and territory of this research. The research aims to understand the acting of peasant women of Serra Dourada Settlement in the production of contra-spaces. For this, the methodological procedures selected were organized in three continued and simultaneous steps: bibliographic review; information and data gathering; field research, with semi structured interviews, participating observation, participating mapping and transversal walking. It was possible to observe that this settlement present itself as a contra-hegemony for permitting the peasants to rescue their modes of life and produce contra-spaces, i.e., spaces produced from a contra-hegemonic logic, even for the way of the production of vegetables and other foods for self-consumption and commercialization; for the way of the reciprocity established between the members of the familiar group, of these ones and other ones also with the Cerrado; for the religious manifestations; or, also, for the family organization around the work in the land. The organization of the family group obeys a patriarchal structure which the man is responsible for the work directions, while women and children are subordinated to him. The functions made by women in the productive space are those considered socially lighter and require more cares in contraposition of the functions of men. The social place occupied by women is, mostly, the reproductive role. We realized a gain of strength of the women of the settlement in the scope of the family relations as well as between the peasants who they live together, propitiated by the participation in the cultivation and, posteriorly, selling of their products in fairs of the city of Goiás and for the supplying to governmental programs, through the participation in social movements. However, it was not enough to have a review of the power structures of the familiar group because of factors as fragility of their territories in the public space, invisibility of domestic work added to the patriarchal/capitalist thought which considers the reproductive space subordinated to the productive. We understand the fight for gender equality is extremely linked to the class struggle in a sense of complementarity, and, therefore, must be considered when we think about the rupture with the bonds of an order which the capitalists and patriarchal relations form, together, a system that submit the members of a social class composed by men and women who suffer together, but differently, the situations of oppression.

Keywords: Counter-space. Fight for the land. Peasant women. Serra Dourada Settlement. Municipality of Goiás (Goiás, Brazil).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Croqui do Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO.....	71
Figura 2 - Croqui da parcela de <i>Cláudia</i> e <i>José</i> no Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO	106
Figura 3 - Passos para o empoderamento das mulheres camponesas – Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO.....	137

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Cultivo de hortaliças no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015).....	90
Foto 2 - Bancas de camponesas e camponeses do Assentamento Serra Dourada na “Feira do Pequeno Agricultor” - 2016.....	93
Foto 3 - Bancas de camponeses do Assentamento Serra Dourada na “Feira Livre da cidade de Goiás” – 2016	93
Foto 4 - Árvores frutíferas em parcelas das famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015-2016).....	102
Foto 5 - Criação de galinhas e porcos no Assentamento Serra Dourada, em Goiás/GO (2015)	102
Foto 6 - Produção de feijão no Assentamento Serra Dourada, em Goiás/GO (2015)	102
Foto 7 - Produção de fertilizantes naturais e biofertilizantes para adubação do solo no Assentamento Serra Dourada, em Goiás/GO: A- cama de frango; B- palha, carvão e cinza; C- recipiente utilizado para produção de biofertilizante	107
Foto 8 - Rio onde as famílias coletam água para consumo nas parcelas do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO	110
Foto 9 - Preparo do solo para plantio de alface na estufa – Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO.....	125
Foto 10 - Limpeza da horta: A- Retirada de plantas invasoras dos corredores das estufas; B- Retirada das plantas invasoras dos canteiros.....	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Criação de assentamentos rurais no município de Goiás/GO (1986-2014).....	63
Gráfico 2 - Formas de obtenção da parcela pelas famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015)	76
Gráfico 3 - Participação das famílias do Assentamento Serra Dourada em movimentos sociais de luta	76
Gráfico 4 - Motivo da ida das famílias para o Assentamento Serra Dourada – Goiás/ GO (2015)	81
Gráfico 5 - Origem das famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015).....	83
Gráfico 6 - Pontos positivos destacados pelas famílias do Assentamento Serra Dourada após o acesso a terra.....	84
Gráfico 7 - Famílias do Assentamento Serra Dourada que tiveram acesso ao PRONAF (2001 a 2015).....	86
Gráfico 8 - Valor (R\$) do PRONAF acessado pelas famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2001 a 2015).....	87
Gráfico 9 - Destinação do financiamento pelas famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2001 a 2015)	88
Gráfico 10 - Motivos que levaram Algumas famílias (46%) do Assentamento Serra Dourada a não acessarem o recurso do PRONAF (2001-2015).....	88
Gráfico 11 - Titulares das parcelas no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015)	89
Gráfico 12 - Outros financiamentos acessados pelas famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO	90
Gráfico 13 - Renda mensal bruta das famílias do Assentamento Serra Dourada resultante da comercialização de itens produzidos nas parcelas.....	98
Gráfico 14 - Gastos mensais das famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO - 2015	100

Gráfico 15 - Alimentos para autoconsumo produzidos pelas famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015).....	101
Gráfico 16 - Produtos utilizados na adubação do solo pelas famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO	107
Gráfico 17 - Produtos utilizados no controle de doenças e plantas e insetos invasores na produção de hortaliças no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO.....	108
Gráfico 18 - Quantidade de moradores por parcela no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015)	115
Gráfico 19 - Responsável pelo gerenciamento da renda familiar no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO	129
Gráfico 20 - Mulheres que possuem renda individual no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO.....	138
Gráfico 21 - Valor da renda mensal das mulheres do Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO.....	139
Gráfico 22 - Origem da renda das mulheres do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO	139

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do município de Goiás/GO	55
Mapa 2 - Distribuição dos assentamentos rurais no município de Goiás/GO	64
Mapa 3 - Localização do Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura Fundiária do município de Goiás, estado de Goiás e Brasil em 2003	54
Tabela 2 - Valores dos produtos pagos às famílias pelas/pelos comerciantes; e preços “de gôndola” (2016).....	93
Tabela 3 - Renda bruta da família observada obtida com venda de hortaliças na Feira Livre da cidade de Goiás/GO - 2016	99
Tabela 4 - Renda bruta da família observada, obtida com venda de hortaliças em mercados da cidade de Goiás/GO - 2016	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Assentamentos rurais criados no município de Goiás/GO (1986 – 2014).....	62
Quadro 2 - Período de chegada das famílias que compõem o Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015)	74
Quadro 3 - Calendário agrícola de produção de hortaliças de família do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO	91
Quadro 4 - Abastecimento de hortaliças em mercados da cidade de Goiás/GO (2015)	92
Quadro 5 - Produtos medicinais encontrados na parcela de <i>Cláudia e José</i> – Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO.....	103
Quadro 6 - Calendário agrícola de produtos destinados ao autoconsumo pelas famílias do Assentamento Serra Dourada - 2016	103
Quadro 7 - Etapas da produção de hortaliças no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVC	Acidente Vascular Cerebral
BCB	Banco Central do Brasil
CEASA	Centro de Abastecimento do Estado de Goiás
CEGeT	Centro de Estudos da Geografia do Trabalho
CNPq	Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COOPAR	Cooperativa de Pequenos Agricultores de Goiás e Região
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EFA	Escola Família Agrícola
EUA	Estados Unidos da América
FES	Formação Econômica e Social
GESPGÊNERO	Grupo de Pesquisa em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero
GETE	Grupo de Estudos Territoriais
GO	Goiás
IBG	Instituto Britânico de Geografia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LaGENTE	Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-raciais e Espacialidades
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCP	Movimento Camponês Popular
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEGPLAN	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFG	Universidade Federal de Goiás

UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
USP	Universidade de São Paulo
WGSG	Woman and Geography Study Group

SUMÁRIO

PALAVRAS INICIAIS.....	23
1 GEOGRAFIA, GÊNERO E CONTRA-ESPAÇO.....	30
1.1 Gênero, patriarcado e relações de poder.....	32
1.2 O desenvolvimento da ciência na modernidade e os impactos à abordagem das questões de gênero pela Geografia	38
1.2.1 desenvolvimento da ciência moderna e suas características.....	38
1.2.2 A Geografia e as abordagens das questões de Gênero.....	43
1.2.3 A incorporação das questões de Gênero na explicação do espaço geográfico: o ponto de partida da pesquisa	48
1.3 A influência das demandas do capital na (re)produção do espaço agrário brasileiro	51
2 DA LUTA PELA TERRA A CONQUISTA DO TERRITÓRIO DE VIDA: modos de vida no Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO	66
2.1 Assentamento Serra Dourada: da luta a conquista da terra	68
2.2 O viver e o produzir no Assentamento Serra Dourada	84
2.2.1 A luta pela permanência na terra	84
2.2.2 A produção de alimentos no Assentamento Serra Dourada	104
3 A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SERRA DOURADA - GOIÁS/GO: questões de gênero na produção de contra-espacos	112
3.1 A organização familiar camponesa em torno do trabalho na terra no Assentamento Serra Dourada	114
3.2 A constituição dos sujeitos sociais e a construção de gênero no Assentamento Serra Dourada	118
3.3 A divisão social/sexual do trabalho no Assentamento Serra Dourada	123
3.4 Os espaços femininos e masculinos no Assentamento Serra Dourada	130
3.5 Empoderamento feminino e luta de classes pelo fim do poder hegemônico do	

capital	134
(IN)CONCLUSÕES	144
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICES	156
ANEXOS	162

PALAVRAS INICIAIS

*Vive dentro de mim
A mulher roceira.
- Enxerto da terra,
Meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
[...]*

(Cora Coralina, todas as vidas)

Uma pesquisa, em sua essência, nunca é plenamente objetiva, livre de valores, neutra, como defende o método positivista. Tampouco, fala somente da realidade que se estuda. Ao contrário, fala do olhar de quem faz a pesquisa, das lentes de quem vê os sujeitos, seus modos de vida, suas relações e cosmovisões.

Este estudo representa a busca de se construir uma pesquisa no mesmo movimento de construção de uma pesquisadora e surge a partir de um esforço de ruptura com um pensamento linear, masculino, branco e eurocêntrico, que são, ainda, fundamentos de um discurso que define o pensamento social e a construção dos sujeitos no mundo ocidental.

Diante disso, inicio a discussão por expor as trajetórias dessa pesquisa como também as minhas, assumindo o risco de simplificar percursos que são mais “vivos e intensos fora das palavras escritas no papel” e deixar que a leitora e/ou o leitor inicie já se esforçando no desprendimento de seu pensamento dos padrões hegemônicos do capital que separam os sujeitos pesquisadores dos sujeitos pesquisados – como nos propomos também a fazer no decorrer dessa pesquisa.

O ingresso no curso de mestrado em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) – com orientação do professor Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça – representou – no ano de 2014 – um momento de contraposição às ordens instaladas e demandadas a mim, uma jovem camponesa que, recentemente, iniciara a expansão das fronteiras de seu mundo e de si mesma se, se considerar como Fernando Pessoa, que “somos do tamanho de nossos sonhos”.

O ingresso no Programa de Pós-graduação em Geografia do IESA se deu com a proposta de entender o modo de produção camponês em assentamentos rurais do município de Goiás/GO e sua relação com a agroecologia. Todavia, a essa temática faltava acrescentar algo que pudesse diferenciar a pesquisa do que já havia sido feito por diversas pesquisadoras e diversos pesquisadores (locais e regionais) e transpor fronteiras que considerava necessárias

diante do cenário sociopolítico e cultural do município e, também, das bases epistemológicas da Geografia.

Três semestres do Curso de Mestrado foram realizados em conciliação com o Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), promovido pela UFG – Regional Catalão, na modalidade Educação à Distância (EAD). A partir de reflexões suscitadas pelas disciplinas de “Gênero” e “Sexualidade e orientações sexuais” - do Curso de Especialização - em consonância com as disciplinas cursadas no Programa de Pós-graduação em Geografia do IESA, iniciei reflexões sobre o lugar social das mulheres camponesas em assentamentos rurais do município de Goiás/GO, de onde venho.

O município de Goiás/GO possui vinte três assentamentos rurais - a partir dos quais são produzidos contra-espacos² - resultantes da intensa luta pela terra na região que - iniciada na década de 1980 - buscou romper com as características fundiárias, altamente concentrada nas mãos das famílias herdeiras do coronelismo. Somado à força política dos coronéis, o processo de modernização da agricultura - apesar de não ser tão expressivo no município se comparado com as regiões sul e sudoeste do estado - intensificou ainda mais o monopólio das terras.

Observava – por vivenciar aquela realidade – que as mulheres estavam presentes em todos os processos de luta pela terra, participando das ocupações, dos acampamentos e de outras manifestações, como caminhadas, na cidade de Goiás/GO e em Goiânia, reuniões, ocupações de empresas públicas e privadas. Nos Assentamentos tornaram-se fundamentais – em minha percepção – para a permanência e a reprodução social de suas famílias, como, também, na legitimação do território camponês a partir da produção de uma expressiva diversidade de alimentos para autoconsumo e para a comercialização.

O Assentamento Serra Dourada, no município de Goiás/GO, é um indicativo desse fato. Esse Assentamento tem como principal atividade produtiva o cultivo de hortaliças, sendo as mulheres agentes essenciais na produção. Entre as famílias que não produziam hortaliças para o comércio, continuava havendo a produção de alimentos para autoconsumo nos quintais que são – social e culturalmente – um espaço feminino.

Apesar das mulheres serem protagonistas no processo de luta pela terra e também para a permanência das famílias no campo, percebia uma negligência pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores que, ao escreverem sobre as questões agrárias no Brasil, apagaram-nas da história ao usar o termo homem, em sentido genérico e universal. Afinal, onde estavam as

² Espacos produzidos a partir de uma ordem que não obedece à lógica hegemônica do capital.

mulheres nos movimentos de luta pela terra? Onde estavam elas nos assentamentos rurais, quando nele chegavam para desenvolver suas pesquisas? As mulheres os receberam da mesma forma que os homens e foram autorizadas, socialmente, a responder a todas as questões que fizeram, como eles? Elas se comportavam e vivenciavam os espaços tal como os homens?

Notei, como parte dessas mulheres, que a vivência do espaço por parte delas não era a mesma que a dos homens; que a forma de me comportar, bem como a forma de receber as pesquisadoras e os pesquisadores não era igual àquela que foi ensinada ao meu pai – camponês mais próximo de mim; que meus direitos e privilégios, bem como a forma como era tratada era diferente das dos meus amigos, sendo essa situação inerente de um contexto mais amplo em que eu estava inserida, não individualmente, mas coletivamente e como sujeito social integrante de uma classe.

Então o uso da palavra homem em sentido universal não cabia nas explicações das questões agrárias, não porque queria tratar na pesquisa de minha realidade individualmente – em uma espécie de narcisismo, mas da realidade de mulheres camponesas e homens camponeses que lutaram pela terra e conquistaram territórios de reprodução da vida.

Se as palavras que usamos expressam não somente nossas ideias, como também nossa posição política, entendo que a generalização das pessoas a partir da palavra homem e de todas as outras como substantivo masculino faz-nos legitimadores de uma ordem patriarcal e também capitalista – já que esses sistemas estão interconectados – colaborando para reforçar as estruturas de classes da sociedade, bem como as hierarquias que existem dentro de cada classe.

Foi assim que percebi que era necessário realizar modificações na perspectiva de análise do espaço (re)produzido pelas camponesas e pelos camponeses, na proposta da pesquisa, de modo a evidenciar que sua produção é permeada também por relações de gênero e de que a vivência do espaço é condicionada pela condição masculina ou feminina na sociedade ocidental e dentro do campesinato.

Os desdobramentos dessas adequações resultaram na pesquisa que agora apresento, intitulada “GEOGRAFIA, GÊNERO E CONTRA-ESPAÇO: o trabalho feminino no Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO - Brasil”. O objetivo é compreender a atuação da mulher na produção de contra-espacos, a partir das esferas fundantes do campesinato: terra, trabalho e família. Em específico pretendo entender o processo de criação do Assentamento Serra Dourada e a importância das mulheres na obtenção das parcelas; captar a forma como os contra-espacos são (re)produzidos a partir da organização do trabalho no Assentamento;

apreender as divisões sociais/sexuais do trabalho estabelecidas entre as camponesas e os camponeses, bem como, os papéis sociais assumidos pelas mulheres e; pensar o lugar social das mulheres camponesas no Assentamento e as estruturas de poder da unidade camponesa.

As questões direcionadoras dessa pesquisa foram: Como as camponesas e os camponeses conquistaram as parcelas no Assentamento Serra Dourada? Como foi a participação das mulheres? De que forma as camponesas e os camponeses produzem contra-espacos no Assentamento Serra Dourada? Considerando o espaco como produto do trabalho, como este é organizado no Assentamento? Há uma divisão social/sexual do trabalho? Qual o lugar social ocupado pelas mulheres camponesas do Assentamento e, diante disso, os papéis sociais assumidos por elas? A partir do processo de luta pela terra e o (re)enraizamento das mulheres e dos homens no território conquistado, houve uma modificação das estruturas de poder na unidade camponesa?

O território pesquisado é o Assentamento Serra Dourada, criado no ano de 1999 e localizado a oito quilômetros da cidade de Goiás/GO, delimitado pelos seguintes motivos: destaca-se na produção de hortaliças no município; tem a mulher como mão-de-obra fundamental para essa produção; localiza-se próximo da cidade de Goiás/GO, facilitando o acesso e o envolvimento com os sujeitos da pesquisa, que participam de feiras e outras atividades na cidade de Goiás/GO, diariamente.

Conforme destaca Turra Neto (2001, p. 06):

[...] o que se tem como resultado de uma pesquisa é fruto de um processo contingente e contextualizado de investigação, no qual são determinantes as opções do/a pesquisador/a. Os resultados seriam outros, se outras fossem as opções e os caminhos metodológicos percorridos.

Consciente disso, os caminhos trilhados no desenvolvimento dessa pesquisa teve como fonte primária de informação 87% das famílias camponesas (13 das 15 famílias) do Assentamento Serra Dourada, e como fontes secundárias o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Cooperativa de Pequenos Agricultores de Goiás e Região (COOPAR) e a Prefeitura Municipal de Goiás. Ainda usou-se: revisão bibliográfica; levantamento de dados; e trabalho de campo.

A etapa de revisão bibliográfica teve caráter contínuo, sendo pautada nas seguintes temáticas: relações de gênero; patriarcado; modernização do território goiano; movimentos de luta pela terra e reforma agrária; assentamentos rurais; luta de classes; espaco

e contra-espço; agroecologia. Por meio dessa etapa, não só foi possível obter suporte teórico para análise dos dados, como também delimitar, de forma mais precisa, a problemática da pesquisa. Já a etapa de levantamento de dados foi realizada nas páginas eletrônicas do IBGE, do INCRA e da CPT, e por meio de entrevistas com as famílias do Assentamento, com membros da CPT e da Prefeitura Municipal de Goiás.

A terceira etapa da pesquisa consistiu no trabalho de campo, importante ferramenta metodológica da Geografia e de outras ciências. Para Brandão (2007, p. 12) “[...] o trabalho de campo é uma vivência, ou seja, mais do que um puro ato científico [...]”. Ele acrescenta, referindo-se a pesquisa antropológica, mas que considero extensível à Geografia, que:

[...] a experiência de trabalho de campo tem uma dimensão muito intensa de subjetividade. Ou seja, ainda que o antropólogo possa se armar de toda uma intenção de objetividade, de obtenção, de produção de dados e informações, os mais objetivos, os mais reais [...] possíveis, de qualquer maneira, muito mais do que em outros casos, todo trabalho de produção de conhecimento aí se passa através de uma relação subjetiva. A pessoa que fala, fala para uma outra pessoa. Uma relação entre pessoas que tem uma dimensão social, e uma dimensão afetiva se estabelece. (BRANDÃO, 2007, p. 12)

É por meio do trabalho de campo que tive contato direto com os sujeitos da pesquisa. Nessa interação “[...] que é também negociação, empatia, antipatia, em campo, as opções metodológicas que empregamos fazem emergir certas informações, mas escondem outras [...]”. (TURRA NETO, 2011, p. 8). Diante dessa constatação, observada cotidianamente nos trabalhos de campo no Assentamento Serra Dourada, as fases dessa etapa foram modificadas para que houvesse uma adequação com a disponibilidade das famílias que, após risos ao descrever um dia na parcela, mostraram um cotidiano corrido; E também, com o intuito de buscar estratégias que possibilitassem uma maior aproximação das camponesas e dos camponeses. Diante disso, o trabalho de campo foi organizado tendo como base as estratégias do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e seguiram as seguintes fases: entrevistas semiestruturadas; caminhadas transversais³; mapeamento participativo e observação participante.

³ A caminhada transversal é uma técnica do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que consiste em percorrer uma determinada área acompanhada de um grupo composto por pessoas do local (SOUZA; PESSÔA, 2009). No caso dessa pesquisa, foram percorridos os locais de produção, bem como, os quintais de algumas das parcelas do Assentamento, acompanhada de um ou todos os moradores.

As entrevistas semiestruturadas (Apêndice A, B, C e D⁴) e caminhadas transversais foram realizadas com 13 famílias do Assentamento (87%, aproximadamente), entre os meses de março e setembro de 2015. Ademais, foram realizadas entrevistas com um membro da CPT que participou da fundação da Cooperativa de Pequenos Agricultores de Goiás e Região (COOPAR), com comerciantes da cidade de Goiás/GO que compram produtos de camponesas e camponeses do Assentamento e, ainda, com pessoas que frequentam as feiras da cidade de Goiás/GO e compram produtos das famílias pesquisadas por nós.

A observação participante permeou todas as etapas da pesquisa, sendo realizadas nos locais de comercialização das hortaliças na cidade de Goiás/GO (especialmente as feiras) e nos momentos das entrevistas e visitas de reconhecimento do Assentamento. Por fim, no mês de março de 2016, após o exame qualificação, por considerarmos necessário um aprofundamento dessa etapa, vivenciei o cotidiano de uma família do Assentamento - durante uma semana - sendo aí executada, também, a proposta de mapeamento participativo.

Os resultados da pesquisa estão estruturados em três seções. Na primeira, intitulada *Geografia, Gênero e Contra-espço*, foi abordado as características da ciência moderna e da Geografia como fatores que contribuem para a (não) abordagem das questões de gênero e também a produção de contra-espços no município de Goiás/GO. O objetivo foi refletir sobre como as desigualdades de gênero, a produção do conhecimento e a (re)produção do espaço se interligam ao atenderem às demandas capitalistas e tratar a necessidade de ruptura com essa lógica que manipula o entendimento e as explicações da realidade.

Na segunda, intitulada *Da luta pela terra a conquista do território de vida: modos de vida no Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO*, foi contemplado o processo de luta pela terra das famílias do Assentamento Serra Dourada e a sua criação, bem como, os modos de vidas das camponesas e dos camponeses que o constitui. O intuito foi proporcionar à leitora e/ou ao leitor a compreensão de como se deu o acesso a terra pelas famílias do Assentamento pesquisado e quais as estratégias de permanência nesse território, por entender que a partir desse contexto é possível perceber a atuação das mulheres na produção de contra-espço.

Por fim, na terceira, intitulada *A organização familiar camponesa no Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO: questões de gênero na produção de contra-espços*, foi abordada a organização familiar camponesa e a posição das mulheres nessa

⁴ Nesse apêndice constam os roteiros de entrevistas elaborados. Informamos que, apesar de haver roteiros, não ficamos presa a eles. Conforme observa Luna (1997, p. 1) “[...] encarar normas metodológicas como dogmas significa perder de vista as sutilezas e as mutações que a realidade estudada apresenta”.

estrutura, bem como, o lugar social ocupado por ela e sua atuação na produção de contra-espacos, a partir do trabalho que executam nas parcelas.

Entendo essa pesquisa relevante para a produção do conhecimento geográfico, à medida em que propõe refletir sobre como essa produção foi desenvolvida ao longo do tempo, bem como sobre as bases epistemológicas desse campo do conhecimento e das demais ciências a partir da modernidade. Além disso, é importante no confronto a uma estrutura de pensamento que tem em suas bases os padrões patriarcais e capitalistas, reflexos da organização da sociedade e da estrutura de classes. Ademais, possibilitou contemplar os sujeitos sociais em sua totalidade, percebendo a atuação das mulheres na produção de contra-espacos e das diferenças na vivência do mundo a partir das identidades de gênero.

GEOGRAFIA, GÊNERO E CONTRA-ESPAÇO

*Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.*

*Eu sou a fonte original de toda vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da cobertura de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado
e certeza tranqüila ao teu esforço.
Sou a razão de tua vida.*

*[...]
A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.*

*[...]
Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
do gado e da tulha.
Fartura teremos
e donos de sítio
felizes seremos.*

(Cora Coralina, O Cântico da Terra)

1 GEOGRAFIA, GÊNERO E CONTRA-ESPAÇO

A luta pela terra no Brasil simboliza a esperança de milhares de famílias que, historicamente, se encontraram, e muitas ainda se encontram, em condições marginais oriundas do arranjo espacial demandado pelo movimento do capitalismo, em qualquer de suas fases. A partir do acesso à terra, camponesas e camponeses se depararam com a possibilidade de viver com dignidade e se reproduzirem como uma classe que, mesmo inserida nas relações capitalistas, confronta os modos de vida e ideologias vendidos, como mercadorias, pelo pensamento hegemônico.

As mulheres camponesas estiveram e estão presentes em todo esse processo. Foram, e são ainda, parte fundamental no acesso a terra e na reprodução dos modos de vida camponeses. Apesar disso, são, frequentemente, apagadas das explicações sobre a questão agrária no Brasil, por estudiosas e por estudiosos que, consciente ou inconscientemente, homogeneízam as relações sociais dessa classe, bem como seus sujeitos, perdendo a dimensão do conflito e das relações de poder que existem também ali. Conforme destaca Engels (1984, p. 70-71), com quem concordamos “[...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”.

Apesar disso, entendemos que ainda muitas e muitos estranharão e questionarão a relevância da abordagem das questões de Gênero pela Geografia e na reflexão sobre as questões agrárias no Brasil. Mas, não seria o momento, por tudo que destacamos, de romper com essa prática e dar visibilidade para as mulheres? Se mulheres e homens vivenciam o mundo de forma diferenciada e acessam privilégios a partir de sua identidade de gênero, como observa García (2004), não estaríamos perdendo a dimensão da totalidade ao não considerar esse fato? Não estaríamos negligenciando a vivência do espaço e a plenitude das relações que permeiam sua (re)produção, ao generalizar as pessoas? Não estaríamos, por fim, reforçando o pensamento hegemônico do capital que naturaliza as desigualdades sociais e de gênero?

Acreditamos que é o momento de romper com esse discurso se quisermos perceber as amarras e armadilhas do capital que nos impede de avançar rumo a uma sociedade igualitária, cujos meios de produção pertençam a todas e a todos. Não negligenciamos, com isso, o fato de que é um grande desafio, já que nossos olhos veem o mundo a partir de lentes ofuscadas por valores e preconceitos e, sobretudo, pelas correntes ideológicas que seguimos, nunca neutras e apolíticas.

Mas o que nos impede de inserir as questões de gênero na análise das questões agrárias? Quais caminhos poderiam ser, possivelmente, seguidos para romper com esse discurso que apaga a dimensão do conflito dentro da própria classe? São esses os questionamentos que fundamentam esse capítulo e que procuraremos responder.

Esse traz uma discussão sobre a abordagem da temática gênero na Geografia e a relação dessa (não) abordagem com os fundamentos da ciência moderna. Também aborda a importância de se contrapor o modelo de ciência colonial e considerar as relações de gênero como fatores na (re)produção do espaço. Por fim, apresentamos o território dessa pesquisa e as (Re)Existências às demandas do sistema capitalista, visualizadas por nós, a partir da criação de contra-espços. O objetivo é refletir sobre como as desigualdades de gênero, a produção do conhecimento e (re)produção do espaço se interligam ao atenderem às demandas capitalistas e tratar a necessidade de ruptura com essa lógica que manipula o entendimento e as explicações da realidade espacial.

1.1 Gênero, patriarcado e relações de poder

O gênero interfere na forma como as pessoas experimentam o mundo e vivenciam os espaços (GARCÍA, 2004). Ao se pensar as mulheres e os homens na sociedade, percebemos a subordinação daquelas em relação a esses, o que pode ser entendido ao se considerar o patriarcado e suas estruturas de poder. Essa situação de desigualdade de gênero exige da ciência geográfica, o cuidado e a atenção ao discutir e explicar as relações sociais e a (re)produção do espaço sem, com isso, apagar as mulheres de suas abordagens. Apesar dessa demanda, notamos que as questões de gênero são ainda pouco enfocadas por geógrafas, geógrafos e outras e outros cientistas sociais, resultado da forma como a produção do conhecimento foi conduzida a partir da idade moderna.

Antes de falarmos dessas questões, por sua vez, é necessário situar a leitora e o leitor sobre o que entendemos por gênero e os fundamentos das desigualdades entre mulheres e homens, aspectos estes que devem ser contemplados pela Geografia, sendo este o assunto dessa Seção.

Com o desenvolvimento do naturalismo e a supremacia do método positivista, os argumentos encontrados pela ciência para justificar as assimetrias nas relações entre mulheres e homens estavam vinculados às características biológicas das pessoas. Assim, a mulher era incumbida de cuidar das filhas e dos filhos, como também da casa (espaço reprodutivo) por ser, socialmente, percebida como amorosa, atenciosa, além de ser ela quem procriava. Já o

homem era incumbido de prover a família, por ser, no contexto social, entendido como mais forte, hábil para lidar com as situações do espaço produtivo, como tomar decisões, etc.

Esses argumentos, reproduzidos ainda hoje, estão ligados ao naturalismo⁵ e seu método positivista do início da ciência moderna, sendo questionados a partir da década de 1960, com o desenvolvimento do conceito de gênero e as reafirmações sobre as identidades dos sujeitos enquanto produtos sociais. Assim, em contraposição à ordem natural assumida pelo discurso hegemônico, surgiu naquele período, uma preocupação com as desigualdades sociais existentes entre mulheres e homens (GROSSI, 2004; LOURO, 1997).

Segundo Grossi (2004), o surgimento da problemática “gênero” está vinculado a movimentos sociais de 1968, quando as mulheres que participavam deles perceberam que exerciam papéis secundários aos dos homens também nos espaços de luta. A partir desse momento, iniciou-se, principalmente por meio dos movimentos feministas e do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (*LGBT*), um questionamento das relações afetivo-sexuais no âmbito das relações íntimas do espaço privado⁶, que apresentam reflexos no campo acadêmico, dando início aos estudos sobre a condição da mulher (GROSSI, 2004). Com isso, “Militantes feministas participantes do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e ‘contaminando’ o seu fazer intelectual [...] com a paixão política. Surgem os *estudos da mulher*.” (LOURO, 1997, p. 16, grifos da autora).

Apesar dos avanços e da busca pela visibilidade feminina, “[...] permanece uma unidade *biológica* das mulheres, ou seja, a de que todas as mulheres independente de sua condição social, se reconhecem pela morfologia do sexo feminino [...]” (GROSSI, 2004, p. 3, *grifos da autora*). Essa percepção é aos poucos questionada a partir da elaboração do conceito de gênero, sendo uma das precursoras Simone de Beauvoir que, com seu livro “O segundo sexo”, ao abordar o gênero como uma construção social, confronta o determinismo biológico (GARCÍA, 2002). Conforme Beauvoir (1967, p. 9) “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualifica de feminino”.

O conceito de gênero, de acordo com Scott (1995), apareceu primeiro entre as feministas americanas que insistiam no caráter social das distinções baseadas no sexo.

⁵ O naturalismo é uma corrente do pensamento que considera as leis da natureza como as únicas passíveis de explicar a realidade.

⁶ Esse momento ficou conhecido como a segunda onda feminista, sendo a primeira caracterizada pelo sufrágio, uma luta das mulheres pelo direito ao voto.

Segunda a autora, a palavra gênero indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” e também sublinhava o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. Isso porque, “as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas, não nas diferenças biológicas [...], mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.” (LOURO, 1997, p. 22).

Conforme explica Grossi (2004) o conceito de gênero chegou até nós por meio de pesquisadoras norte-americanas que passaram a usar a categoria *gender* para falar das origens sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. Isso se deu de forma tímida já no final dos anos 1980, ganhando espaço posteriormente, por meio das feministas (LOURO, 1997).

Um dos aportes, segundo García (2002), que contribuiu, extraordinariamente, para o amadurecimento do conceito de gênero foi o artigo de Gayle Rubin, antropóloga feminista marxista, que propôs o conceito de “sistema sexo/gênero”, segundo o qual o sexo, ou diferença biológica, é estrutura básica na qual a sociedade, ao longo do tempo, tem colocado os mecanismos, socialmente definidos, das características de gênero.

Outra importante intelectual que contribuiu para o desenvolvimento do conceito, na década de 1980, foi à historiadora Joan Scott, a quem, conforme salienta García (2002), devemos a utilização do gênero enquanto categoria de análise dos fenômenos históricos e sociais, sendo por esse motivo, o conceito adotado nessa pesquisa. Segundo Scott (1995, p. 21, *grifos nossos*):

O núcleo essencial da definição [do conceito de gênero] baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o *gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos*, e o gênero é uma *forma primeira de significar as relações de poder*. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.

A autora, a partir de seu conceito, nos dá, pelo menos, duas dimensões para o entendimento da constituição da identidade feminina e masculina e, também, das relações entre homens e mulheres, primeiro ao afirmar o caráter social da construção do gênero e segundo ao focar o caráter de poder que o conceito assume. Além disso, é possível inferir que o gênero está circunscrito em um tempo/espaço, logo é mutável, transitório e histórico. A esse respeito Louro (1997, p.23) assinala:

Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. [...] O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem.

A autora adverte que a característica social e relacional do conceito não deve levar a pensá-lo como se referindo à construção de papéis masculinos e femininos, isso porque, os papéis, enquanto padrões ou regras estabelecidas pela sociedade são reflexos do que é considerado adequado e/ou inadequado para uma mulher ou um homem.

Assim sendo, ao se pesquisar as camponesas e os camponeses devemos considerá-las e considerá-los integrantes de uma classe, de uma raça, de uma religião, de uma idade. Nessa perspectiva, propomos, como sugere Louro (1997), entender gênero como constituinte da identidade dos sujeitos: “Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir [...] a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o.” (LOURO, 1997, p. 25, grifos da autora).

Considerando, portanto, que a constituição da identidade das mulheres e dos homens, camponesas e camponeses no caso dessa pesquisa, perpassam pela ordem social em que estão inseridos, é essencial entender a construção de gênero a partir de uma dimensão histórica que ultrapasse a simples descrição de seus papéis sociais e contemple as condições materiais e imateriais em que estão alicerçados.

Para tanto, entendemos necessária uma articulação entre o conceito de gênero e o conceito de patriarcado, isso porque, conforme assiná-la Saffioti (2015) ao justificar a importância da abordagem desse conceito, o patriarcado não se trata de uma relação privada, mas civil; dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; configura-se um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se; e, representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Muitas autoras e muitos autores advertem que o patriarcado chegou ao fim ou ainda, que esse conceito é limitado para o entendimento das relações de gênero. Rubin (1986, p. 105) ao abordar essa discussão, observa:

Muchas sociedades de Nueva Guinea [...] son perversamente opresivas para las mujeres, pero el poder de los hombres en esos grupos no se base en sus papeles de padres o patriarcas, sino en su masculinidade adulta colectiva, encarnada em cultos secretos, casas de humbres, guerra, redes de intercambio, conocimientos ritual y diversos procedimientos de iniciación. El patriarcado es una forma específica de dominación masculina, y el término debería limitarse al tipo de pastores nómadas como los del Antiguo Testamento de que proviene el término, o a grupos similares.

Apesar de cientes da necessidade de avanço conceitual na definição do patriarcado, entendemos importante permanecer com sua abordagem nessa pesquisa. Isso porque o patriarcado, como um sistema de organização social que privilegia os homens e subordina as mulheres (ALVES, 2015), não se limita ao direito paterno de que fala Rubin (1986), antes disso, perpassam ao direito sexual do homem sobre a mulher. Conforme Pateman (1993, p. 18) “o poder de um homem enquanto pai é posterior ao exercício do direito patriarcal de um homem (marido) sobre uma mulher (esposa)”.

Logo, ao se pensar a construção das identidades de gêneros a partir do patriarcado, devemos considerar não somente a submissão feminina em termos sociais, mas também, sexuais. Esses fatores são os desencadeadores dos padrões de identidade de gênero e, de modo mais específico, do lugar social ocupado pela mulher, desde o desenvolvimento e consolidação do sistema patriarcal. Apesar de esse sistema ter sua origem nas relações familiares, não se pode percebê-lo apenas na esfera reprodutiva, como assinala Morgante; Nader (2014, p. 3, *grifos das autoras*)

O uso de *patriarcado* enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais.

Sendo o patriarcado um fator de organização social que define o lugar das mulheres e dos homens na sociedade, bem como, os padrões a serem seguidos por elas e por eles, este contribui para a formação de suas identidades, influenciando, portanto, na sua constituição enquanto sujeitos sociais.

Embora sua origem esteja vinculada a família tradicional, entendemos o patriarcado como uma estrutura que ultrapassa o âmbito familiar e se adapta as relações que surgiram desde seu nascimento, continuando, portanto, “vivo” entre nós e, atualmente,

servindo ao poder hegemônico do capital que dele se apropriou. Conforme observa Matos (2009, p. 70):

O patriarcado está entronizado nas práticas sociais e mesmo sendo um sistema anterior ao capitalismo, é parte constitutiva de um macro-sistema, que reedifica as desigualdades de classe, gênero, raça e geração. O capitalismo não gerou o patriarcalismo, mas o capitalismo utiliza, alimenta e reforça na sua estrutura de relações desiguais de poder, fazendo-o parte de sua própria dinâmica.

O modo capitalista de produção, conforme assiná-la Saffioti (2013), não faz apenas explicitar os fatores que promovem a divisão da sociedade em classes. Ele, segundo a autora, lança mão da tradição para justificar a marginalização de setores da população, sendo assim que o sexo, fator selecionado, há muito, como fonte de inferiorização social das mulheres, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade capitalista na constituição das classes sociais. Desse modo, devemos pensar a construção social do gênero vinculada ao sistema patriarcal e também aos interesses do sistema capitalista, como assiná-la Santos; Oliveira (2010, p. 14):

Tomando o patriarcado como indissociável dos mecanismos de dominação-exploração do sistema capitalista, é, pois, impossível trabalhar as dimensões de gênero fora desse contexto. As relações desiguais de gênero se apresentam como objetivação atualizada do patriarcado, enquanto sistema que domina e oprime as mulheres.

O espaço, estudado pela Geografia, é produzido e reproduzido a partir dessa lógica e ao pensá-lo devemos considerar as dimensões objetivas e subjetivas da ordem social. Apesar disso, conforme já apontado, observamos que a Geografia é pouco permeável a essa abordagem. As questões de gênero ainda são pouco utilizadas pelas autoras e pelos autores dessa ciência, apesar dos notáveis avanços. Por quê?

Encontramos nas raízes explicativas das assimetrias de gênero as respostas para essa questão. Temos notado que o sistema patriarcal oferece condições ao fortalecimento do sistema capitalista, não só ao ser um fator de construção da identidade das pessoas e da hierarquização dos gêneros, como também ao influenciar a produção do conhecimento científico. A ciência moderna reproduziu o patriarcado, invisibilizando as mulheres, ao atender as demandas da burguesia. Essa discussão será tratada a seguir.

1.2 O desenvolvimento da ciência na modernidade e os impactos à abordagem das questões de gênero pela Geografia

1.2.1 desenvolvimento da ciência moderna e suas características

A ciência, tal como a conhecemos, apesar de resultado do conhecimento produzido desde a história antiga, tem como marco a Idade Moderna, com a consolidação do sistema capitalista e o desenvolvimento do Iluminismo. Essa foi desenvolvida de modo a fortalecer o pensamento hegemônico do capital e dar suporte ideológico na transição entre o feudalismo e o capitalismo e, ainda hoje, muitos campos são utilizados como veículos legitimadores da ideologia desse sistema. Conforme Saffioti (2013, p. 110):

A implantação do modo capitalista de produção envolve [...] dois fenômenos de grande importância e intimamente ligados. A secularização dos modos de conceber o mundo e de explicá-lo foi o correlato necessário da decomposição crescente do pensamento unitário vigente na época anterior, no qual o dogma representava papel preponderante. [...] O segundo fenômeno concomitante ao aparecimento da sociedade competitiva diz respeito à separação das perspectivas de pensamento das duas classes antagônicas. O afloramento à superfície da sociedade do fundamento econômico de sua divisão de classes sociais conduz ao estabelecimento de perspectivas de pensamento condicionadas pela posição dos indivíduos nesta estrutura classista.

Assim, começaremos essa seção, resgatando a afirmativa de Hissa (2002, p. 203) ao anunciar o início da ciência moderna:

O mundo moderno é iluminado pelo feitiço da ciência. A mágica, entretanto, transforma a promessa de liberdade em prisão, a unidade em fratura. O “pensar que faz progressos” - repleto do que é útil e prático, destituído do que é ético e crítico – faz o cárcere da liberdade e aquele a quem é prometida a luz torna-se Prometeu.

Prometeu é um personagem da mitologia grega que foi incumbido pelo deus Zeus de criar as mulheres e os homens. Prometeu, após essa criação, rouba o fogo, um poder inerente das deusas e dos deuses, e dá às mulheres e aos homens que se tornam superiores aos demais seres vivos. Zeus, ao perceber o que havia sido feito, retira o fogo dos seres criados por Prometeu, e ao ser, novamente, desobedecido, o pune, acorrentando-o no rochedo de Cáucaso, onde ficaria para sempre, tendo seu fígado dilacerado, diariamente, por uma ave.

Esse mito⁷ não se encerra com a prisão de Prometeu, todavia interromperemos a narrativa, que depois será retomada, por entendê-la suficiente para pensarmos sua relação com o produto da ciência moderna.

A ciência moderna foi anunciada pela corrente iluminista⁸ como a luz que iluminaria o mundo “das trevas” da Idade Média. Todavia o que se observa é que, como constituinte de uma nova ordem econômica, social e histórica, serviu aos interesses de uma classe hegemônica que se desenvolvia em consonância com essa corrente do pensamento, a classe burguesa, conforme já salientamos. Usando do discurso iluminista, foi proposta uma nova racionalidade e um modelo totalitário, que despreza as demais formas de saber, separando a ciência da arte, a ciência da religião, a ciência europeia das demais ciências etc., conforme observa Santos (1988, p. 48): “[...] a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas.”

Esse modelo de racionalidade, que se tornou universal a partir do processo de colonização, ocasionou uma opressão epistêmica exercida como uma forma de colonialidade (MIGNOLO, 2004). A colonialidade, conforme Quijano (2007, p. 93),

[...] es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia cotidiana y a escala social.

O autor explica que desde o século XVII, os principais centros hegemônicos do padrão mundial de poder, elaboraram e formalizaram um modo de produzir conhecimento que atendia as necessidades do capitalismo, tais como, a quantificação, a objetividade, etc. conforme diz (2007, p. 94, *grifos do autor*) “ese modo de conocimiento fue, por su carácter y por su origen eurocéntrico, denominado *racional*; fue impuesto y admitido em el conjunto del mundo capitalista como la única racionalidad válida y como emblema de la modernidad.” Assim, o grande problema da ciência moderna, conforme diagnostica Mignolo (2004, p. 670),

⁷ O mito de Prometeu tem diversas versões. Tentou-se nesse resumo destacar os trechos semelhantes entre elas.

⁸ O pensamento iluminista, conforme explica Mello e Donato (2011, p. 252-253) “[...] tem como fundamentos a crença no poder da razão humana de compreender nossa verdadeira natureza e de ser consciente de nossas circunstâncias. O homem, então, creía ser o detentor de seu próprio destino, formulando o racionalismo e contrariando as imposições de caráter religioso, sua “razão” divina de existir, e os privilégios dados à nobreza e ao clero – ainda predominantes à época (séculos XVII e XVIII).” O iluminismo nega os conhecimentos produzidos na idade média e quaisquer outras formas de conhecimento que não sejam adquiridos por meio do que considera ciência.

[...] emerge da forma como a “revolução científica” foi concebida. Ela foi concebida como um triunfo da modernidade na perspectiva da modernidade, uma autocelebração que correu em paralelo com a crença emergente na supremacia da “raça branca”. O problema estava na falta de consciência de que a celebração da revolução científica enquanto triunfo da humanidade negava ao resto da humanidade a capacidade de pensar. Isto é, o poder da humanidade ocultava, ao mesmo tempo, a colonialidade (do poder, do saber, do ser).

Para Santos (1988) o modelo totalitário de racionalidade é constituído a partir da revolução científica do século XVI, e desenvolvido nos séculos seguintes, principalmente no âmbito das ciências naturais. Somente no século XIX, com alguns prenúncios no século anterior, explica o autor, que este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais emergentes, sendo, a partir de então, perceptível um modelo global de racionalidade científica com fronteiras ostensivas e policiadas pelo método positivista, contra as demais formas de conhecimento.

Dentre as imposições dessa nova racionalidade estão a delimitação e a separação dos diversos campos do saber ou a fragmentação do saber e do conhecimento, e o conseqüente desmembramento da ciência em várias ciências que, a partir de então, iniciam a busca por autonomia (HISSA, 2002). Se por um lado esse movimento de divisão da ciência em diversos campos proporcionou uma especialização com expectativas de aprofundamento de saberes integrados, por outro, levou à produção de saberes fragmentados que se fazem insuficientes na leitura da realidade (HISSA, 2002). Nesse sentido,

A independência da disciplina científica funciona como uma ilusão provocada pelos paradigmas da ordem moderna. A especialização do trabalho científico emerge como um produto do desenvolvimento do saber moderno. A construção da autonomia e da liberdade, nesses termos, eminentemente disciplinar, assume o significado de edificação de fronteiras que apartam o conhecimento e limitam o potencial imaginativo e crítico dos indivíduos. (HISSA, 2002, p. 210)

Nesse contexto, Santos (1988, p. 64) reafirma:

Na ciência moderna o conhecimento avança pela especialização. O conhecimento é tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objeto sobre que incide. Nisso reside, aliás, o que hoje se reconhece ser o dilema básico da ciência moderna: o seu rigor aumenta na proporção direta da arbitrariedade com que espalha o real. Sendo um conhecimento disciplinar tende a ser um conhecimento disciplinado, isto é, segrega uma organização do saber orientada para policiar as fronteiras entre as disciplinas e reprimir os que as quiserem transpor.

As fronteiras junto ao menosprezo das diversas formas de conhecimento por meio da universalização da “racionalidade” são duas significativas características da ciência moderna, ou, das ciências modernas já que essa é dividida em diversos campos, em nossa reflexão. É diante desse contexto que a Geografia é sistematizada, já circunscrita por uma série de fronteiras, dentre as quais Hissa (2002) destaca: as interdisciplinares e as intradisciplinares. Elas podem ser visualizadas, respectivamente, na incessante discussão sobre seu objeto de estudo e na divisão dessa ciência em física e humana, dentre outras. Essas fronteiras, junto as perspectivas de uma ciência eurocêntrica, branca e masculina⁹, compartimenta e invisibiliza uma série de agentes das relações sociais, interessantes à Geografia (mas não só), dentre os quais as mulheres e as relações de gênero, o que prejudica um entendimento concreto da realidade. Conforme destaca Silva (2009a, p.60)

Qualquer ciência que tenha como foco de análise as relações humanas deve ter em conta que a humanidade não é uniforme e que a diferença entre homens e mulheres é uma das principais categorias de análise. Além disso, as relações de gênero permeiam todas as sociedades, apesar das diferenças espaciais e temporais.

Diante dessas demandas e das reivindicações dos movimentos feministas, recentemente, a discussão sobre mulheres e gênero tem sido incorporada ao pensamento geográfico, embora timidamente. Antes de adentrarmos nesse assunto, por sua vez, cabe entender que as reivindicações se deram, inicialmente, nos diversos campos do saber e são um indício do que Santos (1988) destaca como crise do paradigma dominante. De acordo com o autor, essa crise

[...] é o resultado interativo de uma pluralidade de condições. Distingo entre condições sociais e condições teóricas. [...] a identificação dos limites das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço do conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda. (SANTOS, 1988, p. 54)

⁹ Como se sabe o desenvolvimento da ciência moderna ocorre na Europa do período moderno, e, portanto, é delineada por um determinado tempo/espço. Além disso, é uma ciência feita por homens (no sentido de masculino) brancos. Cabe destacar, conforme Mignolo (2004), que os estudiosos não se dedicaram a uma forma de conhecer enquanto uma atividade masculina. Todavia, aconteceu que “[...] a forma universal de conhecer foi promovida, defendida e ampliada por um grupo de homens que viviam na Europa, estudavam nas universidades prestigiadas do seu tempo e aconteceu que eram, também, homens brancos, embora alguns deles fossem judeus.” (MIGNOLO, 2004, p. 684)

Segundo o autor, com essa crise observa-se o surgimento de um novo paradigma científico que ainda é apenas especulativo e elaborado a partir de uma síntese pessoal embebida na imaginação, em suas palavras. Diante disso, ele propõe o paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente:

Com esta designação quero significar que a natureza da revolução científica que atravessamos é estruturalmente diferente da que ocorreu no século XVI. Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente). (SANTOS, 1988, p. 60)

Esse paradigma é caracterizado pela superação das dicotomias entre ciências naturais e ciências sociais e a revalorização dos estudos humanísticos; resgate da dimensão de totalidade universal na produção do conhecimento; aceitação do caráter autobiográfico e auto referenciável da ciência; e, conversão do conhecimento científico em senso comum ou conhecimento de vida (SANTOS, 1988).

Por volta de 1970, segundo Mignolo (2004), é colocado dois desafios ao modelo da ciência moderna:

Um desses desafios teve origem nas “epistemologias feministas”, o outro nas “epistemologias etno-raciais”. Esta caracterização pressupõe que a epistemologia dominante ou hegemônica é “masculina/branca”, embora o nome que usa não seja esse, antes o de ciência neutra e objectiva e de conhecimento desinteressado. (MIGNOLO, 2004, p. 681)

As epistemologias feministas, enfocadas nessa pesquisa¹⁰, ainda segundo Mignolo (2004), contribuíram de maneira importante para descentralizar e memorizar pressupostos patriarcais da ciência ocidental e da revolução científica e suas consequências históricas, políticas, epistêmicas e éticas. Essa denominação “se deve ao seu nascimento como um movimento científico político de mulheres cientistas que acabaram por produzir novas formas de conceber a ciência como um conhecimento posicionado e situacional, e, portanto, embebido em relações de poder.” (SILVA, 2009a). Conforme Mignolo (2004, p. 685-686):

¹⁰ Cabe salientar que a não abordagem das epistemologias etno-raciais se dá em razão da necessidade de delimitação do assunto, nessa pesquisa. Apesar disso, reconhecemos sua relevância e sua interrelação ao tratarmos as questões de gênero, visto que, as identidades de gênero não são fixas e ao abordá-las devemos considerar o contexto sociocultural em que o indivíduo está posto. Não se é simplesmente, homem ou mulher, se é homem/mulher branco/a; homem/mulher indígena/negro/a; homem/mulher camponês/a, etc.

As significativas contribuições surgidas da perspectiva da “epistemologia feminista” acentuaram três dimensões complementares da ciência: a) a ciência moderna foi/é uma construção epistêmica a partir de uma perspectiva masculina; b) a “epistemologia masculina” tornou invisíveis outros tipos de conhecimento e outras perspectivas de compreensão que estão a emergir sob o rótulo de “epistemologia feminista”; e c) a epistemologia feminista contribui para desalojar o mito de que a ciência estaria purificada e vacinada contra a infecção da diferença sexual e da sexualidade.

A ciência moderna apresenta fragilidade naquilo que era entendido como sua fortaleza, embora pareça contraditório: as fronteiras, a racionalidade e o modelo totalitário. Apesar disso, muito há a se fazer na busca por superar esse modelo de ciência que persevera a custo da colonização do saber. Exemplo desse fato pode ser visto na Geografia, que como ressaltamos anteriormente, ainda dá pouca visibilidade aos temas que extrapolam os limites conceituais de seu campo de saber, impostos pelo paradigma da modernidade. Diante disso, na próxima Seção será discutido sobre a abordagem pela Geografia da temática gênero, considerando os avanços e as ausências diante do assunto.

1.2.2 A Geografia e as abordagens das questões de Gênero

A Geografia é uma ciência que tem como principal objeto de pesquisa o espaço, com enfoque para relações que permeiam sua (re)produção. O espaço, interessante a essa ciência, é produto da ação humana sobre o meio, ou seja, do trabalho social. Santos (2008) propõe entendê-lo como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que se modificam ou são incorporados à outros ao longo do tempo:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único onde a história se dá. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou realiza-se sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2008, p. 106)

Segundo o autor, os objetos que compõem o sistema não devem ser entendidos como coisas, visto que foram fabricados com fins determinados, ou, em suas palavras, para serem “a fábrica da ação”. Já as ações tem um caráter racional, ou seja, são planejadas e inerentes da capacidade teleológica do homem. Esses sistemas não provêm da atualidade, embora venham ganhando características peculiares nesse período, mas acompanha o homem

desde sua organização em sociedade, ainda na pré-história, sendo o espaço (re)produzido a partir daí.

Nesse sentido, conforme explica Moraes (1996), as formas do espaço são produtos históricos, sendo esse resultante da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a todo o momento, as relações sociais que lhe deram origem. Logo, “[...] por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias.” (MORAES, 1996, p. 16).

A (re)produção do espaço, portanto, é permeada por relações de classe, de gênero, étnico-raciais. Este contém tanto as relações sociais de reprodução quanto as de produção, conforme observa Lefebvre (2006, p. 57):

O espaço social contém [...] as relações sociais de reprodução, a saber, as relações biofisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as relações de produção, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Esses dois encadeamentos, produção e reprodução, não podem se separar: a divisão do trabalho repercute na família e aí se sustenta; inversamente, a organização familiar interfere na divisão do trabalho; todavia, o espaço social discerne essas atividades para “localizá-las”.

Diante disso, percebemos necessária a inclusão das relações de gênero na explicação da (re)produção do espaço. Conforme já ressaltamos, mulheres e homens vivenciam o mundo de forma diferenciada e participam do processo de trabalho a partir das funções específicas de cada gênero, sendo essas condições influenciadoras na (re)produção do espaço. Apesar disso, a Geografia é pouco permeável às temáticas que extrapolam seu campo tradicional de observação. Conforme explica Silva (2003), a tradição geográfica tem privilegiado aspectos visíveis do espaço, se apegando a dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, na busca por atingir a neutralidade científica na Geografia, o que relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, ao privilegiar os agentes e as paisagens hegemônicas fundadas na dominação masculina.

Essa omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social foi denunciada por geógrafas feministas por meio do esforço em incluir o gênero enquanto uma temática de estudos da geografia (SILVA, 2003), principalmente, a partir da década de 1980. Conforme observa André (1990, p. 334):

A partir de meados da década de [19]80, alguns geógrafos (geógrafas, na quase totalidade dos casos) alertam para a necessidade de incorporar na Geografia Humana a componente gênero, procurando evidenciar que a organização social e territorial engloba diferenças consideráveis entre homens e mulheres e que as relações entre ambos são um elemento estruturador importante da sociedade, não devendo ser entendidos apenas nas vertentes da privacidade, da intimidade ou da afetividade.

Silva (2009a) conta que nesse período foi observado uma incorporação, na Geografia, de categorias sociais como classe, gênero, raça e sexualidade, por meio de uma corrente denominada “Geografia feminista”. A Geografia feminista, segundo o coletivo de geógrafas *Woman and Geography Study Group* (WGSG) em uma de suas primeiras e mais importantes obras “*Geography and Gender*” (1984 *apud* SILVA, 2013, p. 108) é uma “[...] geografia que de forma explícita considera a estrutura de gênero da sociedade e assume um compromisso com o objetivo de atenuar a curto prazo as desigualdades baseadas no gênero e eliminá-las a longo prazo através da transformação/mudança social.”

Conforme estudos realizados por García (2004), na escala internacional, as produções de estudos sobre Geografia e Gênero tiveram início nos anos de 1980, no campo dos estudos geográficos urbanos. O primeiro trabalho na perspectiva de gênero foi feito pela geógrafa canadense *De Koninck* e tratava da distribuição de emprego feminino e masculino na região de Quebec. Segundo García (2004, p. 28) “[...] os estudos nesta fase inicial abordavam, sobretudo, a divisão sexual e espacial do trabalho e o seu impacto na vida, privada e pública, de mulheres e homens [...]”.¹¹

Apesar da importância dessas pesquisas, duas instituições abriram caminhos na Geografia para a corrente feminista, além de serem suportes para a sua expansão e amadurecimento teórico-metodológico, sendo: o coletivo de geógrafas *Woman and Geography Study Group* (WGSG), do Instituto Britânico de Geografia (IBG) e a Revista Anglo-Americana *Antípode* (GARCÍA, 2004).

Silva (2013), ao falar da incorporação da perspectiva feminista na Geografia, lembra os estudos de Zelinsky (1973), de Hanson e Monk (1982) e de Garcia Ramon (1989), e destaca que o objetivo dos primeiros estudos era dar visibilidade as mulheres, ou, como diz, metade da população até então ignorada pela Geografia.

No Brasil, conforme Silva (2013), a incorporação da perspectiva feminista é consequência do engajamento político feminista de geógrafas e geógrafos que se inspiram em

¹¹ De acordo com García (2004) o primeiro trabalho sob epígrafe feminista no espaço rural data de 1986 e foi publicado na Inglaterra no *Journal of Rural Studies*.

estudiosas e estudiosos da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA) que trabalhavam as questões socioespaciais a partir desse enfoque, desde a década de 1970.

Dentre as pioneiras na introdução das questões de gênero na Geografia brasileira, García (2004) destaca os trabalhos realizados pelas seguintes estudiosas: a professora da Universidade de São Paulo (USP) *Rosa Ester Rossini*, coordenadora do grupo de trabalho “A mulher como força de trabalho”; a professora da Universidade Federal do Pernambuco, *Marlene Maria da Silva*, orientada pela anterior e coordenadora do grupo “Mulher e Trabalho; *Sonia Calio*, com a tese “Relação de gênero na cidade. Uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana”; As professoras da Universidades Federais de Sergipe e de Goiás, respectivamente, *Maria Augusta Múndin Vargas* e *Maria Geralda de Almeida*, por meio de um estudo da construção da identidade da mulher trabalhadora rural sergipana e; *Terezinha Brumatti Carvalhal* e *Renata Cristiane Valenciano*, orientadas pelo professor Antônio Thomaz Junior, estas e este da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente.

Destacam-se, atualmente, também às pesquisas realizadas pela geógrafa professora *Maria Franco García*, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sobre Gênero e Trabalho na Geografia, além de *Joseli Maria da Silva* pesquisadora que atua na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde se dedica ao estudo de Gênero, sobretudo, na Geografia. Ademais, ressaltam-se as pesquisas desenvolvidas pela professora *Carmem Lúcia Costa* da Universidade Federal de Catalão, vinculada ao Grupo de Estudos Interdisciplinares de Gênero, Cultura e Trabalho (DIALOGUS/UFG/CNPq) sobre Gênero, trabalho, feminização e precarização do trabalho docente em Goiás, dentre outras temática.

Há que se destacar, ainda, as contribuições para incorporação das questões de gênero nas discussões geográficas do Centro de Estudos da Geografia do Trabalho (CEGeT), do departamento Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente; do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-raciais e Espacialidades (LaGENTE) do Instituto de Estudos Sociambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás, Campus Goiânia; do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM) da Universidade Federal de Goiás, Regional de Catalão; do Grupo de Pesquisa em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero (GESPGÊNERO) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); e, do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), dentre outros.

Observamos, a partir daí, uma expressiva expansão do número de estudos sobre gênero pela Geografia. Apesar disso, Silva (2009a), ao realizar um levantamento das

produções geográficas relacionadas com mulheres e gênero, por autoras e autores do Brasil, concluiu que as questões de gênero ainda não são tão interessantes à Geografia brasileira:

O levantamento realizado nos nove periódicos melhor qualificados pelo CNPq, Sistema Qualis, no período compreendido entre 1939 e 2008, aponta que temas relacionados com mulheres e gênero não compõem o interesse da geografia brasileira, pelo menos daquela que é considerada como de mais alta qualidade pelos órgãos institucionais que avaliam a produção científica do Brasil. Foram encontrados apenas cinco artigos, e entre eles, curiosamente, figuram autorias masculinas. (SILVA, 2009a, p. 65)

Diante dessas constatações, rememorando a discussão iniciada anteriormente, questionamos: Por que as questões de gênero não se constituem uma temática interessante à Geografia?

Como sabemos,

O saber científico é uma criação humana, marcado por um espaço/tempo, a Europa do período moderno, que promoveu a acumulação da riqueza material e uma forma particular de concepção do mundo que se tornou universal e hegemônica, anulando a emergência de saberes plurais e de sujeitos que não se enquadraram no protagonismo do conhecimento eurocentrado e masculino. (SILVA, 2009a, p. 55-56)

Desse modo, compreender as ausências e silêncios diante de temas como o de gênero na Geografia é reconhecer que essas características não são resultado do acaso (SILVA, 2009a), mas do contexto histórico e espacial em que essa ciência foi/é (re) produzida. No caso da geografia brasileira,

[...] a ausência, analisada do ponto de vista estrutural, é derivada de algumas premissas históricas e elementos correlacionados aos quais o discurso científico da geografia brasileira está subordinado, a saber: a base eurocêntrica de constituição do saber; o apego à forma material do espaço, do qual emana a pretensa neutralidade; a permanência do sujeito genérico e universal, que invisibiliza os demais grupos sociais que não estão identificados com o protagonismo do homem, branco, ocidental, cristão. (SILVA, 2009a, p. 76)

Ainda, conforme já discutimos, a Geografia teve seu processo de sistematização vinculado ao projeto de modernidade e suas características positivistas de pensar o mundo e delimitar a cientificidade dos estudos. O saber geográfico produzido nesse contexto deveria ser neutro, objetivo, pautado em verdades científicas, o que marcou a Geografia como um saber moderno, eurocêntrico, masculino, branco e heterossexual (SILVA, 2009b).

Tendo isso em vista, incorporar a perspectiva feminista ao estudo geográfico e entender as ausências e silêncios que legitimam a ordem da ciência moderna que acorrentam “Prometeu no rochedo do Cáucaso”, pressupõe que se tenha consciência das relações de poder que envolvem o conhecimento geográfico e outros saberes limitados pelo paradigma dominante. Conscientes disso, resta-nos responder: Como libertaremos “Prometeu do rochedo” ou, para sermos mais clara e claro, como construir uma Geografia que incorpore o gênero em sua produção e se liberte do tradicionalismo que a “cega”?

1.2.3 A incorporação das questões de Gênero na explicação do espaço geográfico: o ponto de partida da pesquisa

Essa Seção não pretende romper com o que vimos discutindo anteriormente, sendo organizada somente por questões didáticas a fim de que quem a leia compreenda as brechas visualizadas por nós, na estruturação da Geografia, decorrentes da modernidade, para introdução das questões de gênero na reflexão sobre a produção do espaço geográfico nessa pesquisa.

Para respondermos ao questionamento deixado, é necessário entendermos as características da Geografia na modernidade, que são o apego à forma material do espaço e a permanência do sujeito genérico e universal (o homem) como agente na produção do espaço, conforme aponta Silva (2009a). Sobre a preocupação com as formas materiais do espaço, a autora destaca que a

[...] ênfase naquilo que é evidente, facilmente explicativo e verificável tem gerado a falsa impressão da neutralidade espacial, já que as formas não evidenciam, em si, seus interesses e relações de poder. O que está marcado na paisagem em geral é resultado de grupos hegemônicos que reuniram poder suficiente para imprimir suas marcas de poder. (SILVA, 2009a, p. 80).

Com essa perspectiva de espaço como uma forma material, despreza-se o fato de que, segundo explica a autora (2009a, p. 80, *grifos nossos*), os “*grupos periféricos* das relações de poder em geral *vivem espacialidades que são fluídas e intermitentes* e que estão conectadas às paisagens hegemônicas mais permanentes, duráveis e de fácil expressão material”, e assim, ela continua (*idem*), “as abordagens de gênero, notadamente quando enfocadas as feminilidades, e a abordagem de transgêneros são comumente consideradas não espaciais, não geográficas e, portanto, fora do interesse da Geografia”. Segundo a autora,

[...] os referentes da forma concreta do espaço são muitas vezes incapazes de alcançar os arranjos imateriais, híbridos, flexíveis, múltiplos, plurais, tão típicos da ordem contemporânea. E essa característica alimenta mitos, limita a pesquisa e empobrece a capacidade de a geografia brasileira tornar a realidade atual compreensiva. (SILVA, 2009a, p. 80-81)

Nesse sentido, “a ausência da abordagem de gênero na geografia brasileira se dá muito mais pela limitação em problematizar fenômenos que não estejam expressos materialmente em formas concretas do que pela não-espacialidade da dimensão social das relações de gênero.” (SILVA, 2009a, p. 81). Precisamos, inicialmente, romper com essa estrutura do pensamento geográfico, para podermos desenvolver uma Geografia que se abra a diversidade do mundo e que elimine as fronteiras impostas pela modernidade.

Referente à abordagem pela Geografia do homem em sentido universal, concordamos com Silva (2009a), que é preciso romper com esse costume, afinal, as palavras que usamos não exprimem somente nossas ideias, mas, sobretudo, nossa posição política e epistemológica diante do conhecimento que (re) produzimos. García (2002) ao resgatar o diálogo entre *Humpty Dumpty* e Alice, em “Através do espelho”, colabora para essa reflexão:

- Quando *eu* uso uma palavra - falou Humpty Dumpty, num tom algo desdenhoso - essa palavra significa exatamente o que eu quero que signifique (...) nem mais nem menos.
- A questão é - falou Alice - se você pode fazer que as palavras signifiquem tantas coisas diferentes.
- A questão é - falou Humpty Dumpty - quem será o amo, isso é tudo.

Não estaríamos reproduzindo, como “amos”, um discurso hegemônico? As justificativas para o uso da palavra homem em sentido geral, bem como, da maioria das palavras como substantivo masculino, escondem uma ordem social e de produção do conhecimento pautadas em um pensamento cuja valorização do homem em detrimento da mulher é imperativa e sutilmente introjetada na construção de nossas subjetividades. Reproduzimos esse discurso como “amos” de um sistema perverso que controla o pensamento social. Conforme diz Silva (2009b)

Quem pesquisa deve duvidar das “verdades” que sustentam e dão guarida ao poder e deve também cometer heresias contra os cânones do discurso científico, praticando aquilo que Butler (2004) chama de “certas ofensas necessárias”, para transpor as formas de leitura do discurso geográfico. (SILVA, 2009b, p. 102)

Para tanto, comungamos com a afirmação de Alves (2015, p. 17-18) de que “[...] é necessário desenvolver uma pesquisa que saia da aparência do espaço, que não cumpra apenas

a parte descritiva, perceptiva ou ainda estatística, mas que consiga captar a essência das contradições [...]”. Logo, é muito mais um processo de retificação metodológica do que uma nova questão empírica (GARCÍA, 2004), já que se trata mais de enxergar a realidade e o espaço em sua totalidade de relações do que selecionar, exclusivamente, o universo feminino para as pesquisas, invisibilizando os homens, o que seria, novamente, um problema.

A ciência proveniente da modernidade vive um momento de crise, conforme observa Santos (1988), sendo um momento tanto de incertezas como de oportunidades, de acordo com Porto Gonçalves (2007, p. 375):

Vivemos um momento histórico da mesma natureza daquele que a Europa Ocidental viveu no Renascimento e no Século das Luzes. Trata-se de um tempo de inflexão, de bifurcação, diria Prigogine. Vivemos um período de mudança na ordem de significações; vivê-lo é viver uma circunstância de incertezas e, ao mesmo tempo, de oportunidades. A sensação é a de que nos foi tirado o chão de nossas referências; essa sensação de insegurança nos impele, com muita frequência, a nos apegar aos valores do passado que, de certa forma, nos oferecem um conforto, o conforto do que nos é familiar, posto que conhecido.

Estamos, portanto, diante de uma grande oportunidade de construir um conhecimento pautado no respeito e na valorização da diversidade e das pessoas e que, criticamente, entenda a realidade e as amarras do capital.

Retornamos, assim, a narrativa do mito de Prometeu, para concluir tal reflexão: Prometeu estava condenado a viver pela eternidade acorrentado ao rochedo e tendo seu fígado devorado, diariamente, conforme já descrito. A única condição para libertá-lo era sua substituição ou a quebra das correntes que o aprisionava e isso foi feito. Algumas narrativas do mito contam que Prometeu foi substituído por Quíron, que havia sido atingido por uma flecha sem possibilidade de cura de seu ferimento. Outras narram que as correntes que prendiam Prometeu no rochedo foram quebradas e ele retirado daquele castigo. Independente da versão, ele foi libertado, a partir da coragem das pessoas que não o queriam preso (e, portanto, de alguma forma defendiam uma nova ordem), o que nos provoca uma reflexão sobre nossa postura diante do conhecimento produzido nas “entranhas” de uma ciência eurocêntrica, branca e masculina, que torna as demais formas de conhecimento inferiores para a permanência de sua supremacia.

Percebemos, a necessidade de construir um novo caminho ou, como propõe Mignolo (2004, p. 678) muitos novos caminhos para romper com esse modelo de produção do conhecimento: “[...] não pode haver um caminho, uni-versal. Tem de haver muitos caminhos,

pluri-versais. E este é o futuro que pode ser alcançado a partir da perspectiva da colonialidade com a contribuição dada pela modernidade, mas não de modo inverso.”

Assim, nos colocamos, nessa pesquisa, frente ao desafio de produzir uma ciência crítica e que reconheça a totalidade das relações de produção e (re)produção do espaço, percebendo as amarras do “capital patriarcal”, se assim podemos dizer, nesse processo.

Ressaltamos, por sua vez, que somos conscientes dos limites e dificuldades, já que estamos em uma situação de confronto com um pensamento masculino, branco, eurocêntrico e cristão que nos foi imposto como a única forma de pensarmos a realidade. Diferente do Barão de Münchhausen que saiu do pântano puxando seus próprios cabelos, reconhecemos que o esforço em grupo poderá contribuir sobremaneira para a ruptura das correntes construídas pelo deus Zeus (que poderia, inclusive, ser uma deusa) que aprisionaram Prometeu.

1.3 A influência das demandas do capital na (re)produção do espaço agrário brasileiro

Buscamos até o momento, nesse capítulo, destacar a forma como o surgimento da ciência e a hierarquização de mulheres e homens estão vinculados ao sistema capitalista e patriarcal. Propomos, anteriormente, que é preciso reconhecer esses aspectos a fim de compreender a realidade e sua totalidade de relações para assim construir uma explicação para a (re)produção do espaço e o conhecimento geográfico que não estejam “amarrados” à ideologia capitalista e, por extensão, ao patriarcado.

Aqui, pretendemos refletir sobre como as demandas do sistema capitalista também influenciam a (re)produção do espaço e, ainda, pensar as resistências à organização espacial burguesa. Percebemos que a partir desse movimento contrário à ideologia do capital, expresso, por exemplo, nos movimentos sociais e em modos de vida diferentes dos estabelecidos pelo sistema capitalista, aliado a um entendimento pleno das relações sociais que permeiam a construção do que entendemos como contra-espço, é possível fortalecer a luta de classes, que deve ser também a luta por igualdade de gênero.

Essa pesquisa, cujo objetivo é compreender a atuação das mulheres camponesas na (re)produção do contra-espço, tem como foco as questões agrárias brasileiras e de modo mais específico, as goianas, que são resultantes de um processo histórico em que o espaço se tornou, crescentemente, direcionado pelas demandas espaciais burguesas.

Para compreendermos esses fatos, começamos por refletir sobre o espaço. Este, como resultado da ação humana, é determinado pelo modo de produção no qual a sociedade está organizada. Conforme explica Rossini (2009, p. 9)

[...] o espaço se constitui uma produção humana, sendo o seu processo de criação e transformação determinado pelo modo como os homens produzem sua existência, isto é, pelo modo de produção vigente. Mas como o modo de produção é apenas um elemento da totalidade, determinando-a e sendo por ela determinado, o processo de produção espacial deve ser analisado a partir dessa totalidade – ou seja, a categoria mais geral que é a formação econômica da sociedade.

Santos (1977) propõe a categoria de Formação Econômica e Social (FES) para a elaboração do que chama de uma teoria do espaço. Segundo explica, essa teoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades no seu quadro próprio e em relação às forças externas de onde lhes provêm impulso. Ele afirma que “a base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta.” (SANTOS, 1977, p. 82).

Considerando que a formação econômica atual é estabelecida pelo capitalismo, a categoria determinante da análise é o capital¹², conforme Rossini (2009). Desse modo, de acordo com a autora (2009, p. 10), “teremos uma produção espacial voltada para as exigências e necessidades do capital. Uma população que se produzirá e reproduzirá em função de suas leis e, conseqüentemente, um processo de apropriação que lhe será peculiar”.

Para pensar o espaço é preciso considerar os fatores que direcionaram sua (re) produção, a partir de uma dimensão histórica. Isso porque, sua atualidade

[...] é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social. (SANTOS, 2004, p. 14)

Massey (2015) propõe entender o espaço como uma multiplicidade discreta cujos elementos são impregnados de temporalidade. Segundo a autora, o espaço seria uma produção aberta contínua. Logo, tratá-lo a partir do presente e sem considerar sua contínua (re)produção nos faria perder a dimensão do movimento que o constrói, bem como, suas e seus agentes, que possuem espacialidades diferentes e, nem sempre, fixas.

¹² Capitalismo e capital, não são sinônimos. Enquanto o primeiro diz respeito a um modo de produção em que a sociedade se organiza, o segundo refere-se ao poder econômico onipotente da classe burguesa, como explica Mendonça (2004) embasado em Mészáros (2002). Conforme Mendonça (2004), o capitalismo é uma das mais importantes formas de realização do capital, que o antecede e - se não percebido e combatido seu poder de controle sociometabólico, historicamente determinado - o sucederá.

Tendo em vista que o capitalismo, sistema econômico atual, é que regula a (re)produção do espaço e o ordenamento espacial, devemos pensar o espaço agrário brasileiro desde o período colonial, com a chegada de um capitalismo ainda em sua fase comercial, que sedento por metais preciosos que financiaram a acumulação primitiva do capital, impõe uma nova ordem espacial que colabora para o desenvolvimento de uma estrutura fundiária altamente concentrada e que, ainda, perdura, como é o caso do município de Goiás/GO, espaço estudado nessa pesquisa.

No município de Goiás/GO, até a década de 1980 apenas 09 famílias (Cunha, Alencastro, Berquó, Costa, Godim, Caiado, Camargo, Machado e Oliveira) detinham juntas cerca de 23.010,37 ha das terras na região (SOUZA et. al., 2009), correspondendo a 8% da área territorial do município. Já em 2003, segundo os dados da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN/GO), baseada em dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), possuía a seguinte estrutura fundiária: as pequenas propriedades representavam 79,1% do total, ocupando 17,2% do território do município; as médias propriedades correspondiam a 16,1% do total e ocupavam 36,9% do território; e, as grandes propriedades representavam 4,8% do total, ocupando 45,9% das terras¹³.

Ao compararmos os índices fundiários do município com aqueles do Estado (Tabela 1), observamos que a concentração fundiária daquele equipara-se, apesar de uma pequena diferença, com a deste, visto que aquele possuía 83,8% de seu território distribuído em médias e grandes propriedades e este possuía 82,8%. As pequenas propriedades, em que se encontra a classe camponesa, estavam em 2003, em 17,2% no município de Goiás/GO e em 16,1% no Estado.

O mesmo foi constatado ao realizarmos a comparação da realidade do município com a do Brasil. Enquanto no município cada pequena propriedade representa, em média, 0,21% da área territorial, em termos nacionais cada pequena propriedade possui, em média, 0,30% da área territorial. Referente a médias e grandes propriedades, enquanto no Município representava 82,8% do território, no Brasil representava 71,5%. Nesse caso, por sua vez observa-se que menos propriedades (médias e grandes) abrangem maiores extensões em termos nacionais (cada propriedade concentra, em média, 9,79% da área territorial) do que no município de Goiás/GO (cada propriedade concentra, em média, 3,96% da área territorial).

¹³ A definição da pequena, média e grande propriedade segue a padronização do INCRA que se dá da seguinte forma: pequena propriedade - 0 a 4 módulos fiscais; média propriedade - 4,1 a 15 módulos fiscais; grande propriedade - mais de 15,1 módulos fiscais. Os módulos fiscais variam de acordo com cada Município, sendo que em Goiás/GO esse corresponde a 45 ha.

Tabela 1- Estrutura Fundiária do município de Goiás, estado de Goiás e Brasil em 2003

	Pequena propriedade		Média propriedade		Grande propriedade	
	Quant. (%)	Área (%)	Quant. (%)	Área (%)	Quant. (%)	Área (%)
Município de Goiás	79,1	17,2	16,1	36,9	4,8	45,9
Estado de Goiás	70,5	16,1	21,3	29,4	8,2	54,4
Brasil	92,5	28,4	6,6	36,4	0,7	35,1

Fonte: SEGPLAN, 2005; GIRARD, 2008. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

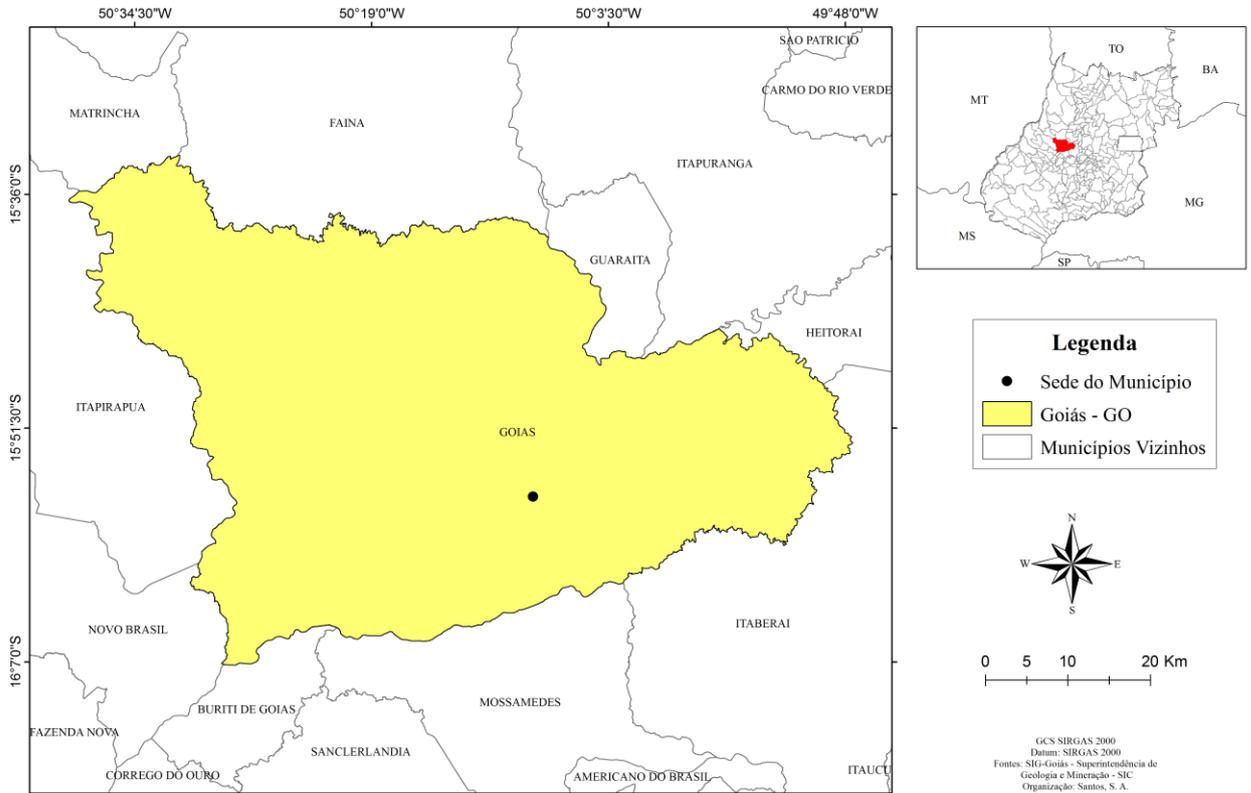
Essa configuração espacial é decorrente da investida do capitalismo no território brasileiro, desde sua fase comercial. O município de Goiás/GO, situado na Microrregião do Rio Vermelho, a noroeste no estado de Goiás (Mapa 1), está localizado às margens do Rio Vermelho, importante fonte aurífera para os conquistadores portugueses, representados pelos bandeirantes paulistas, no século XIX. Sua formação está vinculada ao avanço do capital pelo interior do Brasil.

Esse município, como diversos outros no país, surge como fornecedor de riquezas para a colônia e como território do capital demandante de expansão. Conforme explica Silva (2003), essa territorialização construída na mineração acompanha a necessidade de satisfação de exigências da economia colonial que atingiu o interior do Brasil.

O processo de colonização impôs uma nova organização do processo de trabalho e, conseqüentemente, de (re)produção do espaço, que se deu não só no país, mas na América como um todo. Quijano (2005, p. 118) explica que,

[...] no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. [...] Em tal contexto, cada umas dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórica e sociologicamente novas. Em primeiro lugar, porque foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial. Em segundo lugar, porque não existiam apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si.

Mapa 1- Localização do município de Goiás/GO



Fonte: SIG- Goiás – Superintendência de Geologia e Mineração – SIC. **Organização:** SANTOS, Sara Alves; MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

A distribuição das terras era o ponto de apoio para a obra política e comercial da colonização, conforme destaca Faoro (2001). Segundo o autor, a monarquia lusitana, com a tarefa de povoar o imenso território, encontrou, na sua tradição, um modelo legislador: as Sesmarias. O sistema de Sesmarias foi incorporado de Portugal¹⁴ e correspondia à concessão de uso de terras que não eram aproveitadas. De acordo com ele (2001, p. 149)

As glebas desaproveitadas corresponderam, na América, às terras virgens, trocado o sentido de *sesmeiro*, originalmente o funcionário que dá a terra, para o titular da doação, o colono. O rei, em nome da ordem de Cristo, já longamente absorvida pela Coroa, distribuiu, por meio dos donatários, os chãos aráveis, sem nenhum encargo a não ser o dízimo. Isento de foro, de contribuição aos capitães, o colono – o morador - só respondia pelo não cultivo, cláusula essencial na restrição do domínio, ao soberano e à sua justiça.

¹⁴ A Lei de Sesmarias foi criada em Portugal, em 1375, por D. Fernando I.

Portugal para fazer uso das Sesmarias, conforme destaca Oliveira (2012), desconsiderou qualquer ocupação indígena e entendeu as terras brasileiras como desocupadas. As Cartas de Sesmarias, como eram chamadas as concessões, conforme Ferreira; Mendes (2009) eram concedidas pelos Capitães Gerais e Governadores das Capitânicas sendo, posteriormente, reconhecidas pelo Rei e seu Conselho Ultramar, constituindo-se em documentos jurídicos legítimos que concediam o direito de posse, desde que cumpridas as exigências de regularização.

No estado de Goiás, o sistema de Sesmarias estimulou a fixação da população, garantindo a ocupação e a expansão do território luso. Conforme explica Boaventura (2007, p. 120) “a decisão de povoar essas terras foi tomada pelo governador da Capitania logo após o estabelecimento do principal caminho, o do Anhanguera, ao longo do qual foram concedidos os primeiros chãos”. As primeiras Sesmarias doadas em Goiás¹⁵, ainda conforme a autora, são de 1726, para os “descobridores”¹⁶ das minas dos “Goyazes”, capitão Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz. Boaventura (2007, p. 122) afirma que:

Após a confirmação das sesmarias de Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite Ortiz, as demais foram cedidas pelos descobridores até 1733, posteriormente retornando às mãos dos governadores. Seguindo uma clara política de ocupação do território, as primeiras doações localizaram-se ao longo do caminho das minas dos Goyazes [...]. Com esse esquema, iniciou-se nesse momento a base da estruturação do território goiano, assistido pelo poder econômico e político que Portugal passou a exercer sobre ele.

As sesmarias representam o início do latifúndio no Brasil (FAORO, 2001; PESSOA, 1997). Isso porque, além de serem doadas longas extensões de terras, o mesmo colono poderia ser contemplado com sucessivas Sesmarias, em épocas e lugares diferentes, conforme explica Faoro (2001). Desse modo, ainda conforme o autor, “[...] tantas foram as liberalidades nas concessões de sesmarias, com áreas de dez, vinte e até cem léguas, com diversas doações a um mesmo requerente que, em 1822, não haviam mais terras a distribuir.” (FAORO, 2001, p. 483).

Apesar da apropriação privada de terras para concessão de Sesmarias, o regime foi extinto, oficialmente, em 1822, pelo processo de independência do Brasil, por meio da

¹⁵ As primeiras Sesmarias doadas em Goiás ocorreu quando esse ainda pertencia à Capitania de São Paulo, com o qual teve fortes ligações até 1750 (quando torna-se Capitania independente), em razão de serem os representantes daquela capitania os “descobridores” das fontes auríferas em Goiás.

¹⁶ A história de Goiás, como a do Brasil, de um modo geral, é contada a partir da perspectiva dos colonizadores. Segundo a narrativa Goiás/GO foi descoberto pelos Bandeirantes paulistas, cuja figura principal era Bartolomeu Bueno da Silva, apelidado de Anhanguera.

Resolução nº 76 de 17 de julho de 1822 (PESSOA, 1997). Desse período, até 1850, quando é elaborada a Lei de Terras, o país ficou sem uma legislação específica para a questão da terra, prevalecendo as ocupações livres (PESSOA, 1997; FAORO, 2001), ou regime de posses (OLIVEIRA, 2012). Durante esse período de ocupações aprofundou-se o caos gerado pelo sistema sesmarial, conforme explica Pessoa (1997, p. 32):

Sem uma regulamentação das atribuições, medições e registros, estimulava-se a “posse ilegal”. As ocupações passaram a ser feitas sobretudo pelos grandes proprietários. Na verdade, as ocupações se constituíram em uma certa “reserva”, visando a: futuras divisões em herança, posição financeira diante de credores e bancos (terra para hipoteca) e recursos para a compra de novos escravos.

Todavia, é importante destacar, conforme observa Oliveira (2012), que o regime de posse também foi uma forma da população camponesa, excluída pelo regime sesmarial, obter terras. Desse modo,

A sesmaria é o latifúndio, inacessível ao lavrador sem recursos. A posse é, pelo contrário – ao menos, nos seus primórdios -, a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade, na ausência de providência administrativa sobre a sorte do colono livre, e vitoriosamente firmada pela ocupação. (CIRNE LIMA, 1954, p. 46 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 25)

Quando em 1850 foi elaborada a Lei de Terras, do ponto vista da formação fundiária, nada foi criado de novo, sendo essa apenas um instrumento ratificador e legitimador do latifúndio (PESSOA, 1997). A Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), determinava que as posses deveriam ser regulamentadas e aos posseiros caberia registrar suas posses nos livros de registro paroquial da Igreja Católica. Além disso, as terras devolutas passaram a ser obtidas apenas por compra e venda. Conforme salienta Oliveira (2012, p.27-28)

Na prática, a implantação da legislação territorial no Brasil representou, antes de tudo, a vitória dos grandes fazendeiros em detrimento de índios, escravos, posseiros e agregados, camponeses desterrados que, na crise do trabalho escravo, tiveram seu trabalho subjugado ao cativo da terra.

No município de Goiás/GO, conforme explica Pessoa (1997), apesar das legislações, o acesso a terra era, ainda, muito mais dependente da apropriação do que do aspecto legal, sendo observado, por esse motivo, poucas alterações no pós-Lei de Terras. De

acordo com ele, houve pouco movimento de compra e venda e o fracionamento das propriedades ocorria, somente, em casos de herança.

Do ponto vista econômico, a Lei representou o início do mercado de terras no Brasil e ocorreu no mesmo momento em que tem início também o mercado da força de trabalho, evidenciando as estratégias do capitalismo industrial em fase de desenvolvimento e expansão. Conforme observa Pessoa (1997, p.33-34) “Até a Sesmaria, a terra conferia prestígio social, do qual derivava o poder econômico. A partir da Lei de Terras, a terra passou a representar poder econômico do qual deriva prestígio social”.

No fim do século XIX, desenvolve-se no país um segmento formado por pequenas indústrias, consolidando uma série de centros urbanos que antes eram puramente administrativos (SILVA, 1981). Conforme Graziano da Silva:

Embora bastante incipiente, esse princípio de industrialização - e a conseqüente urbanização daí decorrente - começa a provocar várias alterações na produção agrícola. Consolida-se a produção mercantil de alimentos fora das grandes fazendas de café: Além da produção de alimentos, os pequenos agricultores têm também a possibilidade de produzir matérias primas para as indústrias crescentes (como por exemplo, o algodão, o tabaco, etc.) uma vez que o latifúndio continua a monopolizar a produção destinada à exportação - o café. (SILVA, 1981, p. 11).

Nesse cenário, já nas primeiras décadas do século XX, chega ao sul do estado de Goiás, a estrada de ferro. Essa, conforme explica Pessoa (1997), materializou, junto a construção de rodovias e a criação de oito colônias agrícolas – sendo uma em Goiás -, a Marcha para o Oeste, que foi implantada com os objetivos de abrir frentes fornecedoras de produtos alimentícios mais baratos e também receptora de contingentes populacionais de outras regiões do país.

A Marcha para o Oeste legitimou o discursos de que o interior do país era um *espaço vazio* e demandante de ocupação, negando o território dos Povos Cerradeiros¹⁷ e seus modos de vida, portanto, o espaço (re)produzido por eles. Esse movimento - cujo marco foi a construção de Brasília e a transferência da capital do país para o interior- foi uma das condições para a concretização de novas demandas capitalistas que resultariam, adiante, na modernização do território nas áreas de Cerrado.

¹⁷ Conforme Mendonça (2004, p. 29) os Povos Cerradeiros se referem “[...] às classes sociais que historicamente viveram e vivem nas áreas de Cerrado constituindo formas de usos e exploração da terra a partir de diferenciações naturais - sociais, experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, denotando relações sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas expressões culturais.”

Dentre outros fatos, esse processo reverberou na modernização agricultura e a consequente intensificação da concentração fundiária. A modernização da agricultura pode ser entendida como a incorporação das demandas do capital industrial e financeiro à agricultura, tendo como características a substituição das bases técnicas de produção e uma reestruturação das relações de trabalho, tanto no campo como na cidade. Esse processo se tornou mais expressivo no Brasil em meados da década de 1960, após a segunda grande guerra, tendo como principal agente o Estado, que por meio de incentivos fiscais e políticas de financiamento, proporcionou condições para a territorialização do capital industrial e financeiro.

Com isso, observa-se novas características na (re)produção do espaço. Milton Santos (2008) explica que a globalização acarretou a mundialização do espaço geográfico, isso porque os sistemas de objetos e de ações tendem a ser cada vez mais unitários. As características atuais do espaço geográfico a partir do processo de globalização são, conforme o autor: transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais de economia internacional; exacerbação das especializações produtivas; concentração da produção em unidades menores, com o aumento da relação entre produto e superfície; aceleração das formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas; produtividade espacial como dado na escolha das localizações; recorte da organização e o dos processos de regulação na constituição das regiões; e tensão crescente entre localidade e globalidade.

Assim, a modernização da agricultura expressa a inserção de novas demandas capitalistas no campo – condições socioculturais que garantam o consumo dos produtos do pacote tecnológico oferecido pela “Revolução Verde”¹⁸; grandes extensões de terras adequadas para a produção agrícola com o uso de maquinários; mão-de-obra barata. Ela ocorreu de forma conservadora visto que não houve uma redistribuição das terras. Conforme observa Brum (1988, p. 54)

A estratégia da modernização conservadora tem por objetivo o aumento da produção e da produtividade agropecuária mediante a renovação tecnológica,

¹⁸ “A chamada “Revolução Verde” foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização.” (BRUM, 1988, p. 44).

isto é, a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura fundiária. Esta orientação está voltada para a viabilização e implantação da empresa rural capitalista no campo. O Brasil optou por este caminho.

No estado de Goiás, o processo teve início, de forma mais expressiva, na década de 1970 e sinalizou a incorporação do Cerrado e de seus povos a uma nova forma de se produzir vinculada as demandas do capital industrial e financeiro. Conforme explica Mendonça (2004, p. 28, *grifos do autor*):

[...] foram construídas as ações políticas (planejamento econômico), as ações econômicas (capital privado nacional e transnacional), as ações sociais (melhoria da infra-estrutura e da qualidade de vida da população local e regional) e as ações culturais (ideologia do atraso, do isolamento), entre tantas outras argumentações, com o intuito de criar *consensos sociais*, em torno da implementação das atividades modernizantes na agropecuária do Planalto Central.

Observou-se a fusão entre os interesses do capital e a ação do Estado, mediante o planejamento, para a aplicação do projeto modernizador. A ação do Estado, a partir de políticas creditícias e fiscais, aliada às condições naturais do Cerrado e ao discurso de *espaços vazios e atrasados*, dado ao território goiano, proporcionaram as condições ideais para o processo de modernização da agricultura. Assim sendo, esse processo em Goiás, conforme observa Mendonça (2004, p. 297), se deu:

[...] a partir de diversos fatores que, associados, possibilitaram êxito aos novos investidores. A presença dos chapadões com topografia plana, a disponibilidade de terras – latifúndios improdutivos e terras devolutas, a presença de grande reserva de água para projetos de irrigação e, principalmente, as políticas creditícias e fiscais subsidiadas pelo Estado foram primordiais para o (re)ordenamento territorial imposto pelas empresas rurais. Soma-se a esses fatores o próprio movimento do capital que carecia de áreas para promover investimentos, como, por exemplo, a indústria de insumos, de fertilizantes e de maquinários que necessitava ampliar mercado.

As transformações espaciais decorrentes desse processo no estado de Goiás, e no Brasil como um todo, por sua vez, não alteraram somente o modo de produção e trabalho, mas o modo de ocupação e de vida de parcela da população (PELÁ; MENDONÇA, 2010), que não atendendo aos padrões produtivos da moderna agricultura e/ou não tendo condições para a compra do pacote tecnológico oferecido pela Revolução Verde, aliado às demandas capitalistas por maiores extensões de terras para produzir, foi expulsa do campo, tornando-se trabalhadoras assalariadas e trabalhadores assalariados das agroindústrias ou moradoras e moradores das periferias dos centros urbanos, vivendo, em muitos casos, em condições

precárias. Outra parcela, ainda, migrou para as áreas de fronteira e muitas outras estão na informalidade e lutam para retornar aos seus territórios mediante a ocupação de terras.

A partir desse processo de resistência é possível visualizar a criação de contra-espço. Conforme Moreira (2007, p. 103)

O contra-espço é o modo espacial por meio do qual excluídos e dominados põe em questão a ordem espacial instituída como forma de organização da sociedade, rejeitando ou copiando o modo de vida que ela impõe aos que vivem embaixo e dentro dela. Pode ser um movimento de confronto, de resistência, de mimetismo ou de simples questionamento da ordem espacial existente.

Entendemos que a produção de contra-espço pode ocorrer a partir dos movimentos de *(Re)Existência* camponesa. A *(Re)Existência* pode ser definida como:

[...] ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidrelétricos que expulsam milhares de famílias de seus lugares de existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento. (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54)

A partir da *(Re)Existência* é possível visualizar a produção de espaços que não atendem a ordem hegemônica do capital, contradizendo sua ideologia e mostrando a possibilidade de reprodução de modos de vida que ultrapassam a dimensão econômica e ideológica do capitalismo, convergindo para reprodução da vida.

O ato de *(Re)Existir*, conforme explicado por Pelá; Mendonça (2010), podem ser visualizados nos movimentos sociais de luta pela terra e contra o latifúndio, sendo exemplo o movimento de Santa Dica, Luta do Arrendo, Ligas Camponesas, Movimento de Trombas e Formoso etc.. Atualmente, por sua vez, os movimentos sociais ligados a luta pela terra e Reforma Agrária são aqueles que se destacam, como o Movimentos do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Camponês Popular (MCP) etc.

O município de Goiás/GO foi precursor das lutas pela terra e Reforma Agrária no Estado, juntamente com Niquelândia. As lutas pela terra no município tem início na década de 1980 e representam a busca das trabalhadoras e dos trabalhadores, historicamente excluídas e excluídos, pela ruptura com um passado colonial marcado pelo coronelismo e a concentração fundiária. Conforme afirmam Souza et. al. (2009), após a realização de uma pesquisa sobre

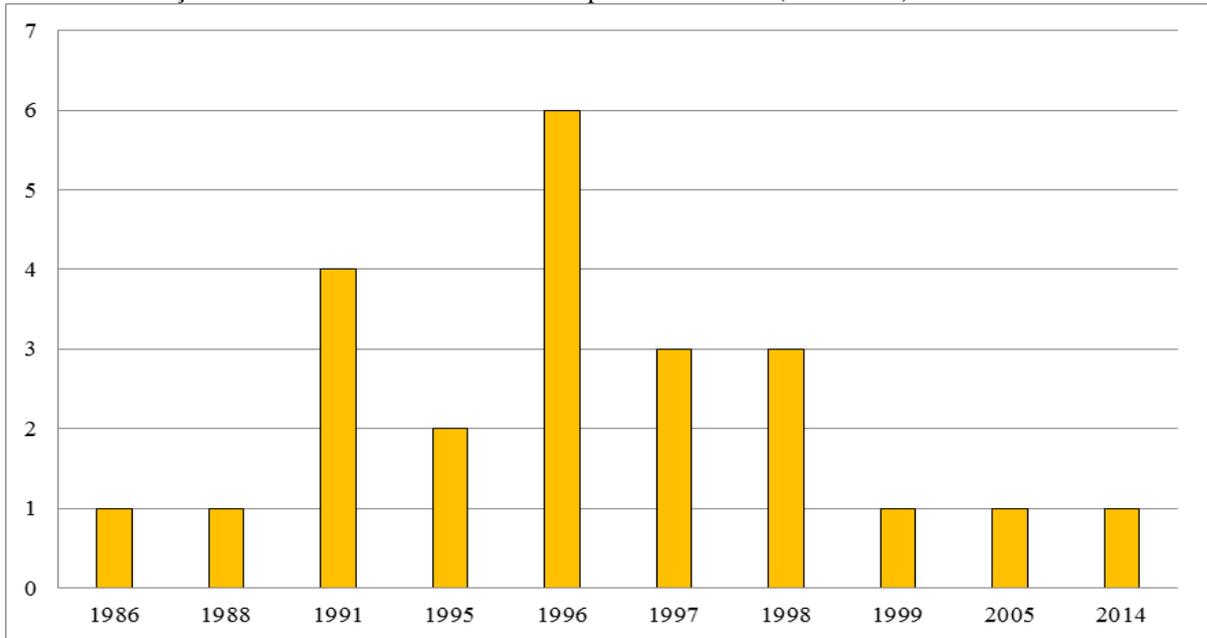
assentamentos rurais em Goiás/GO, as lutas pela terra no município se intensificam quando os trabalhadores rurais se despertam para uma realidade injusta e desigual e, assim, iniciam um *movimento de quebra de correntes*, como assinalou as participantes e os participantes das entrevistas realizadas pela pesquisadora e sua equipe.

Em decorrência dessas lutas, atualmente, Goiás/GO possui 23 Assentamentos rurais (Mapa 2), atendendo 682 famílias (Quadro 1), criados entre os anos de 1986 e 2014, sendo que na década de 1990 se concentra a criação do maior número de assentamentos rurais no Município (Gráfico 1). No ano de 1996 foram criados 06 Assentamentos, representando 26% do total.

Quadro 1- Assentamentos rurais criados no município de Goiás/GO (1986 – 2014)

Nome	Área (ha.)	Famílias Assent.	Ato de Criação		Obtenção	
			Nº	Data	Forma	Data
P.A. Mosquito	1.786,2397	39	0781	17/10/86	Desaprop.	06/03/86
P.A. São João do Bugre	454,8255	09	0544	25/04/88	Desaprop.	10/08/87
P.A. São Felipe	67,4915	11	072	03/09/91	Desaprop.	23/06/89
P.A. Acaba Vida II	271,8076	04	084	03/09/91	Desaprop.	23/06/89
P.A. Retiro	736,4457	21	076	03/09/91	Desaprop.	18/05/89
P.A. Rancho Grande	800,1473	19	00075	03/09/91	Desaprop.	23/06/89
P.A. São Carlos	5.711,8198	155	005	06/02/95	Desaprop.	24/11/93
P.A. Lavrinha	706,7123	26	008	06/02/95	Desaprop.	20/12/93
P.A. Mata do Baú	1.561,0707	39	0022	09/04/96	Desaprop.	04/09/95
P.A. Novo Horizonte	1.018,5037	17	0026	16/05/96	Desaprop.	10/11/95
P.A. Paraíso	1.278,8022	35	0052	14/10/96	Desaprop.	08/02/96
P.A. Buriti Queimado	1.198,1491	25	0058	07/11/96	Desaprop.	21/05/96
P.A. União Buriti	760,6935	22	0060	14/11/96	Desaprop.	30/05/96
P.A. Holanda	1.347,0227	29	0076	16/09/98	Desaprop.	19/08/96
P.A. Bom Sucesso	1.714,1569	28	0038	30/05/96	Desaprop.	02/07/96
P.A. Baratinha	762,8931	16	0071	02/10/97	Desaprop.	25/11/96
P.A. Vila Boa	793,2248	12	0072	17/10/97	Desaprop.	06/09/96
P.A. Engenho Velho	1.122,1655	30	0090	09/12/97	Desaprop.	16/05/97
P.A. Varjão	1.088,8791	16	0014	05/03/98	Desaprop.	08/10/97
P.A. Magali	423,2522	07	0015	06/03/98	Desaprop.	09/10/97
P.A. Serra Dourada	239,3928	15	0045	17/12/99	Doação	28/12/99
P.A. São José do	2.961,3902	66	0033	21/06/05	Desaprop.	09/08/04
P.A. Felipe Leddet	1.499,2340	41	021	16/09/14	Desaprop.	19/11/09
Total	28.304,32	682	-	-	-	-

Fonte: INCRA (2014). Organização: MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

Gráfico 1- Criação de assentamentos rurais no município de Goiás/GO (1986-2014)

Fonte: INCRA (2014). **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

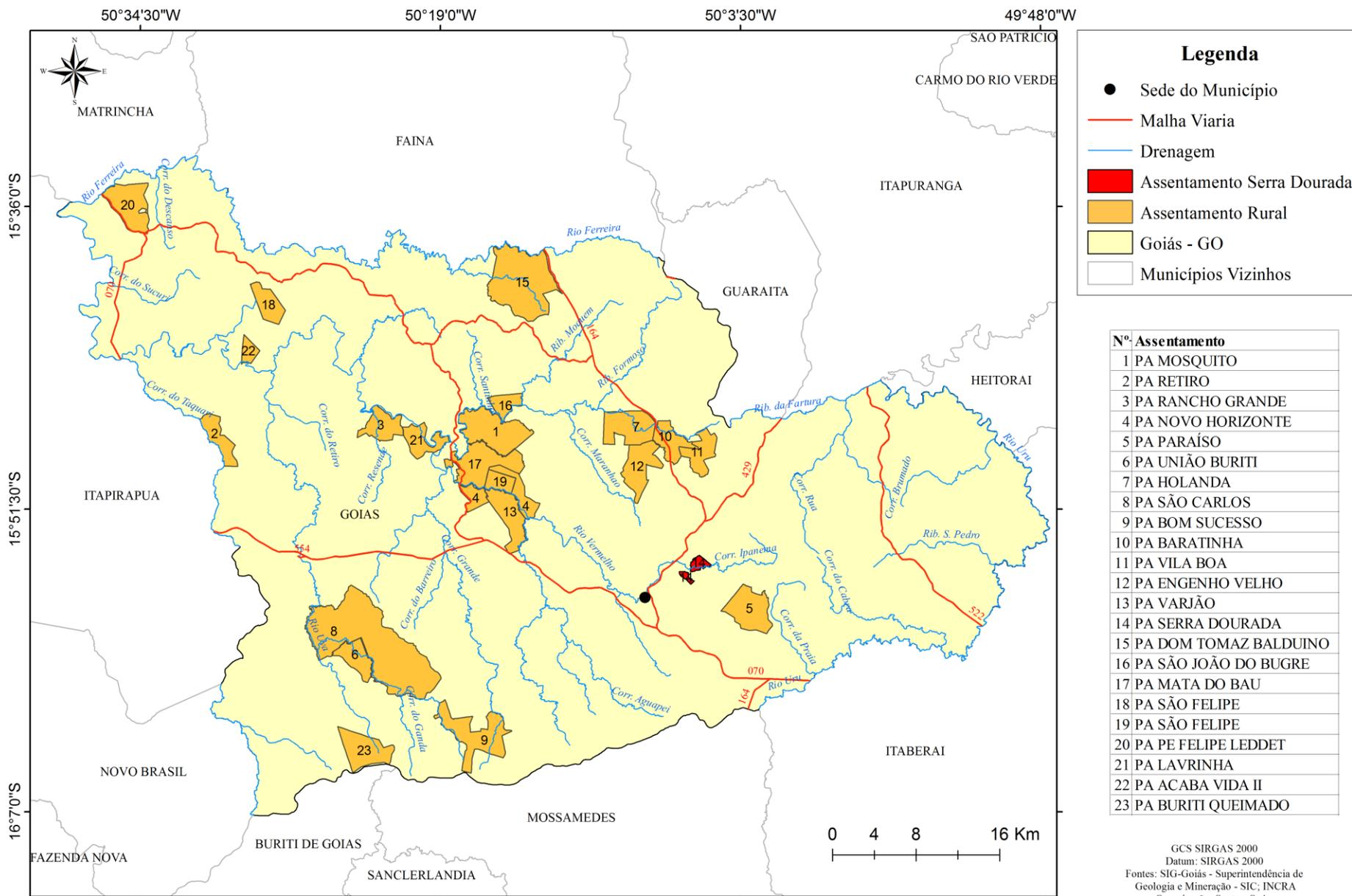
Dentre os assentamentos rurais criados no município de Goiás/GO está o Assentamento Serra Dourada, território de nossa pesquisa e que será abordado no próximo capítulo.

Os assentamentos rurais, conforme Bergamasco; Norder (1996, p. 07), podem ser definidos como,

[...] a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. (...) Envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária.

Esses assentamentos representam a criação de um espaço que se difere daquele (re)produzido a partir dos paradigmas do capitalismo agrário, materializando a reterritorialização de uma classe que foi, historicamente, marginalizada e a quem foi negado o direito à *terra de trabalho*, o direito à reprodução da vida.

Mapa 2- Distribuição dos assentamentos rurais no município de Goiás/GO



Legenda

- Sede do Município
- Malha Viaria
- Drenagem
- Assentamento Serra Dourada
- Assentamento Rural
- Goiás - GO
- Municípios Vizinhos

Nº Assentamento
1 PA MOSQUITO
2 PA RETIRO
3 PA RANCHO GRANDE
4 PA NOVO HORIZONTE
5 PA PARAÍSO
6 PA UNIÃO BURITI
7 PA HOLANDA
8 PA SÃO CARLOS
9 PA BOM SUCESSO
10 PA BARATINHA
11 PA VILA BOA
12 PA ENGENHO VELHO
13 PA VARJÃO
14 PA SERRA DOURADA
15 PA DOM TOMAZ BALDUINO
16 PA SÃO JOÃO DO BUGRE
17 PA MATA DO BAU
18 PA SÃO FELIPE
19 PA SÃO FELIPE
20 PA PE FELIPE LEDDET
21 PA LAVRINHA
22 PA ACABA VIDA II
23 PA BURITI QUEIMADO

GCS SIRGAS 2000
 Datum: SIRGAS 2000
 Fontes: SIG-Goiás - Superintendência de Geologia e Mineração - SIC, INCRA
 Organização: Santos, S. A.

A partir da criação de contra-espço percebemos a possibilidade de ruptura com as *amarras* do capital, que como vimos abordando nesse capítulo, interfere nas relações de gênero, na produção do conhecimento e na (re)produção do espaço, em um mesmo movimento. Nesse sentido, resta saber se a produção de contra-espço proporciona, também, a ruptura com as estruturas patriarcais nas quais a sociedade capitalista se estrutura.

Para tanto, é necessário compreendermos de que forma os modos de vidas das camponesas assentadas e dos camponeses assentados reverberam na constituição dos contra-espços no município de Goiás/GO, sendo esse o assunto a ser tratado no capítulo seguinte.



DA LUTA PELA TERRA À CONQUISTA DO TERRITÓRIO DE VIDA:
modos de vida no Assentamento Dourada - Goiás/GO

*Eu vivo no terreiro dos sítios e das fazendas primitivas.
Amo a terra de um místico amor consagrado,
num esponsal sublimado, procriador e fecundo.
Sinto seus trabalhadores rudes e obscuros,
suas aspirações inalcançadas, apreensões e desenganos.
Plantei e colhi pelas suas mãos calosas e mal remuneradas.
Participamos receosos do sol e da chuva em desencontro, nas lavouras carecidas.
Acompanhamos atentos, trovões longínquos e o riscar de relâmpagos no escuro da noite,
irmanados no regozijo das formações escuras e pejudas no espaço
e o refrigério da chuva nas roças plantadas, nos pastos maduros e nas cabeceiras das aguadas.
Sou árvore, sou tronco, sou raiz,
sou folha, sou graveto, sou mato,
sou paiol e sou a velha da tulha de barro.
Pela minha voz cantam todos os pássaros,
piam as cobras e coaxam as rãs,
mugem todas as boiadas que vão pelas estradas.
Sou a espiga e o grão que retornam à terra.
Minha pena (esferográfica) é a enxada que vai cavando,
é o arado milenário que sulca.
Meus versos têm relances de enxada,
gume de foice e peso de machado.
Cheiro de currais e gosto de terra.*

(Cora Coralina – A Gleba me Transfigura)

2 DA LUTA PELA TERRA À CONQUISTA DO TERRITÓRIO DE VIDA: modos de vida no Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO

A criação de assentamentos rurais, decorrentes das lutas pela terra, no município de Goiás/GO, proporcionou a centenas de famílias o resgate de saberes e fazeres inerentes do modo de vida camponês, entendidos nessa pesquisa como “[...] a forma como uma sociedade se constitui econômica, social e politicamente, estabelecendo uma cultura própria” (CUNHA, 2013, p. 53). Isso porque, conforme salienta Simonetti (1999), o assentamento não simboliza somente o lugar da produção, mas o lugar da realização da vida. A vida, para as camponesas e os camponeses,

[...] não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico. (SIMONETTI, 1999, p. 71)

A partir da possibilidade de mulheres e homens se organizarem segundo seus modos de vida nos assentamentos rurais, observamos a demarcação e o fortalecimento do território camponês no município e a reafirmação da existência de um campesinato “vivo” e (Re)Existente ao discurso hegemônico do capital, que insiste em denunciar seu fim.

O campesinato, nessa pesquisa, é compreendido a partir de Marques (2008), que o define como

[..] uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais. (MARQUES, 2008, p. 60)

Conforme Marques (2008), diferente da Europa Ocidental, a trajetória do campesinato brasileiro é marcada por uma forte mobilidade espacial decorrente das diferentes formas de acesso a terra. Segundo explica a autora (2008, p. 60) “O predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existência desenvolvidas por essa classe social tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social”. Por isso ela fala de posseiros, parceiros, foreiros etc.

Cientes disso, abordaremos o campesinato assentado em terras de Reforma Agrária, mas entendendo que esse faz parte de uma classe social cujos territórios são amplos e diversos, o que não quer dizer que a unidade da classe se perca. Isso porque, conforme Thompson (1987), a experiência de classe é determinada pelas relações de produção em que os homens e as mulheres nasceram ou, involuntariamente, entraram. A classe, segundo o autor “[...] acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.” (THOMPSON, 1987, p. 10).

Desse modo, não é a diversidade de territórios e identidades territoriais que separa a classe camponesa, mas a sua posição nas relações de produção capitalista. Assim, a análise dos modos de vidas camponeses como fatores preponderantes na produção de contra-espacos no Assentamento Serra Dourada, demanda entender o campesinato a partir de três esferas: terra, trabalho e família (WOORTMANN, 1990; MARQUES, 2008; CUNHA, 2013). É a partir da forma como a família é organizada para o trabalho na terra que os modos de vida são expressos, sendo, também, nesse contexto que é possível perceber a atuação das mulheres na construção de contra-espacos, objetivo dessa pesquisa.

Para tanto, é necessário compreender como se deu o acesso à terra pelas famílias camponesas do Assentamento pesquisado e quais as estratégias de permanência nesse território, sendo esse o assunto a ser tratado nesse capítulo.

2.1 Assentamento Serra Dourada: da luta a conquista da terra

O Assentamento Serra Dourada, localizado a oito quilômetros da cidade de Goiás/GO (Mapa 3) foi criado pelo Ato nº 0045, de dezembro de 1999. Possui uma área de 239,3928 ha e está dividido em quinze lotes com uma família em cada um deles. Além das parcelas, o Assentamento Serra Dourada (Figura 1) possui um Centro Comunitário onde se localiza um prédio de atendimento médico¹⁹, um prédio da Agroindústria Familiar de Produção de Polpas de Frutas, atualmente inativo, que pertence às integrantes e aos integrantes da Cooperativa de Pequenos Agricultores de Goiás e Região (COOPAR) e, também, um campo de futebol. Até o ano de 2010 o Assentamento possuía Associação, todavia, por uma série de conflitos que surgiram entre as famílias associadas, ela foi extinta.

¹⁹ O profissional que realiza os atendimentos médicos no Assentamento, mensalmente, é proveniente do Programa Mais Médicos do Governo Federal.

Ademais, o Assentamento possui duas igrejas (uma igreja católica²⁰ e uma igreja evangélica) onde são promovidas celebrações mensais.

O Assentamento Serra Dourada é o único do município de Goiás/GO cujas terras foram obtidas por meio de doação, conforme informações do INCRA (2014). Segundo relatos de camponesas e de camponeses, esse foi criado em um local onde, anteriormente, funcionava uma escola chamada Fama, ligada a Maçonaria. Antes disso, essa área foi utilizada pelo Ministério da Agricultura, entre os anos de 1978 e 1984, para implantar novas tecnologias para práticas agrícolas. A escola Fama, criada em 1987, funcionava em regime de internato e recebia crianças carentes e/ou em situação de rua, ensinando-lhes práticas agrícolas. Em 1991 a escola foi desativada, após denúncias de trabalho infantil. Com isso, as terras, que eram da União, ficaram desocupadas por, aproximadamente, nove anos, quando representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Sindicato Rural do município de Goiás/GO, liderados por Dom Tomás Bauduíno “descobriram” a propriedade e solicitaram ao INCRA a divisão entre famílias do município, que lutavam pela terra.

As famílias beneficiárias das parcelas estavam acampadas as margens do Rio Formoso, no município de Goiás/GO e faziam parte de um grupo que iniciou as lutas pela terra em meados de 1995, passando por diversos municípios, como pudemos constatar pelo relato de *Antônia*²¹, única moradora do Assentamento que pertenceu ao grupo inicial que o compôs:

Nós fomos, primeiramente, lá para Costa Campo. Lá nós ficamos um tempo. Logo depois teve o despejo. Foi para o corredor perto de Heitorai. Lá nesse corredor sabe quantas famílias eram? Trezentos e setenta e cinco famílias... Era uma cidade, era gente demais. Aí ficamos no corredor, até um determinado tempo. [...] Depois de lá nós viemos aqui para o vale do Uvá, aí repartiu a turma porque a terra lá não cabia todo mundo. [...] Não sei se setenta e cinco ou setenta e oito famílias [...] vieram para o vale do Uvá [...] ficar acampadas. [...] Depois do vale do Uvá fomos para o Pichincha [...] já fica pra banda do Faina [...]. sabe o Rio Formoso? [...] nós ficamos ali também. (*Antônia*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

²⁰ A Igreja Católica (Igreja do Ferreiro) faz parte do patrimônio histórico de Goiás/GO.

²¹ Serão utilizados nomes fictícios para preservar a identidade das participantes e dos participantes da pesquisa.

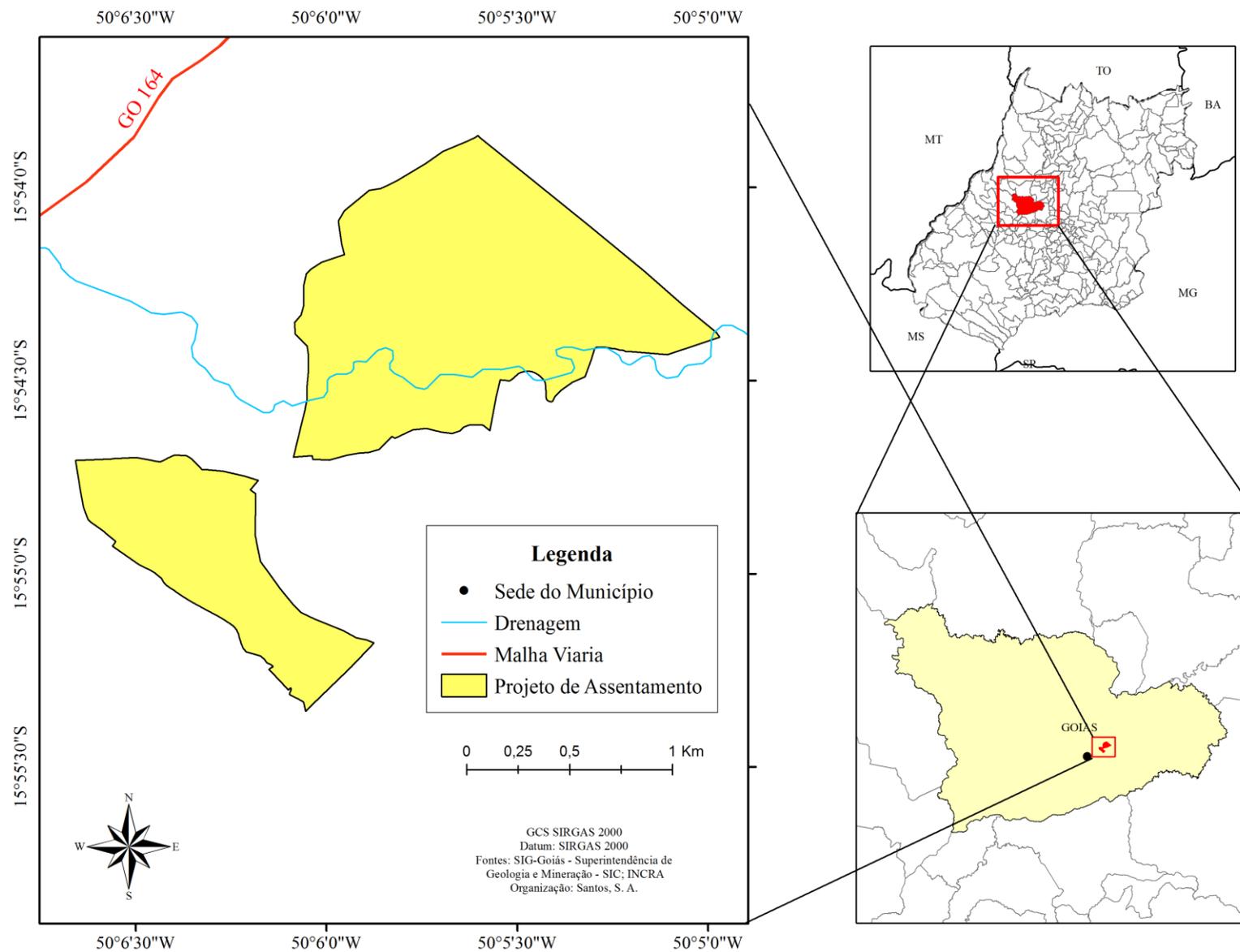
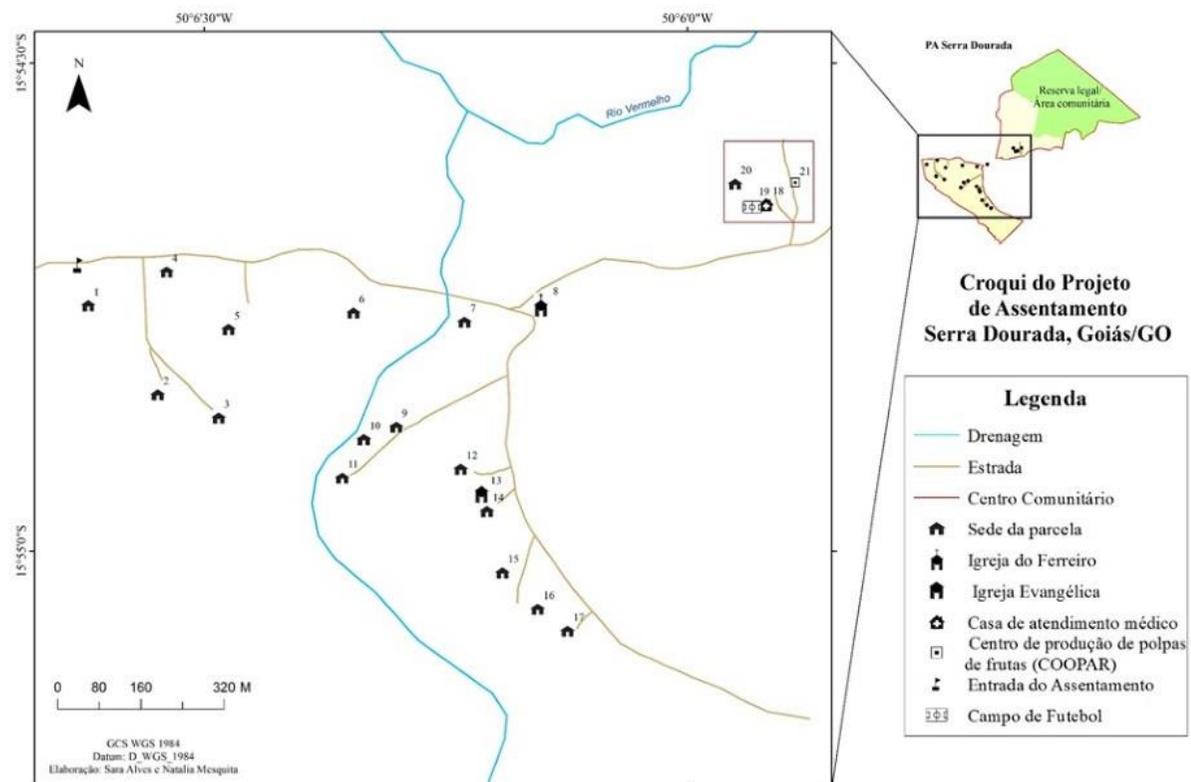
Mapa 3 - Localização do Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO

Figura 1- Croqui do Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO²²



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015. **Organização:** SANTOS, Sara Alves; MESQUITA, Natalia Lucas (2015).

²² O croqui foi elaborado a partir de visita de campo, sendo um dos instrumentos elaborados e utilizados para reconhecimento do território pesquisado.

A proposta inicial, sugerida pela CPT e pelo Sindicato Rural do município de Goiás/GO ao INCRA, era a criação de um Assentamento modelo baseado no trabalho coletivo, diferente dos que havia na região:

A CPT [...], o Sindicato local [...], propôs para a Superintendência do INCRA em Goiânia, para que fizessem um assentamento modelo aqui, um assentamento que tivesse características, não individuais como dos outros assentamentos criados, mas que pudesse desenvolver um trabalho coletivo [...]. Tinha um superintendente do INCRA, com um perfil todo arrojado [...] que organizou uma comissão e conseguiram uma negociação do INCRA e Ministério da Agricultura para a destinação dessa área para um Assentamento de Reforma Agrária diferente, que pudesse ser semicoletivo, que tivesse áreas individuais [...] e que pudesse ter uma outra área, maior, para o trabalho coletivo [...].(Lourenço. Entrevista, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Goiás/GO, fev., 2016).

A terra, então, foi dividida em quinze parcelas com extensão de um a três hectares, cada, e mais uma área para trabalho coletivo. Contudo, nem todas as famílias que compunham o grupo se adaptaram a essa proposta. Por esse motivo, aliado a pequena extensão das áreas individuais e as dificuldades de permanência no campo, intensificadas pela falta de apoio do Estado (Municipal, Estadual e Federal) por meio de políticas públicas, quase todas as famílias, exceto uma, desistiram da parcela no Assentamento, solicitando a troca por parcelas em outros ou, ainda, comercializando-as e retornando para o centro urbano, conforme informações obtidas durante a realização de entrevistas. Outros motivos para o abandono das parcelas foram o falecimento de um dos membros da família, geralmente, o homem. Essas situações podem ser visualizadas nos relatos disponíveis nas Atas das reuniões da Associação do Assentamento:

Ata da Assembleia extraordinária da Associação do projeto de Assentamento Serra Dourada aos sete dias do mês de Maio de 2000, deu se inicio as desenove [sic] horas e quinze minutos: principal ponto de discussão é sobre os ultimos acontecimento [sic] com o grupo das famílias que não quiseram ficar no projeto [sic] coletivo, primeiro grande problema o Sr. [...] [João] ameaçou [sic] de morte os senhores [...] [Francisco e Raimundo]. [...] Outro problema que aconteceu foi que todas as famílias que estava acampada [sic], começou o plantio de uma lavoura de mais ou menos 4 alqueeres [sic] juntos, quando estava sendo feito o limpa da lavoura foi decidido quem queria ficar no projeto coletivo, as famílias que não ficaram, desistio [sic] da lavoura, ficando todos os trabalhos para as famias [sic] que foram Assentados inclusive todas as despesas de insumo e gradiação [sic] das terras que foi pago por essa famílias, só que quando o milho ficou no ponto de pamonha todas as pessoas que não estava mais nos trabalhos pegaram milho a vontade inclusive pessôas [sic] que nunca havia trabalhado nem um dia na roça. Ao longo desses meses o INCRA apresentou vários lotes para as pessos

[sic] do grupo individual em outros Assentamentos e eles não quiseram não sabemos os motivos. Por últimos 30 dias começaram as ameaças do grupo individual como iria entrar na terra dos trabalhos coletivos. [...] Outro problema que aconteceu e que eles alugou [sic] a palhada [...] novamente sem comunicar com nossa Associação e as pessoas de nossa Associação proibio [sic] o fazendeiro a colocar o gado no pasto. Outro acontecido foi que eles venderam uma moita de assafrão [sic] para um senhor [...] sem nossa ordem e novamente proibimos e fomos procurar a justiça para dar um basta nisso. Diante de todos esses problemas todos os sócios da Associação P.A. Serra Dourada [...] está exigindo a imediata desocupação desses pessoas [sic] de nosso meio [...]. (ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, 2000, p. 5)²³

Ata da Sembleia [sic] extraordinária do PA Serra Dourada. O primeiro dia do mês três de dois mil e três as nove horas. Dando o início na cede de Reunião. Esta ata foi feita para aprovação da Desistecia [sic] da [...] [Margarida]. A desistecia [sic] dela do projeto [sic] de Assentamento, a justificativa dela é pelo o motivo dela ter ficado viúva, está deficio [sic] para acompanhar os serviços dos projetos por ela estar sozinha no assentamento. Tem o seu irmão mais ele não pode ficar, por ele ter também sua vida é não pode ficar responsável pela sustentação da família. (ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, 2003, p. 23)

Ata da Assembleia extraordinário [sic] do PA Serra Dourada aos quinze dias de mês de março de 2003 as 10 horas de 30 minutos teve início esta para o seguinte assunto: Desistencia [sic] de [...] [Severino] do Lote 13 dos PA. Motivo não adaptação no projeto [sic] coletivo por tanto está desistindo de seu lote e repassando o mesmo para a Associação do PA Serra Dourada para esta ver outra pessoa que o grupo aprove. [...] (ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, 2003, p. 26)

De acordo com esses relatos, observamos que os principais motivos que levaram algumas famílias a desistirem de parcelas no Assentamento foram: dificuldades de adaptação ao trabalho coletivo; dificuldades em lidar com os conflitos resultantes do convívio em grupo e o falecimento de membros da família, geralmente o homem, que é, de acordo com o modo de vida camponês, aquele que direciona o trabalho na terra, como falaremos adiante. Ademais, a obtenção da parcela a partir da compra, que é um ato ilegal conforme normativa do INCRA, também foi um fator para a saída de algumas famílias do Assentamento Serra Dourada, conforme pode ser observado na Ata de Assembleia da Associação do dia 12 de março de 2004:

Ata da Associação do PA Serra Dourada. Essa Sembleia [sic] foi feita no dia [sic] doze de março de dois mil e quatro. Essa sembleia [sic] foi sucedida para descultir [sic] e definir algumas questões. Abertura da ata da Associação do PA Serra Doura confirma que o senhor [...] [Marcio], não

²³ Os relatos disponíveis nas atas das reuniões da Associação estão transcritos da mesma forma como consta nos documentos.

pode permanecer no lote nº 05 do PA Serra Dourada, Município de Goiás pelas seguintes razões, 1º Primeiro o INCRA e esta associação não permite compra é veda do lote. Nesti [sic] projeto. Segundo [...] [Alfredo], não comunicou o INCRA, é esta associação a sua vontade de veder [sic] o lote e foi feito Inlegalmente [sic]. Terceiro, conforme foi combinado com o INCRA. Esta associação é as parte interessada. Na reunião do dia três do dois de dois mil e quatro, que, o senhor [...] [Marcio] teria até o dia três de março para permanecer no local. Por tanto essa não foi cumprido [...]. (ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, 2004, p. 30)

Por esses fatos, observamos um intenso movimento de entrada e saída de famílias do Assentamento. As famílias que o compunham, até o término dessa pesquisa, chegaram nos seguintes anos (Quadro 2): 1999, 02 famílias; 2000, 02 famílias; 2001, 01 família; 2002, 01 família; 2004, 01 família; 2005, 03 famílias; 2013, 01 família e 2014, 02 famílias.

Quadro 2 - Período de chegada das famílias que compõem o Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015)

1999	2000	2001	2002	2004	2005	2013	2014	Sem informação
02	02	01	01	01	03	01	02	02

Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

O ano de 2005 é aquele em que há a maior chegada de famílias no Assentamento e também marca um período de diminuição da desistência de parcelas. Esse fato ocorreu no mesmo período em que se iniciou a discussão sobre a divisão da área coletiva entre as famílias integrantes do Assentamento, conforme foi possível observar em Atas da Associação, como a seguinte:

Ata da Asembleia Extraordinaria [sic] do PA Serra Dourada os dezeceti [sic] dias do mês dez de dois mil e seis. As dezenove horas do dia 17 de 2006. Está aconteceu [...] para resoulver [sic] uma questão que já foi colocado, para o INCRA. Já á um ano é ainda não temdo [sic] resposta, fizemos esta Assebleia [sic] é decidimos a dividir a terra em partes iguais, para as pessoas do PA, já em mente para que está regularizado dentro do Assentamento. Também foi acertado a questão das madeiras para fazer as cercas de divisão [sic] das parcelas como: o motor serra será utilizado [sic] em parte igual para todos os membros da Associação. Observação, a madeira utilizada será somente madeira seca e pau que estão caído [sic]. Também as divizão sera [sic] para melhorar a produção das famílias do Assentamento, e facilitando a lipeza [sic] dos terremos. Até o INCRA oficializar a divizão [sic] da areia que eram destinada, para o coletivo que nenca [sic] deu serto [sic] por vários motivos. (ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, 2006, p. 39)

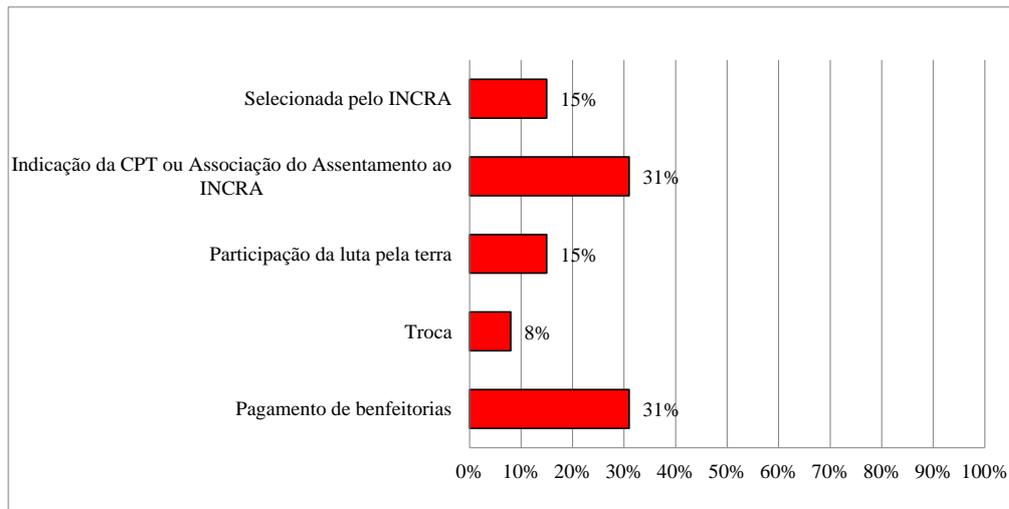
Outra situação que marcou esse período, conforme relatos de famílias do Assentamento foi a passagem de parte dessas da religião católica para a evangélica, contribuindo para o fim da área de trabalho coletivo e também para a extinção da Associação. A religiosidade é um componente, extremamente, importante do modo de vida camponês e, no Assentamento, proporcionava a união e as relações de reciprocidade entre as famílias, que se enfraqueceram com esse fato.

A divisão dessa área entre as quinze famílias foi acompanhada pela CPT e pelo INCRA, sendo regularizada pelo último. Até 2016, as famílias do Assentamento possuíam, então, uma parcela de dois a três hectares e mais seis hectares da área que, inicialmente, era coletiva.

Essas famílias obtiveram as terras de formas variadas (Gráfico 2). A forma mais comum foi por indicação da CPT ou da Associação do Assentamento ao INCRA, representando 31% dos casos. As pessoas indicadas, segundo as camponesas e os camponeses do Assentamento, estavam vinculadas a movimentos de luta pela terra e/ou apoiaram a criação do Assentamento ou, ainda, possuíam um passado ligado ao trabalho na terra. De acordo com o conteúdo das Atas da Associação, percebe-se que após a desistência da terra, essa ficava na responsabilidade da Associação que buscava famílias que estavam dispostas a participarem do trabalho coletivo.

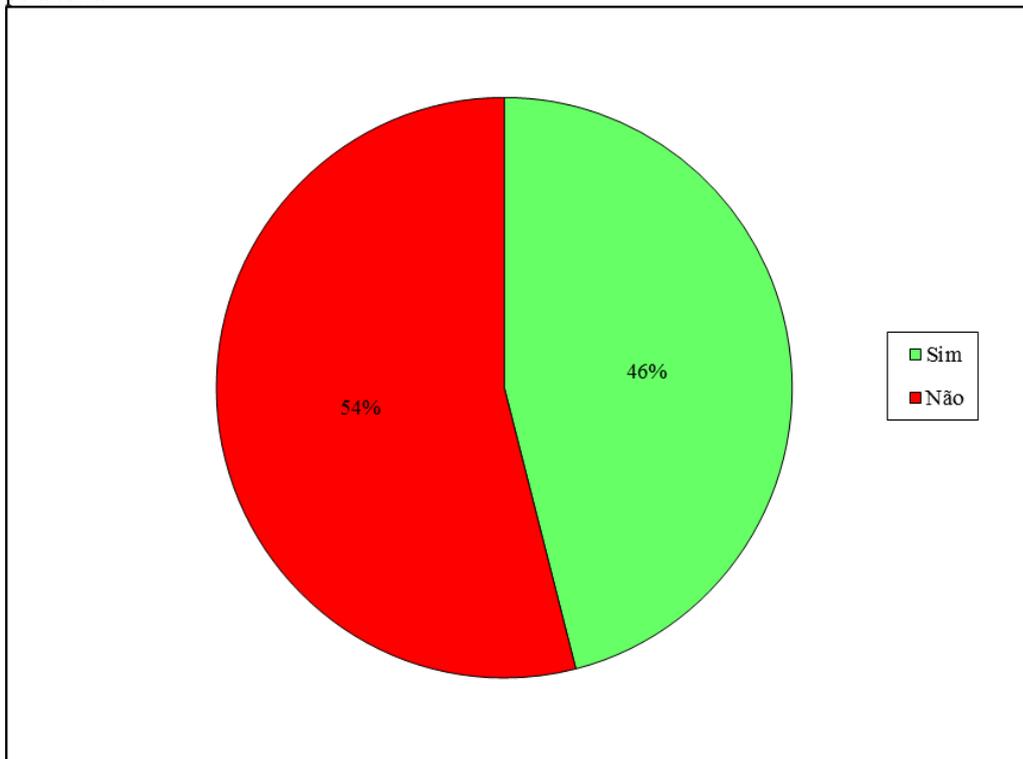
Além dessa forma de obtenção, outra que também se destacou com o mesmo índice (31%) foi o pagamento de benfeitorias. Nesse caso, as terras, segundo informações das famílias do Assentamento, foram compradas com acompanhamento do INCRA e legalizadas. Outras formas de obtenção foram: participação da luta pela terra, em acampamentos, manifestações e/ou reuniões, representando 15% dos casos; seleção realizada pelo INCRA²⁴, representando também 15% dos casos; e, ainda, a obtenção da parcela por meio de troca, representando 8% dos casos.

²⁴ Essa seleção ocorreu por meio de inscrição de interessadas e interessados nas terras desocupadas do Assentamento. A Superintendência Regional do INCRA, a partir de entrevistas, selecionou as inscritas e os inscritos que demonstraram disposição para o trabalho comunitário.

Gráfico 2 - Formas de obtenção da parcela pelas famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015)

Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

Ressalta-se que, apesar de apenas 15% das famílias terem obtido a terra no Assentamento por meio da luta pela terra, 54% das famílias entrevistadas participaram, em outras situações, de reivindicações (manifestações, passeatas, acampamentos) (Gráfico 3), afastando-se dessas ações, após o insucesso, e adquirindo a terra a partir de outros meios (Gráfico 2).

Gráfico 3- Participação das famílias do Assentamento Serra Dourada em movimentos sociais de luta pela terra

Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

Essa situação confirmou o fato de que a participação em movimentos de luta pela terra não gerar a garantia da conquista, como relatou *João*, um dos camponeses do Assentamento Serra Dourada:

[...] porque mesmo com os movimentos, a gente indo, não é fácil da gente, muitas vezes, conquistar a terra, né? As vezes as pessoas olham assim. Acham que é fácil ir para debaixo de barraco e rapidinho tem a terra. Não! É uma história muito complicada. [...] Quando a gente ocupa uma terra, a gente primeiramente, ela é improdutiva né? Mas como a lei do nosso país é assim bem, vê dos dois lado né? Aí ela vai, processa e vai, fica ai seis meses, eles mexem no processo, aí até que alguém revista essa história, a fazenda se torna produtiva somente no papel... Isso é muito cansativo. Então nós ficamos em três fazendas, só conquistamos a menor, que é mais difícil, né? Não cabia dez por cento do que estava, né? E aí eu fiquei na maioria, né? Fora da terra ainda. (*João*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, Set., 2015)

Ao se observar o grupo de pessoas do Assentamento que participaram da luta pela terra, constatamos que 67% eram compostos por mulheres. Das famílias que obtiveram a terra por meio da luta (15% do total conforme Gráfico 2), todas tiveram as mulheres como protagonistas, sendo essas mesmas mulheres as que permanecem no Assentamento, sem a figura masculina (irmão, esposo, pai). As mulheres tiveram funções importantes para o acesso a terra no Assentamento, conforme é possível observar nos relatos de algumas das entrevistadas:

[...] Essa coisa de acampamento, essas coisa de participar desse movimento foi meu marido que ficou doido pra conseguir uma terra, né? Ele era doido por causa de uma terra para plantar, era o sonho dele. Aí eu fui, eu fui [...] e ele trabalhava, né? Trabalhava no consórcio, aí ele num podia sair assim para ir. Aí fui eu. (*Antônia*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

[...] eu sempre queria ir para terra, sempre eu queria. Aí meu cunhado falou [...] que ia entrar nessa terra, eu falei eu estou dentro, aí eu fui. Até larguei meu marido falando sozinho, e fui né? Aí depois ele foi. Mas eu fui mais pelo sonho da terra. (*Marta*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Notamos duas situações diferentes, a partir dos relatos. Para *Marta* a decisão de ocupar significou a realização de um sonho pessoal, não havendo temor em enfrentar as dificuldades. Ela relata que gostava muito da vida no lugar onde ficou acampada:

Ah, era muito boa, eu gostava... casinha de chão, casinha de chão é bom demais! (Marta. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Já Antônia, embora quisesse a terra, enfrentou muitos temores na ida para o acampamento, que foi escolha mais de seu marido do que sua:

Ele falou “você vai que depois eu vou”. Eu falei “mais como que eu vou, sozinha gente!” [...]. Mas aí ele falou “você tem que ir, você tem que ir, porque se não como é que consegue o lugar para nós? E eu não posso ir agora”. Aí, quê que há de ser? Eu fui. Fui mas porque os primos dele estavam juntos, né? Aí eu criei coragem por causa disso, se não eu tinha coragem de ir não, de jeito nenhum [...]. (Antônia. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Suas lembranças sobre a vida no Acampamento são de um período de muito sofrimento, que segundo ela, aumentou ainda mais o valor que tem a parcela, em suas palavras: “Meu paraíso”. Ela contou que as dificuldades tiveram início na ida para o acampamento:

[...] eu fui na escura, não sabia nem para onde que ia. [...] Não sabia. [...] E o caminhão que nós fomos... Misericórdia! Saiu de casa, né? Foi sofrimento para nunca mais acabar! Saímos debaixo de chuva, o caminhão sem lona... olha que pessoal irresponsável, desse caminhão. O caminhão tinha barro pra todo lado, cada buraco desse tamanho no assoalho. Não você precisa ver que penúria. Eu arrumei minhas malas todas arrumadinhas, em um saco. Tudo branquinho, tudo arrumadinho... mas chegou lá, nem é bom pensar, nem né bom falar. Aí, quando chega lá, o capim dessa altura, lá nesse lugar. Não, primeiro eu vou contar uma coisa. Quando nós chegamos em Itapuranga, não sei quem que nos denunciou, aí a polícia ficou esperando, [...] aí lá a polícia nos embargou, prendeu o caminhão, prendeu todo mundo, aí é... o [Marcos], aí pego foi atrás do prefeito, aí eles ajudaram nós. Aí mandaram uma [...] Kombi, uns carros nos levar, sabe? Porque não podia chegar lá depois das cinco horas, se não a gente não podia entrar mais. Agora aquele mundão de gente, agora você imagina, e chuva que não parava. [...] Chegamos lá, aquele capim me tampando... e água, por baixo assim estava aquela “aguera” [...] e o caminhão que levou as malas jogou tudo lá no chão, no capim, na água, de qualquer jeito. [...] Foi o maior sacrifício para achar as coisa na hora. [...] e agora como que faz [...] para fazer a barraca e tudo, né? Porque esse dia foi só eu, nem meu menino não foi. [...], mas tinha os primos do meu marido, eles que arrumaram para mim. (Antônia. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

A vida no acampamento, para ela foi muito sofrida também:

Muito sofrida... demais... [...] Deus me livre de tanto sofrimento. Era sofrimento, se você não tiver mesmo garra mesmo você num fica não... você

enfrenta é sol, é chuva debaixo daquela lona. É... [...] jagunço, é, enfrentava. Trem é feio viu. Lá nesse Costa Campo eles foram lá para nos tirar e fazer um confronto sabe?. [...] Se o povo não fosse [...] muito ágil e cabeça tinha sido muita morte... porque os jagunços foram lá para matar, para nos destruir, para bagunçar tudo né? Mais o pessoal teve muita sabedoria e conversou com eles [...] até que eles caíram em si [...]. Mais teve o despejo, depois. Lá a gente sofreu demais, como a gente sofreu. Depois veio para corredor também. Não, foi só sofrimento. (*Antônia*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Segundo *Antônia*, os alimentos consumidos no acampamento eram obtidos da seguinte forma:

No meu caso, meu marido levava para mim, porque ele ficou para trabalhar. Depois foi meu filho ficar comigo lá também. Ele levava os alimentos para gente. Depois, o INCRA passou a dar comida também. E também, tinha muita gente assim que ia lá visita, levava as vezes, alguma coisa [...], mais ou menos que dava pra alimentar. [...] mas que era difícil. Muitos não tinham, aí a gente que tinha que juntar e dar, para não ver o outro sofrendo, passando fome [...]. O INCRA dava uma cesta, coisa assim. Um feijão que levava uns três dias pra cozinhar [...], fora de brincadeira [...]. Mas cozinhasse [...] e era difícil porque num podia gastar muito gás porque se não ficava sem gás, aí era difícil demais, aquele fogareiro de duas boca, sabe? Tinha que fazer um fogão caipira, de barro lá, para cozinhar feijão e outras coisa mais custosa de cozinhar. Tinha vez que fazia a comida toda nesse fogão, quando tinha lenha [...]. (*Antônia*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Essa situação reforça as observações de Valenciano (2006), ao estudar estratégias de mobilização de mulheres trabalhadoras sem terra no Pontal de Paranapanema:

Desde o primeiro passo da luta, que é a ocupação, a mulher está presente. Ela qual se destaca ao lado dos homens, muito embora a cultura e os preceitos que referenciam a organização patriarcal familiar tenham, na mulher, a dona de casa, a senhora do lar, a mãe, a esposa. Ou seja: todos os aspectos que caracterizam o espaço privado. (VALENCIANO, 2006, p. 33).

As funções desempenhadas pelas camponesas nos acampamentos apresenta papel dialético na medida em que são reforçados padrões sociais do trabalho reprodutivo do sexo feminino no dia-a-dia, ao mesmo tempo em que nos momentos de enfrentamento, como nas ocupações das terras, se posicionavam na linha de frente como uma tática para o não enfrentamento armado, mas, também, como sinônimo da convicção de que somente a luta garantiria a posse da terra.

Conforme relatos das camponesas e dos camponeses que participaram de acampamentos, havia uma divisão social/sexual do trabalho no dia-a-dia e na vivência do espaço. Segundo nos contou *Antônia*:

Tinha horário para toma banho, para tudo. Para lavar vasilha. [...] para dá tudo certo tinha que ser assim mesmo. [...] Horário das mulheres são das mulheres. Horário dos homens, são dos homens, sabe? Se fosse para lavar roupas [...] iam só as mulheres. Se fosse pra lavar vasilha, só as mulheres. Tinham alguns homens que lavavam coisas também porque as mulheres não estavam. Era só ele, né? [...] E na hora de tomar banho, tinha o horário do homem e da mulher. (*Antônia*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Já nas manifestações e confrontos com a polícia percebemos uma transposição das fronteiras entre o público e o privado, ressaltando, dessa forma, a relação dialética/contraditória da participação da mulher na luta pela terra. Ou seja, a participação das mulheres modificam as relações sociais que pré-definem os papéis do *ser mulher* e do *ser homem* como estático. Conforme observamos no relato de *Renata*:

[...] a mulher, eu me lembro demais, nós enfrentávamos polícia, né? Nós éramos a frente da batalha, do confronto, eram as mulheres e as crianças que ficavam a frente. Por quê? Porque aquilo era catastrófico! Se a polícia chegasse a encostar... Eu me lembro que gestante do meu filho, em Goiânia, uma época nós fizemos um embate lá, para conseguir um desmatamento que tinha sido prometido pelo então governo do estado, e ele não cumpriu, e nós fizemos um movimento e ocupamos um órgão do governo lá e fomos brigar e conseguimos as máquinas pra desmatar nossas terras. E eu me lembro que nós estávamos dentro do órgão, nós éramos umas vinte e sete, trinta pessoas lá dentro, no qual eu estava [...], e me lembro que no embate com a polícia, o superintendente do órgão chamou a polícia pra nos despejar, no embate nós fizemos uma corrente de mulheres e crianças na frente dos homens, pra que os homens não fossem atingidos, porque nos homens eles iam bater. Nós fizemos esse movimento e nós levamos a polícia fora do órgão. Fizemos a corrente de mulheres e crianças e colocamos a polícia para fora. Empurrando mesmo a polícia, empurrando, falando fora, fora... aí nós fechamos o portão e ficamos lá dentro. (*Renata*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, Set., 2015)

O acesso a terra é o sonho tanto dos homens como das mulheres. Esse sentimento está vinculado à construção de uma identidade camponesa que foi impedida de ser reproduzida pela falta de acesso a terra. Todas as famílias que compõem o Assentamento Serra Dourada, atualmente, nasceram no campo e ali viveram por um período. Apesar disso, como se sabe, a classe camponesa, historicamente excluída, foi sufocada pelos latifundiários e seus apoiadores, que a impediu de viver com dignidade em seus territórios ou mesmo de ter

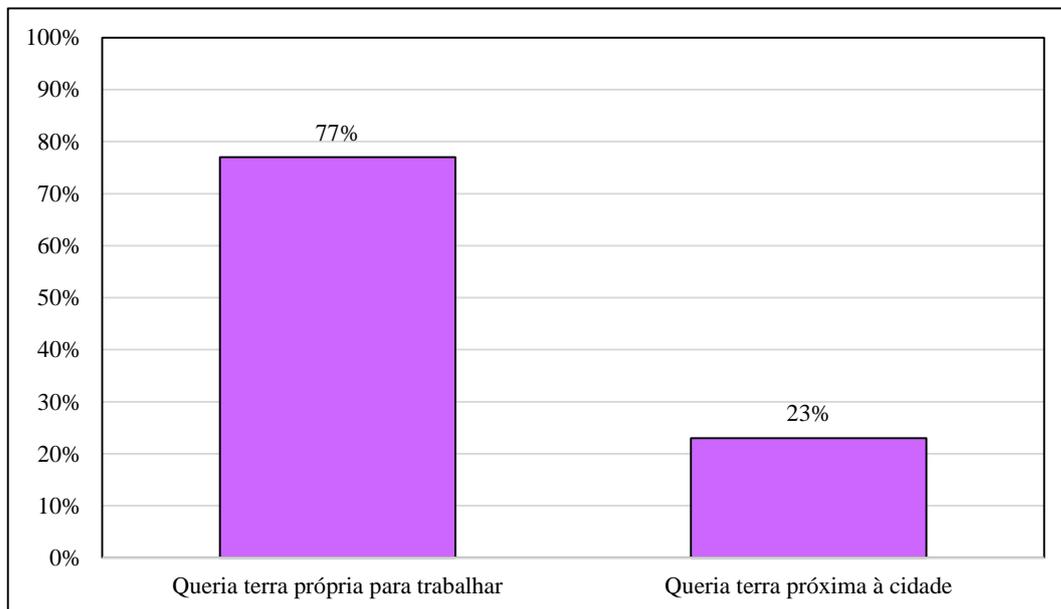
acesso a terra, já que muitas eram trabalhadoras e muitos eram trabalhadores nas fazendas dos coronéis ou ainda moradoras e moradores da periferia dos centros urbanos, como é o caso do município de Goiás/GO.

Conforme observa Marques (2008, p. 60) “[...] o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista”. A autora assiná-la que:

Em contraste com o forte enraizamento territorial que caracteriza o camponês europeu, a trajetória do nosso campesinato é marcada por uma forte mobilidade espacial. O predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existência desenvolvidas por essa classe social tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social.

O principal motivo (Gráfico 4), conforme 77% das famílias do Assentamento, para lutarem pela terra ou entrarem no Assentamento foi a vontade de ter “um pedaço de chão para morar e trabalhar” e não mais serem empregados de outras pessoas.

Gráfico 4- Motivo da ida das famílias para o Assentamento Serra Dourada – Goiás/ GO (2015)



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

Antes da entrada no Assentamento, 31% das famílias moravam na cidade de Goiás/GO ou em municípios vizinhos, trabalhando como boias frias e também em construções civis etc. (Gráfico 5). Ainda, 23% das famílias do Assentamento moravam nas

terras de outras pessoas no município de Goiás/GO ou em municípios vizinhos ou são oriundas de outros assentamentos rurais das proximidades.

A última resposta demonstra as dificuldades encontradas pelas famílias camponesas para permanência nos assentamentos rurais. Dentre os motivos apontados pelas camponesas e pelos camponeses estão as dificuldades de acesso a cidade em razão das longas distâncias e a péssima qualidade das estradas:

Nós éramos lá do Buriti Queimado. [...] aí nós temos um amigo lá no INCRA que viu a situação lá, que a gente plantava muito, muita horta, muita coisa lá e não tinha como trazer para cá, sabe? Muito longe, para você vir cá também era quarenta e cinco quilômetros para vir e quarenta e cinco para voltar. Aí quando chegava aqui já estava bem muchinha. Aí ele foi lá fazer uma visita para nós, e aí ele pegou, fez essa proposta para nós... Nosso lote lá era grande, era muita terra... se ele conseguisse um lote só que era mais pequeno, se nós faríamos essa troca. [...] Nós aceitamos. [...]. (*Maria*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, Jun., 2015)

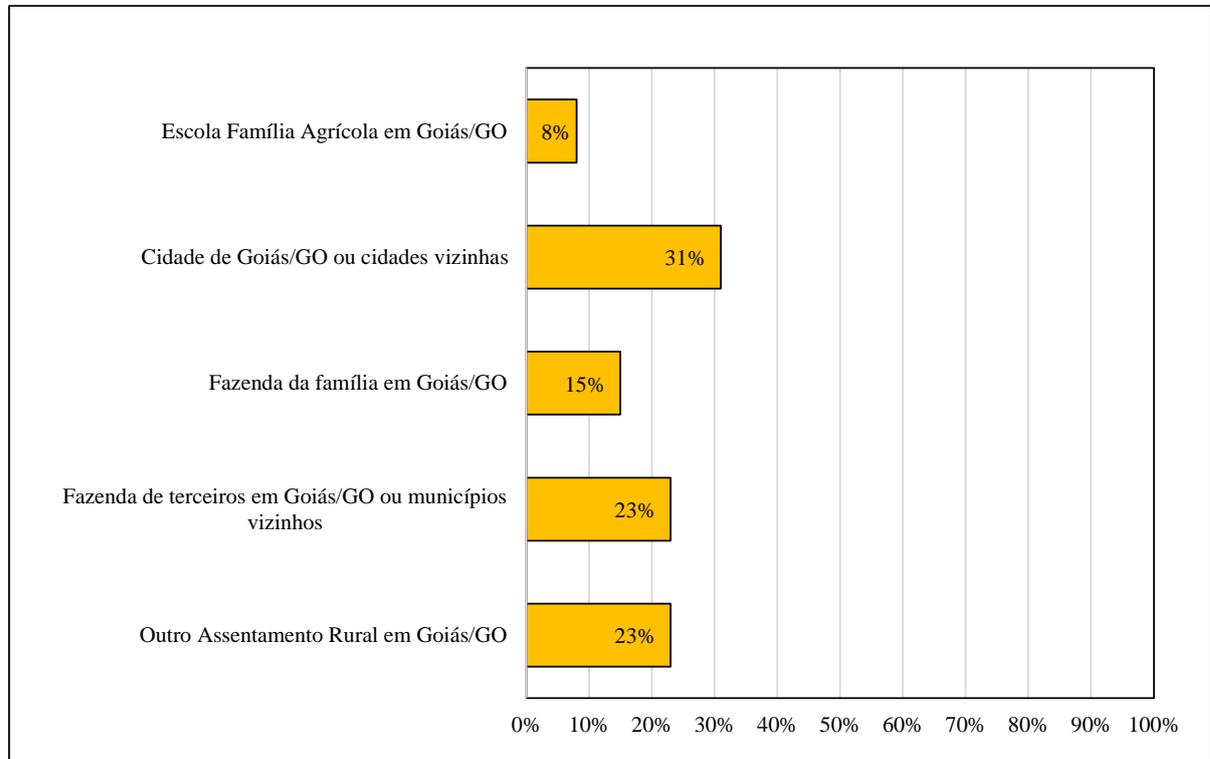
A maioria dos Assentamentos do município de Goiás/GO estão localizados a uma distância de mais de 20 km da cidade. Por esse motivo aliado às condições das estradas, as famílias assentadas enfrentam dificuldades relacionadas ao acesso à cidade e à comercialização da produção, principalmente quando os produtos são hortaliças, conforme observamos a partir do relato de *Maria*. À dificuldade de escoamento da produção, soma-se aos desafios enfrentados para acesso a saúde (visto que o atendimento médico não é regular, em muitos assentamentos) e educação (já que as escolas do campo, exceto a Escola Família Agrícola – EFA- oferecem apenas o ensino fundamental). Podemos observar essa situação no depoimento de *Renata*:

Em 2006 eu sofri um acidente. Eu estava terminando minha graduação [...]. Eu sofri um acidente voltando pra o Mosquito e eu fiquei três anos com a perna fraturada, fazendo cirurgia, e nunca melhorava, não conseguia consolidação do osso. Até que graças a Deus consolidou. Mas eu fiquei com muitos problemas de saúde, ficava difícil. O Mosquito são vinte e cinco quilômetros de Goiás, né?. E o Mosquito não foge a realidade de nenhum Assentamento. [...] a distância, as estradas [...] (*Renata*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, Set., 2015)

As dificuldades de acesso à cidade são fatores que influenciaram a não permanência das famílias nos assentamentos rurais do município. Da mesma forma, é um fator que influenciou a vinda de famílias para o Assentamento Serra Dourada, que se localiza a oito quilômetros da sede do município.

Ainda relacionado aos locais de onde vieram as famílias que compõem o Assentamento Serra Dourada, 15% moravam em sítios dos/com os pais, no município de Goiás/GO e 8% trabalhavam na Escola Família Agrícola (EFA)²⁵.

Gráfico 5- Origem das famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015)



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

O acesso a terra possibilitou que as camponesas e os camponeses sonhassem com uma vida melhor para si e sua família. A terra conquistada significou a possibilidade de plantar e colher, de desenvolver os conhecimentos agrícolas, ensinados pelas suas mães e pais e aprendidos a partir um saber/fazer, enfim, simbolizou a possibilidade de reprodução social dessa classe que se reterritorializou e buscou criar, como afirma Pelá; Mendonça (2010), novas raízes para continuar a *(Re)Existir*. É nesse esforço de criar novas raízes que os modos de vida são expressos e recriados.

²⁵ A Escola Família Agrícola (EFA), tem suas atividades pautadas na Pedagogia da Alternância. Ela atende estudantes dos níveis fundamental, médio e profissionalizante, provenientes dos assentamentos rurais do município de Goiás/GO. Essa escola visa, além da formação de crianças e jovens no ensino formal, o fortalecimento do campesinato no município e a permanência das famílias no campo. Conforme Pietrafesa (2006, p. 10) “A escola nasceu com a finalidade de estender conhecimento científico à necessidade empírica.”. Conforme o autor, suas atividades tiveram início no ano de 1994, tendo o apoio de instituições como CPT, Diocese de Goiás, Associações de Assentamentos, MST e Mosteiro da Anunciação.

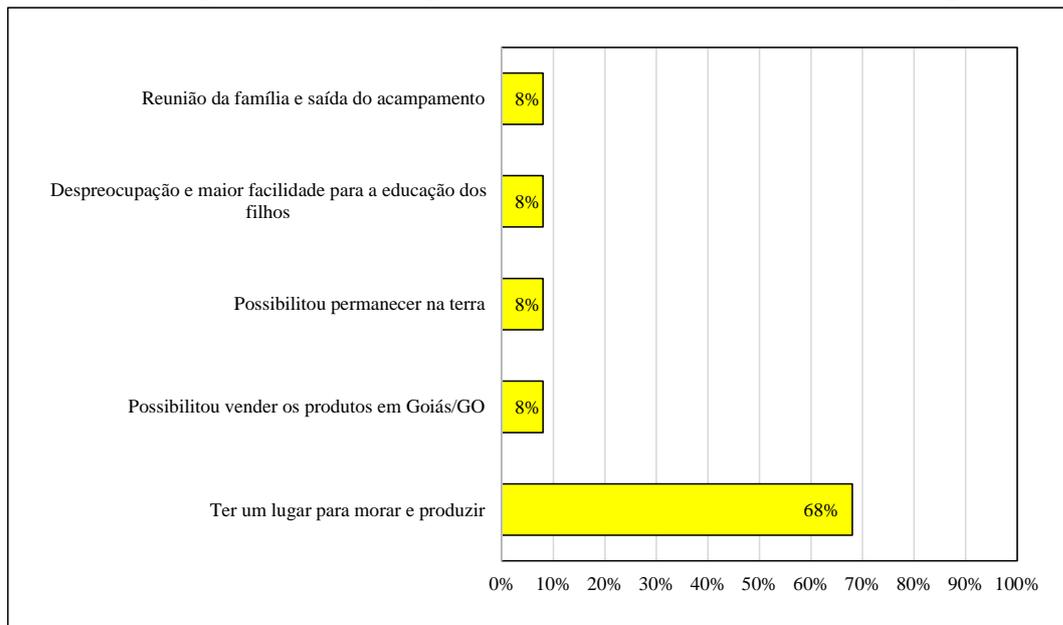
2.2 O viver e o produzir no Assentamento Serra Dourada

2.2.1 A luta pela permanência na terra

Conforme abordado na seção anterior, o acesso a terra é uma condição básica para a reprodução do campesinato e sinaliza a possibilidade de camponesas e de camponeses viverem com dignidade no campo. A partir do acesso a terra é possível produzir boa parte dos alimentos consumidos pela família; garantir autonomia no direcionamento do trabalho, organização do tempo, etc., proporcionando condições para a reprodução social da classe.

Notamos, durante a fase de entrevistas semiestruturadas, por meio das respostas sobre os pontos positivos em viver no Assentamento, a melhoria das condições de vida das famílias. A resposta que mais se destacou (Gráfico 6) foi o fato de que a partir do acesso a terra elas e eles tiveram um “lugar próprio para morar e trabalhar” (68% das respostas). Em menor quantidade, também foi destacado a reunião da família e a saída do acampamento (8%), a possibilidade de educação dos filhos e a despreocupação em viver no campo (8%), possibilidade de permanecer na terra (8%) e possibilidade de venda da produção na cidade de Goiás/GO (8%).

Gráfico 6- Pontos positivos destacados pelas famílias do Assentamento Serra Dourada após o acesso a terra



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

A preocupação com a família está implícita na maioria das respostas das camponesas e dos camponeses do Assentamento. Durante a observação participante realizada

na casa de *Cláudia* e *José*, era recorrente a preocupação com a filha e o filho que moravam na cidade para trabalhar. Tal preocupação estava presente em suas falas de forma direta e indireta ao longo dos dias, durante o trabalho e nos momentos de descanso. *Cláudia*, como muitas outras, não preparava nenhum prato especial, a não ser aos domingos quando recebia a visita da filha e do filho. *Marta*, também assentada, ao nos responder sobre os pontos positivos com a chegada ao Assentamento, demonstrou a preocupação com seus filhos:

Ah, despreocupação [...] de não morar na cidade. A criação dos filhos é diferente, né? [...] Mudou tudo! Principalmente na criação dos filhos, a educação aqui é muito mais fácil. O que ganha [a renda] também [...]. Quando a gente morava na cidade, era muito gasto, muita despesa, aqui diminuiu demais. Com família grande [...]. Agora mesmo já consegui casar [...] dois. (*Marta*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Apesar de o acesso a terra gerar uma série de expectativas entre as camponesas e os camponeses, essa não é condição suficiente para concretização de seus sonhos, tampouco, para promover a igualdade social. É preciso haver condições para permanência no campo. Os pontos positivos observados pelas famílias que lá estavam, quando da pesquisa, foram possíveis pelas condições que tiveram para permanecerem ali. Muitas famílias que foram beneficiadas com parcelas no Assentamento não permaneceram, como vimos, e o mesmo ocorre entre os outros assentamentos do município.

Os grupos de famílias que compuseram a formação inicial do Assentamento Serra Dourada, ou que ali entraram até o início de 2000, tiveram acesso a três tipos de créditos, em 2000: Alimentação, para a compra de gêneros alimentícios; Fomento, para a compra de ferramentas e; Habitação, para apoio na construção da moradia. Em uma das Atas da Associação do Assentamento encontramos os valores recebidos:

Ata da Assembleia Extraordinária [sic] do projeto de Assentamento Serra Dourada do dia 29 de fevereiro de 2000. [...] Nesse momento deu-se início o pagamento do crédito Habitação [sic] a cada Associado no valor de R\$2.500,00 para cada um. [...] terminado o pagamento do crédito Habitação [sic] foi também pago os créditos Fomento e Alimentação aos cinco novos Associados no valor de 1.400,00R\$, a cada um. [...]. (ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, 2000, p. 04)

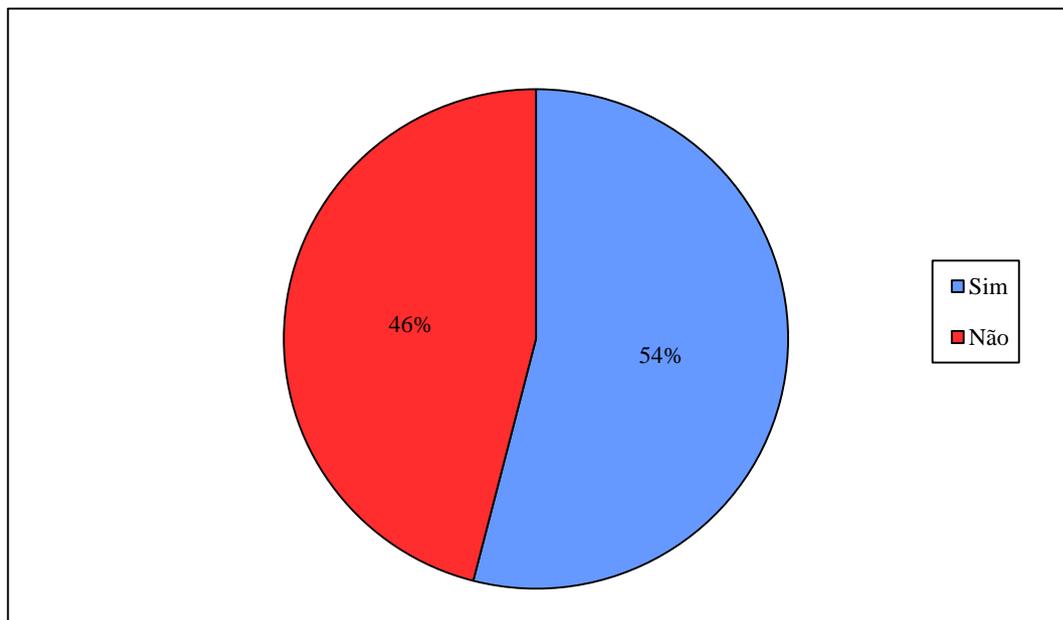
Essas famílias também tiveram acesso, em 2001, ao financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, conforme o Banco Central do Brasil (BCB, 2015), destina-se a estimular a geração de renda e a melhorar o uso

da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Esse programa possui diversas linhas de crédito, sendo a linha de crédito A²⁶, a acessada pelas camponesas e pelos camponeses do Assentamento. O valor recebido foi de R\$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), conforme consta na Ata de reuniões da Associação do Assentamento Serra Dourada, do dia 14 de setembro de 2001: “[...] O dinheiro da linha A já está liberado para o Banco do Brasil. O Banco local. O Crédito que foi liberado pro PA Serra Dourada foi somente os 9.500,00 para cada parceleiro e não os 12.000,00.”

As famílias que tiveram acesso ao PRONAF foram aquelas que ali estavam no ano de 2001. Desse modo, de todas aquelas que, até o fim dessa pesquisa (2016), compunham o grupo de famílias do Assentamento, 54% tiveram acesso ao financiamento do Programa (Gráfico 7). O valor recebido (Gráfico 8) variou, conforme informações das famílias, de R\$6.500,00 a R\$16.500,00, sendo que 43% receberam entre 6.500,00 e 7.500,00; 43% receberam entre R\$9.000,00 e R\$9.500,00; e, 14% receberam R\$16.500,00.

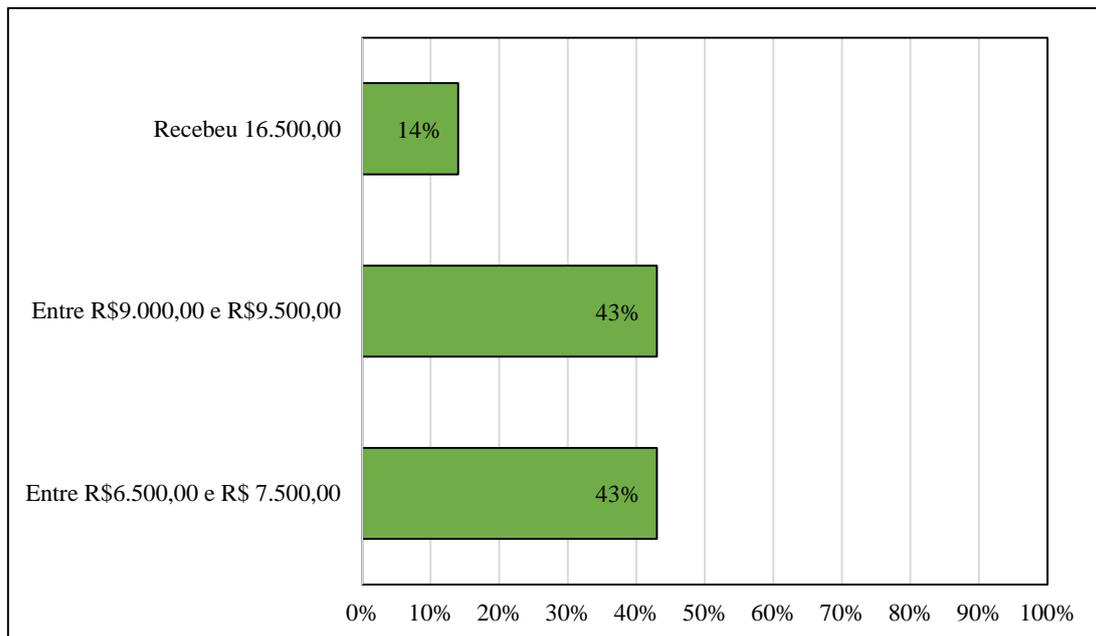
Gráfico 7- Famílias do Assentamento Serra Dourada que tiveram acesso ao PRONAF (2001 a 2015)



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

²⁶ O Grupo A, conforme o Banco Central do Brasil (BCB, 2015), é composto por “Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

Gráfico 8- Valor (R\$) do PRONAF acessado pelas famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2001 a 2015)



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

O valor recebido foi utilizado de formas variadas (Gráfico 9). Apesar disso, a maioria (71%) utilizou para a compra de gado. Isso se deu porque o projeto encaminhado tinha essa finalidade (compra de gado leiteiro). Nesse sentido, em média, seria possível adquirir dezesseis (16) vacas leiteiras, em 2001, para os 14% que adquiriram R\$ 16.500,00. Já para os 43%, entre R\$ 9.000,00 e R\$ 9.500,00 seria possível comprar nove (9) vacas. Para os demais, que acessaram entre R\$ 6.500,00 e R\$ 7.500,00, sete (7) cabeças, considerando o custo médio de R\$ 1.000,00 cada vaca leiteira comercializada na região naquele período, conforme informações das camponesas e camponeses que participaram da pesquisa²⁷.

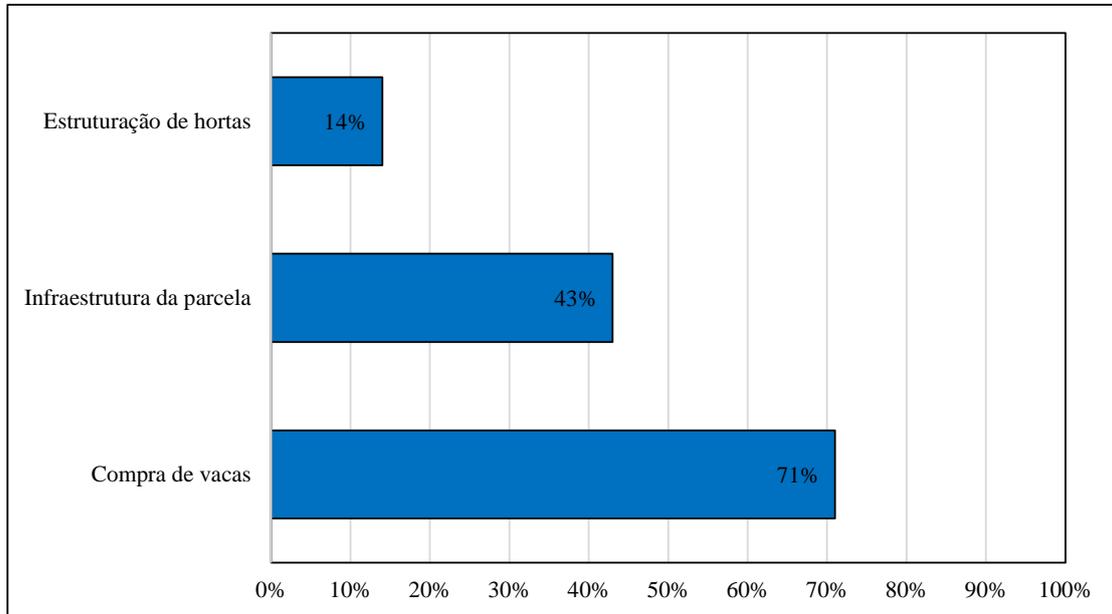
Aquelas famílias que não tiveram acesso ao PRONAF (46% conforme Gráfico 7), dentre os principais motivos elencados (Gráfico 10) estiveram o andamento do processo de regularização da documentação do lote e a impossibilidade de emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), representando 66% dos casos.

Por outro lado, embora em quantidade menor, a resposta que chama a atenção é a escolha por não obter o financiamento para não contrair dívidas, representando 17% dos casos. Essa resposta confirmou nossa observação sobre as dificuldades enfrentada por diversas famílias do Assentamento em pagar as parcelas do financiamento que receberam ou que foram impelidos a pagar como condição de ficarem nos lotes desocupados. Muitas das

²⁷ Em julho de 2016, na região, o preço médio de uma vaca leiteira variava entre R\$2.500,00 e R\$3.000,00.

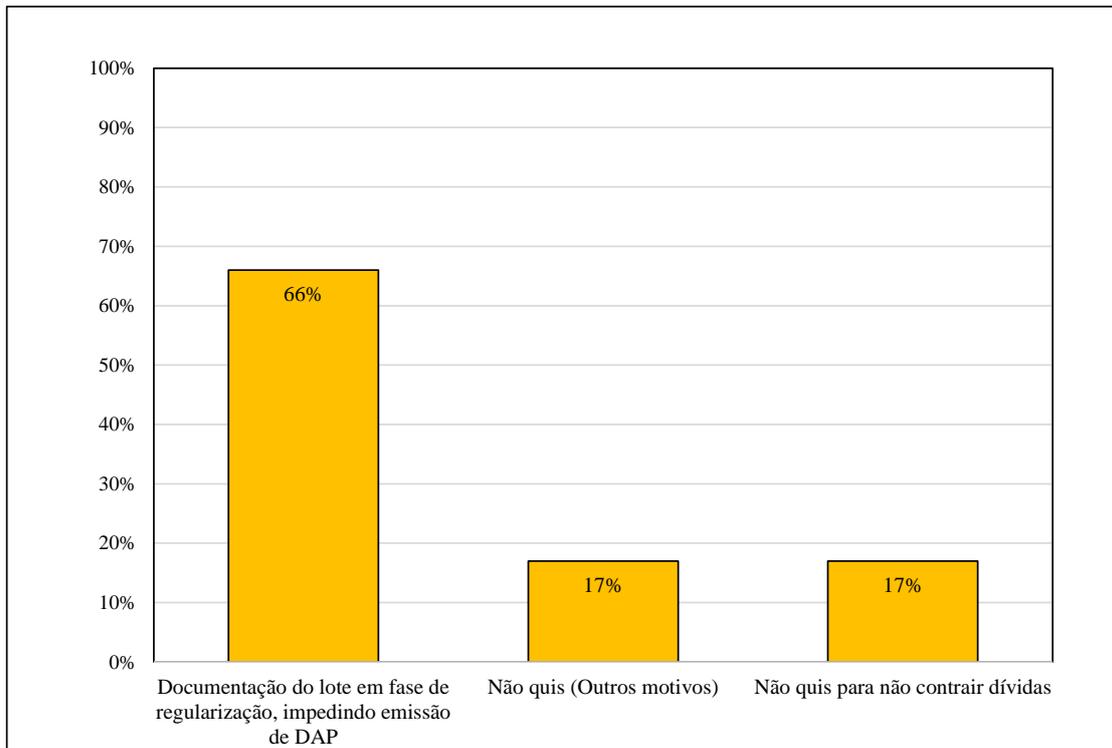
famílias que entraram no Assentamento após o acesso ao PRONAF, em 2001, assumiram a dívida das anteriores.

Gráfico 9- Destinação do financiamento pelas famílias do Assentamento Serra Dourada- Goiás/GO (2001 a 2015)



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

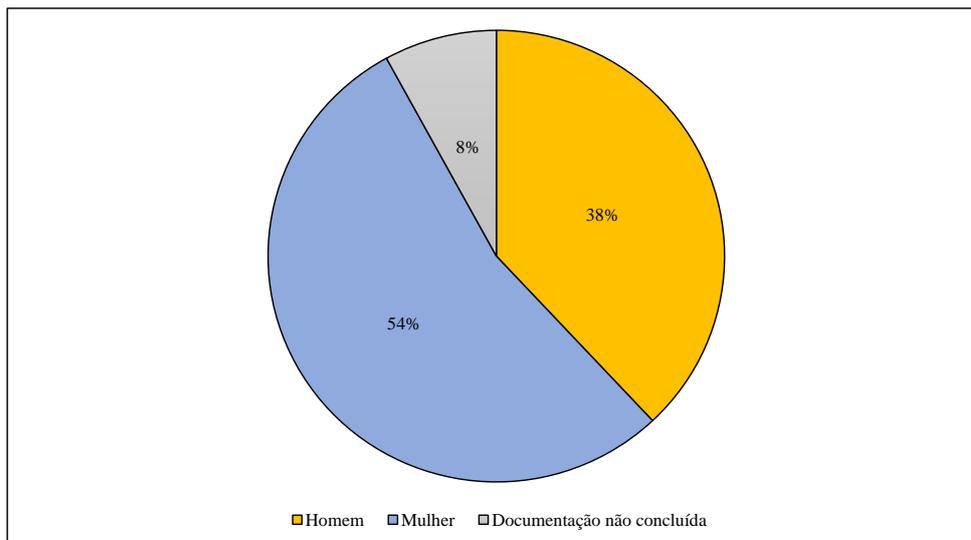
Gráfico 10- Motivos que levaram Algumas famílias (46%) do Assentamento Serra Dourada a não acessarem o recurso do PRONAF (2001-2015)



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

Ressalta-se que o PRONAF é acessado a partir da DAP que é emitida à pessoa considerada titular do lote, sendo na maioria dos casos, no ano de 2001, os homens. Essa situação tem sido revertida, pois a partir do ano de 2003, a documentação do lote passou a ser emitida com titulação conjunta. Até o término dessa pesquisa (2016), 54% das parcelas estavam em nome das mulheres, seguidos de 38% em nome dos homens; os 8% restantes estavam com os documentos em fase de conclusão (Gráfico 11).

Gráfico 11- Titulares das parcelas no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015)



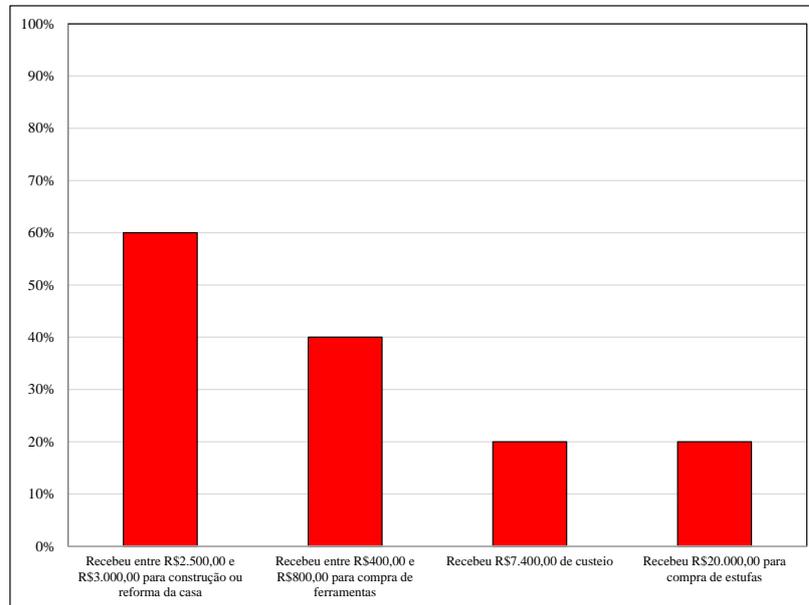
Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

Além do PRONAF, 38% das famílias que compunham o grupo do Assentamento, até 2016, tiveram acesso a outros financiamentos. Dessas, 60% receberam entre R\$2.500,00 e R\$3.000,00 direcionados para a reforma ou construção das casas, 40% receberam entre R\$400,00 e R\$800,00 para a compra de ferramentas, 20% receberam também o custeio, que é uma das categorias do PRONAF, no valor de R\$7.400,00 utilizados para infraestrutura da parcela (cercas, curral etc.), ou tiveram acesso a financiamento no valor de R\$20.000,00 utilizados para a compra de estufas para a produção de hortaliças (Gráfico 12).

Percebemos a partir da observação da destinação dos recursos acessados pelas famílias, que a maioria foi direcionada à compra de gado, compra de ferramentas e de materiais para a confecção de estufas. Considerando a extensão da terra, desde o início da criação do assentamento, a maioria das famílias se dedicou à produção de hortaliças, visto que

a criação de gado, que é uma das principais atividades desenvolvidas pelas famílias camponesas da região, era inviável por demandar uma área maior²⁸.

Gráfico 12- Outros financiamentos acessados pelas famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2001-2015)



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

As atividades que mais contribuem para a geração de renda - em dinheiro - para as famílias do Assentamento é a produção de hortaliças, principalmente, alface, couve, rúcula e “cheiro verde” composto por cebola de folha, salsa, coentro e hortelã (Foto 1). Essas variedades são cultivadas durante todo o ano. Também são cultivados brócolis, mostarda, beterraba, cenoura, tomate, entre outros, no período do ano em que não há chuvas (Quadro 3).

Foto 1 - Cultivo de hortaliças no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015)



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2015. **Autora:** MESQUITA, Natalia Lucas (2015).

²⁸O primeiro recurso recebido pelas famílias camponesas, conforme mencionado, foi destinado à compra de gado por se tratar de um projeto que seria desenvolvido na área coletiva do Assentamento, adequada para essa atividade.

Quadro 3 - Calendário agrícola de produção de hortaliças de família do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO²⁹

Estação	Mês	Local	Plantio	Colheita	
Água	NOV.	Dentro da estufa	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	-	
		Fora da estufa	-	Alface, couve, abóbora, pepino, rúcula, maxixe, cheiro verde	
	DEZ.	Dentro da estufa	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	
		Fora da estufa	-	-	
	JAN.	Dentro da estufa	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	
		Fora da estufa	-	-	
	FEV.	Dentro da estufa	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	
		Fora da estufa	-	-	
	MAR.	Dentro da estufa	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	
		Fora da estufa	-	-	
	Transição	ABR.	Dentro da estufa	Abóbora, cenoura, beterraba, maxixe, pepino, tomate cereja.	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde
			Fora da estufa	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde e quiabo	-
	Seca	MAI.	Dentro da estufa	-	-
			Fora da estufa	-	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde e Inhame
JUN.		Dentro da estufa	-	Abóbora, pepino, maxixe, quiabo	
		Fora da estufa	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	
JUL.		Dentro da estufa	-	Abóbora, pepino, maxixe, quiabo	
		Fora da estufa	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	
AGO.		Dentro da estufa	-	Cenoura, beterraba, tomate cereja, abóbora, pepino, maxixe, quiabo	
		Fora da estufa	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	
SET.		Dentro da estufa	-	Cenoura, beterraba, tomate cereja, abóbora, pepino, maxixe, quiabo	
		Fora da estufa	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	
OUT.		Dentro da estufa	-	Cenoura, beterraba, tomate cereja, abóbora, pepino, maxixe, quiabo	
		Fora da estufa	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	Alface, couve, rúcula, cheiro-verde	

Fonte: Pesquisa de campo, 2016. Organização: MESQUITA, Natalia Lucas (2016).

²⁹ Os produtos para autoconsumo (Quadro 03) são produzidos as margens das hortas ou nos quintais das parcelas. Exceto o feijão, cultivado nas estufas entre abril e agosto.

Para nove famílias do Assentamento (60%) a maior contribuição para a renda é proveniente do cultivo das hortaliças. Somente o Assentamento fornece cerca de 90% das hortaliças (Quadro 4) consumidas na cidade de Goiás/GO, sendo responsável pelo abastecimento dos principais supermercados e frutarias³⁰. As hortaliças são entregues nos mercados cerca de três a quatro vezes por semana, no período matutino.

Quadro 4 - Abastecimento de hortaliças em mercados da cidade de Goiás/GO (2015)

Mercado que comercializam hortaliças em Goiás/GO (Nome fantasia)	Origem da fornecedora e do fornecedor
Supermercado Gegê	Assentamento Serra Dourada
Supermercado Souza	Assentamento Serra Dourada
Supermercado Tend Tudo	Assentamento Serra Dourada
Supermercado Master	Assentamento Serra Dourada
Supermercado Prata	Assentamento Serra Dourada
Supermercado do Rafinha	Origem desconhecida
Mercearia Lobo	Assentamento Serra Dourada
Mercearia Xavier	Assentamento Serra Dourada
Banca da D. Helena	Assentamento Serra Dourada
Banca do Sr. Hélio	Assentamento Serra Dourada
Verdurão Modelo	Assentamento Serra Dourada
Verdurão	Assentamento Serra Dourada

Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

As famílias recebem apenas o valor das hortaliças que são vendidas pelo mercado, assumindo os prejuízos pelos produtos que ficam nas gôndolas. Essa foi uma escolha das camponesas e dos camponeses em razão de o valor pago pelo produto ser maior, nesse caso: “a perda é pequena e os valores pagos pelas unidades são maiores que no caso de o supermercado assumir as perdas”.

A responsabilidade pela contabilização do que não é vendido é da proprietária e/ou do proprietário do mercado, em quem as famílias confiam. Os produtos que não são vendidos, mas que estão em condições de serem consumidos, são doados às funcionárias e/ou aos funcionários do estabelecimento. Conforme justificou *Cláudia* “os funcionários tem de comprar se quiserem... Então o *José* doa para eles”.

O mesmo acontece com outras famílias pesquisadas por nós. *Júlia* e *Joaquim*, que fornecem hortaliças para uma frutaria, recebem, também, apenas o valor referente ao que foi vendido no dia, confiando na proprietária e/ou no proprietário à contabilização das perdas.

³⁰ Informação obtida por meio de pesquisa de campo na cidade de Goiás/GO.

Os mercados comercializam os produtos vendidos pelas famílias com acréscimo de 25% a 50% do valor (Tabela 2).

Tabela 2- Valores dos produtos pagos às famílias pelas/pelos comerciantes; e preços “de gôndola” (2016)

Produto	Valor recebido pelas famílias (R\$)	Valor dos produtos vendidos pelo mercado (R\$)
Alface	4,00	5,00
Couve	2,00	3,00
Rúcula	2,00	3,00
“Cheiro verde”	1,50	2,50

Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2016.

Além dos mercados (supermercados e frutarias), as famílias comercializam as hortaliças em feiras na cidade de Goiás/GO (Fotos 2 e 3), que ocorrem nos dias de quarta-feira e quinta-feira no setor central, sexta-feira no setor aeroporto e aos domingos no bairro João Francisco.

Foto 2 - Bancas de camponesas e camponeses do Assentamento Serra Dourada na “Feira do Pequeno Agricultor” - 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016. **Autora:** MESQUITA, Natalia Lucas (2016).

Foto 3 - Bancas de camponeses do Assentamento Serra Dourada na “Feira Livre da cidade de Goiás” – 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016. **Autora:** MESQUITA, Natalia Lucas (2016).

As feiras possibilitam um contato maior entre as famílias e as consumidoras e os consumidores de seus produtos. As variedades de hortaliças vendidas durante todo o ano são alface, rúcula, couve e o cheiro verde, composto por cebola de folha, salsa, coentro e hortelã. Apesar disso, em algumas épocas do ano (período da estiagem) também são vendidos cenoura, beterraba, brócolis, guariroba e outros produtos excedentes daqueles produzidos para autoconsumo. Também, uma das famílias, que não produzem hortaliças, vendem quitandas (pão de queijo, bolo de mandioca, pamonha etc.).

Em entrevista realizada com uma moradora da cidade de Goiás/GO, *Beatriz*³¹, que frequenta a “Feira do Pequeno Agricultor” realizada em dias de quinta-feira no centro da cidade, ressalta a importância da feira e as vantagens em comprar os produtos das famílias do Assentamento:

- Você sempre comprou verduras na Feira do Pequeno Agricultor?
- Quando me mudei não soube de imediato do fornecimento deles, aí comprava em supermercados. Mas quando soube, passei a comprar só deles.
- Por quê?
- Porque são produtos confiáveis e porque acho que esse tipo de comércio deve ser estimulado.
- Como você ficou sabendo da feira e da origem dos produtos?
- Foi uma pessoa que trabalha comigo, que é da cidade e compra lá.
- O que te fez permanecer comprando delas e deles, além da confiabilidade dos produtos?
- [...] o clima da feira é bom, apesar de conhecer poucas pessoas da cidade, percebia que era um momento de encontro. E a recepção dos produtores sempre muito boa, alegres, abertos a falar sobre o cultivo das hortaliças. Por exemplo, quando não dava pra levar algum tipo, explicavam o que estava dificultando o cultivo e qual a previsão de voltar a produzir.
- Qual a importância, em sua opinião, da feira para a cidade de Goiás e também para as camponesas e os camponeses do Assentamento?
- Acho que é uma coisa boa para as duas partes. A Cidade porque tem a oportunidade de comprar produtos oriundos da agricultura familiar que são produzidos sem veneno, em pequena escala, e assim melhorar a alimentação. Para os produtores por ser uma maneira de geração de renda, de circular seus produtos. (*Beatriz*. Entrevista. Cidade de Goiás/GO, Jul., 2016).

Os produtos comercializados nas feiras pelas camponesas e pelos camponeses são, em alguns casos, cultivados sem o uso de produtos químicos. Contudo, diferente da entrevistada, muitas consumidoras e muitos consumidores não foram despertadas e despertados para as vantagens desses produtos, demonstrando que o consumo das mercadorias oriundas das agroindústrias está presente nos hábitos e costumes alimentares da população. Em depoimento, *Cláudia* e *Sônia*, camponesas produtoras de hortaliças no Assentamento

³¹*Beatriz* (nome fictício) foi entrevistada na Feira e selecionada aleatoriamente.

Serra Dourada, contou-nos das dificuldades para comercialização de produtos sem uso de insumos químicos, em virtude de suas características (tem tamanho e padrão irregular, possuem algumas deformações e perfurações etc.). Além disso, *Cláudia* destaca a falta de informação da população sobre os usos de defensivos naturais: “Quando as pessoas descobriram que a gente usava urina de vaca para combater algumas pragas, deixaram de comprar!”.

Outras dificuldades enfrentadas pelas famílias camponesas, segundo constatou Santos (2015), ao pesquisar a “Feira livre da cidade de Goiás”, é a presença de produtos vindos do Centro de Abastecimento do Estado de Goiás (CEASA), que disputa lugar com as produtoras e os produtores dos assentamentos rurais, dentre os quais os do Assentamento Serra Dourada, mesmo sendo mais caros. Isso enfraquece as práticas agroecológicas entre as famílias camponesas, já que as hortaliças são as principais fontes de renda em dinheiro para elas, importante para que permaneçam no campo, devendo assim, se adaptar ao sistema de produção de bases modernas.

A Feira não simboliza, para as camponesas e os camponeses, somente um local para a venda dos produtos que cultivam. Ali, também, é o local de trocas de experiências, de encontros, conforme percebemos pelo relato de *Beatriz*. Na Feira, elas e eles se fazem camponesas e camponeses a partir das relações de reciprocidade que estabelecem com suas clientes e seus clientes e, também, familiares. Presenciamos essas relações em diversos momentos. *Cláudia*, por exemplo, ao explicar os valores dos produtos vendidos na Feira, que são estabelecidos pelo seu esposo, conta-nos que ele não considera o valor do mercado e cobra mais barato em virtude de que a maioria de suas freguesas e seus fregueses possuem uma renda baixa.

Além disso, no caso da família que acompanhamos, os produtos que não são vendidos na feira são doados. Ademais, dos familiares não são cobrados os produtos, como também, das amigas e dos amigos, como presenciamos na fase de observação participante na casa *Cláudia* e *José*. Quando os parentes de *José*, que moravam na cidade, faziam visitas à família sempre levavam produtos das hortas para casa, sem, contudo, pagar por eles. O mesmo ocorreu e ainda ocorre conosco, quando visitamos aquela família.

No último dia de nossa estadia na casa *Cláudia*, esta nos fez acompanhá-la até a horta e escolher os produtos que gostávamos para levar para casa, não nos permitindo escolher dentre aqueles que estavam com perfurações feitas por insetos, mas dentre os que ela considerava melhores e mais bonitos. Ainda hoje, quando visitamos *José* na feira, ele nos presenteia com hortaliças, não nos permitindo recusar “a custo de ofensa”. Essa situação

confirma a existência de uma ética camponesa envolvida pela reciprocidade em que, como o feirante entrevistado por Woortmann (1990, p. 38) o explicou: “Com parente não se negueia, porque no negócio sempre um sai ganhando e outro sai perdendo”.

Entendemos as relações de reciprocidade, bem como, a religiosidade como linhas que *costuram* o universo camponês e garantem a interconexão de suas esferas fundantes, apesar de não excluírem os conflitos inerentes do território. Durante o desenvolvimento dessa pesquisa pudemos perceber essas relações. Além das anteriormente descritas, chamou-nos a atenção a preocupação das famílias com as idosas e os idosos do Assentamento. *Antônia*, uma das idosas do assentamento, confirmou essa constatação aos nos contar sobre o dia que teve um Acidente Vascular Cerebral (AVC) e estava sozinha, apesar de um vaqueiro trabalhar em sua parcela:

[...] era onze e meia da manhã e eu não tinha levantado ainda. Aí ele [o vaqueiro] foi lá no vizinho pegar um esterco, e ele perguntou “ah, a tia, cadê ela?”. Falou “ah, a tia tá lá deitada, dormindo”. “Uai, ela num tá dormindo essas horas, nunca! Ela levanta é cedo. Eu vou lá ver o que está acontecendo”. [...] Aí que ele chegou lá e viu minha situação. (*Antônia*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Ao conversar com famílias do Assentamento durante o período em que *Antônia* estava em recuperação, sempre nos relatavam sobre a necessidade de visitá-la. Ainda, durante a pesquisa participamos de grupos de oração pela saúde dela.

Por meio de relatos das Atas de reunião novamente notamos a solidariedade das famílias:

Ata da Sembleia Extraordinaria [sic] do Assentamento PA Serra Dourada, Município de goiás. As 08 dias do mês de Março do ano de 2001. [...] Foi dividido entre os parceiros as tarefas, sobre a doença de *Joaquim* [...], ficou definido pelo grupo de fazer a compra no Supermercado, para dona Cleide, pra ver os papéis para dar entrada no INSS ficou o Julho, pra pagar os 160,00 no supermercado ficou o *Lair*. E os outros membros do grupo vai cuidar [sic] dos serviços em geral. No Hospital na Sata [sic] Casa em Goiânia, onde o *João Manoel* foi operado é presizo [sic] de 30 adoadores [sic] de sangue. Ficou descido [sic] de ir 8 pessoas do PA Serra Dourada [...]. (ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, 2000, p. 04).

Toda essa situação provoca-nos uma reflexão sobre o ser camponesa e o ser camponês e a relação com a terra e as pessoas.

Além das feiras e dos mercados, as famílias fornecem produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)³² e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³³, por meio da Cooperativa de Pequenos Agricultores de Goiás e Região (COOPAR). A COOPAR é composta por, aproximadamente, setenta (70) camponesas e camponeses provenientes de assentamentos rurais do município de Goiás/GO, Heitorai/GO, Itapuranga/GO e Itaberaí/GO. Essa Cooperativa, conforme informações de um de seus fundadores e integrante da CPT, Aguiel Lourenço da Fonseca, foi criada no ano de 2007, a partir da necessidade das famílias do Assentamento Serra Dourada, e depois de outras da região que a COOPAR abrange, de um sistema legal que possibilitasse o fornecimento de produtos para os programas institucionais do Governo Federal, inicialmente o PAA.

O fornecimento de produtos para esses programas representam para a maioria das famílias (92%), apenas um complemento da renda. Apesar disso, 8% recebem desses programas sua principal fonte de renda a partir do fornecimento de quitandas que são consumidas pelas estudantes e pelos estudantes das escolas do município e outras instituições, como o Asilo São Vicente de Paula e outras de caráter filantrópico. Os principais produtos fornecidos aos programas são: hortaliças, coco, polpas de frutas e quitandas (pão de queijo, biscoito de queijo, pão e bolacha).

Entre fevereiro e agosto de 2016, foi notado o uso das redes sociais, na internet, como instrumentos para a comercialização e divulgação dos produtos do Assentamento, principalmente, pelas filhas e pelos filhos das camponesas e dos camponeses dali, que divulgavam fotos dos produtos e do processo de preparo, anunciavam os dias de venda na feira da cidade, o que também, contribuiu para geração de renda em dinheiro.

Outro instrumento utilizado para divulgação dos produtos do Assentamento Serra Dourada, e de outros assentamentos também, foi a formação de um grupo no aplicativo WhatsApp, denominado Cesta Camponesa, em que as pessoas fazem suas encomendas de acordo com a lista disponibilizadas pela organizadora, e os produtos são entregues em suas

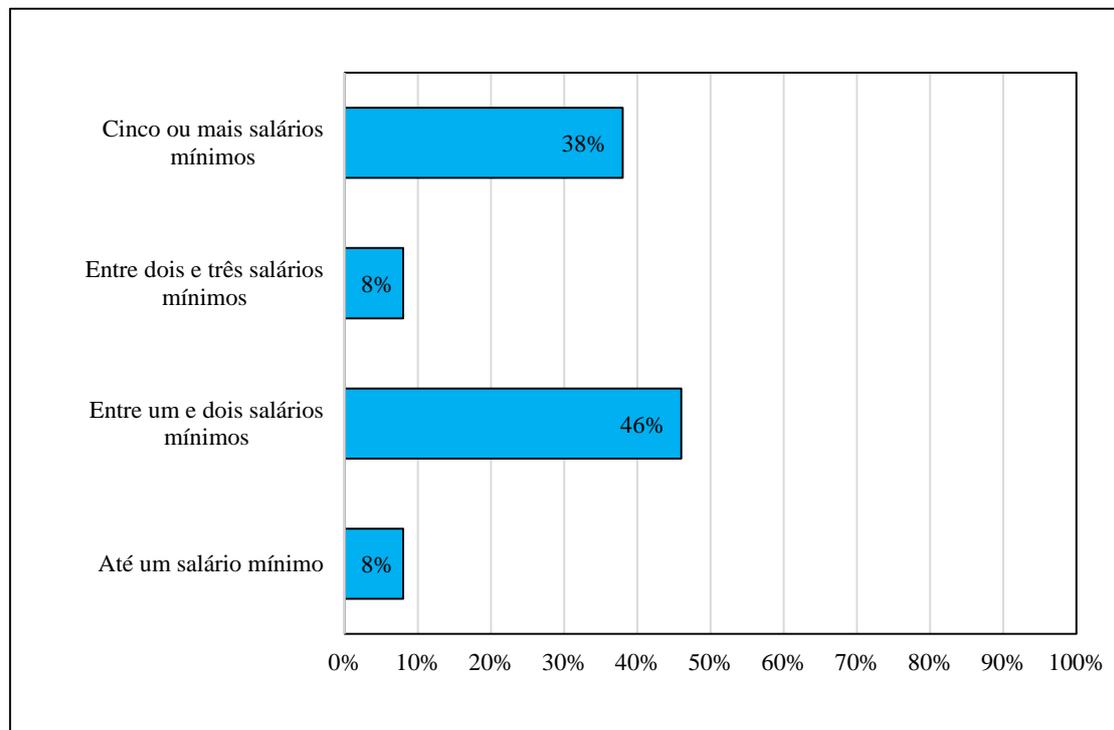
³² O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destina-se a disponibilização de merenda escolar para instituições da rede pública, filantrópicas e em entidades comunitárias. Dos recursos financeiros repassados as instituições, 30% (trinta por cento) devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura camponesa.

³³ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tem o objetivo de garantir acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$3.500,00 ao ano por agricultora/agricultor que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), exceto na modalidade de incentivo à produção e consumo de leite, cujo limite é semestral.

residências uma vez por semana. Segundo uma de suas participantes: “[...] facilitou muito, porque são mais produtores. A gente tem acesso a produtos que não eram comercializados na feirinha³⁴.”

A renda mensal bruta, em dinheiro, (Gráfico 13) da maioria (46%) das famílias do Assentamento Serra Dourada - proveniente da comercialização de itens produzidos nas parcelas - varia entre um e dois salários mínimos. Por outro lado, uma parte significativa (38%) de famílias possui uma renda de cinco salários mínimos ou mais. Em proporção menor, 8% das famílias recebem até um salário mínimo e 8% de dois a três salários mínimos³⁵.

Gráfico 13 - Renda mensal bruta das famílias do Assentamento Serra Dourada resultante da comercialização de itens produzidos nas parcelas



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas (2015).

No caso da família que acompanhamos durante a fase de observação participante, a renda mensal bruta resultante da comercialização de hortaliças variava entre três mil reais (R\$3.000,00) e cinco mil reais (R\$5.000,00), de acordo com a estação do ano. Como para a maioria das famílias, a principal fonte de renda era a venda de hortaliças em uma feira, uma

³⁴ A feirinha a que se refere é a “Feira do Pequeno Agricultor”. A participante, *Beatriz*, foi a mesma que nos concedeu entrevista por comprar produtos nessa feira.

³⁵ Em 2015, período de desenvolvimento da etapa de entrevistas semiestruturadas, o salário mínimo vigente era de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais).

vez por semana, seguido do comércio nos mercados, onde entregavam produtos quatro vezes por semana (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 - Renda bruta da família observada obtida com venda de hortaliças na Feira Livre da cidade de Goiás/GO - 2016

Produto*	Quantidade (Un)	Valor recebido por Unidade (R\$)	Valor total (R\$)
Alface	70	6,00	420,00
Couve	40	2,00	80,00
Cheiro-verde	30	1,00	30,00
Rúcula	20	2,00	40,00
Pimenta	6	1,00	6,00
Valor total por feira			576,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2016. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas (2016).

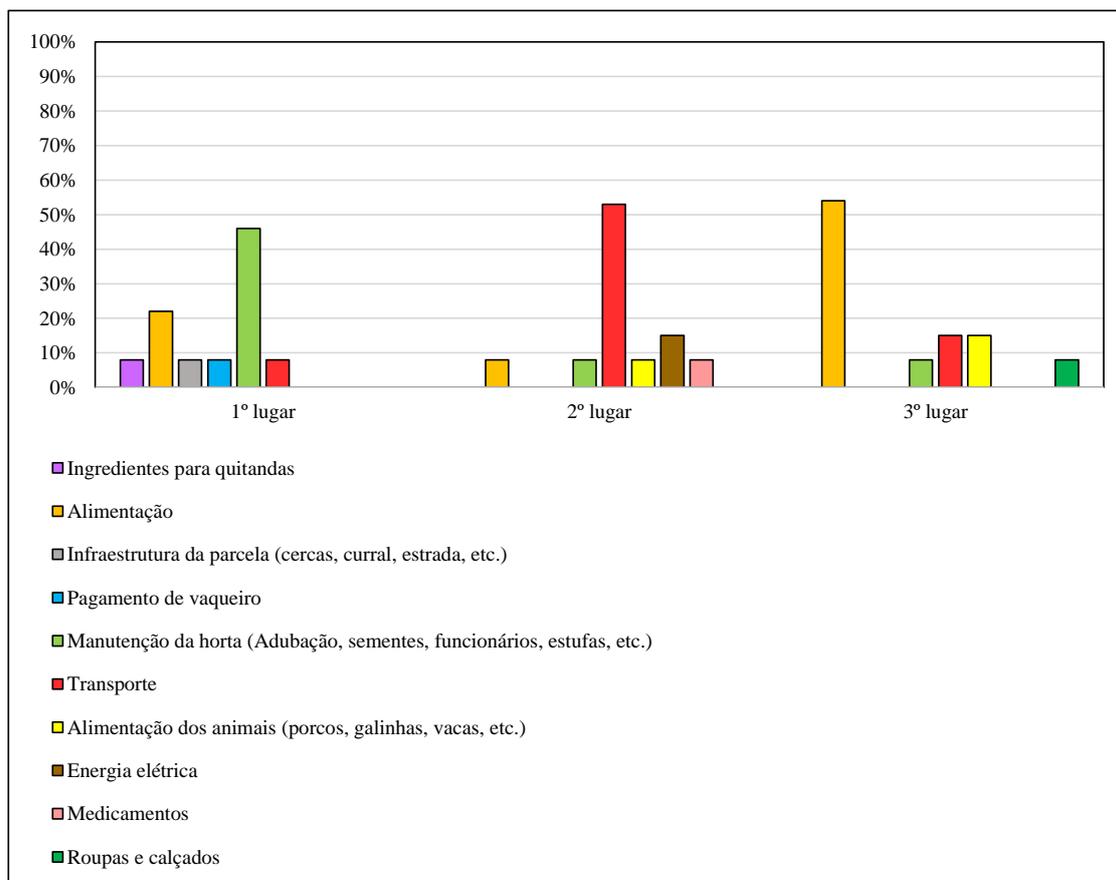
*Além dos produtos disponíveis na tabela, que são vendidos em todas as estações do ano, ainda são cultivados e comercializados na feira, durante o período da seca, cenoura, beterraba, pepino, quiabo, abóbora, coco e excedentes de produtos destinados ao consumo familiar, como frutas.

Tabela 4 - Renda bruta da família observada, obtida com venda de hortaliças em mercados da cidade de Goiás/GO - 2016

Produto	Quantidade (Un)	Valor recebido por Unidade (R\$)	Valor total (R\$)
Alface	40	4,00	160,00
Couve	40	2,00	80,00
Cheiro-verde	22	1,50	33,00
Rúcula	08	2,00	16,00
Valor total por entrega			289,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2016. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas (2016).

Essa renda por sua vez, não contabiliza os gastos com a produção, como a compra de mudas, sementes, adubos e insumos químicos, e com transporte dos produtos para a cidade de Goiás/GO, que são o que mais consomem a renda das famílias do Assentamento (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Gastos mensais das famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO - 2015

Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas (2015)

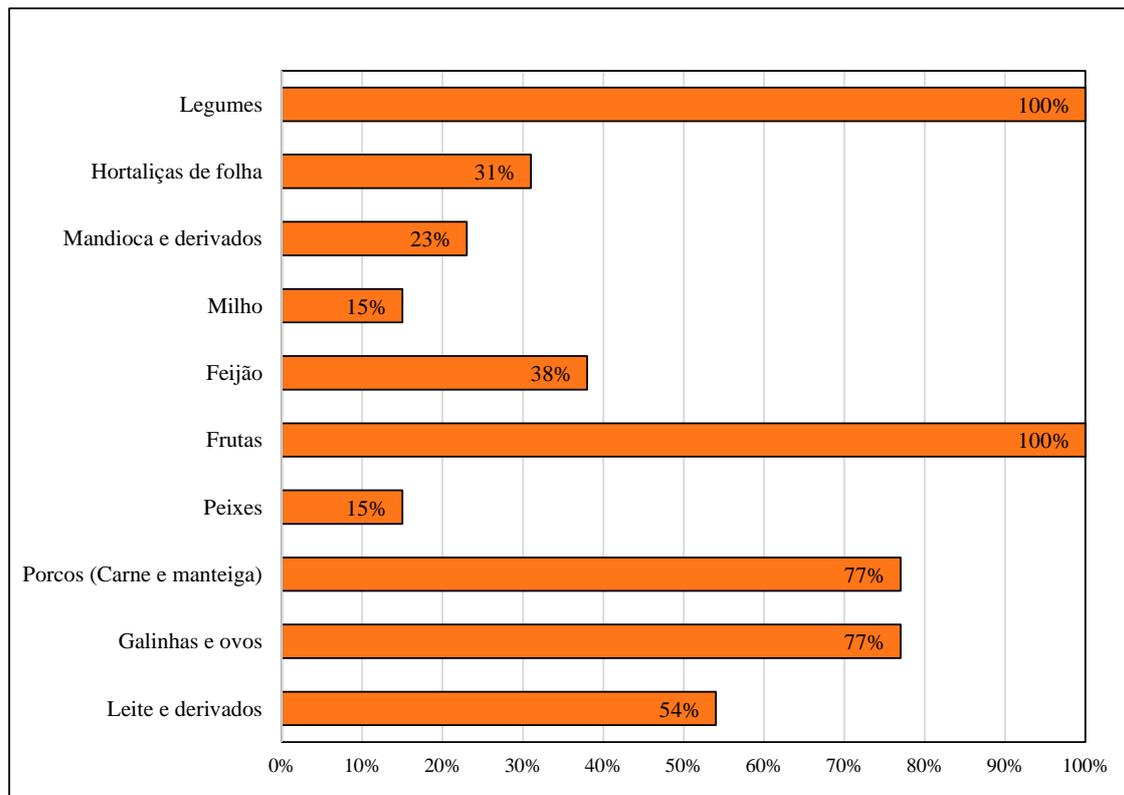
A renda, em dinheiro, das famílias do Assentamento é apenas um dos fatores que contribuem para a permanência em suas parcelas. Segundo observa Cunha (2013, p. 55), embasada em Mendras (1978), um “[...] traço marcante da economia camponesa é que o objetivo dessas transações comerciais não é o lucro, mas a aquisição de algum bem ou produto necessário à sua reprodução, ou para garantir o pagamento de alguma dívida relacionada à terra ou à atividade agrícola”. A renda em dinheiro tem como objetivo a obtenção de produtos que não são produzidos nas parcelas, em uma relação de Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria (M-D-M), diferente das relações capitalistas que obedecem à equação Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro (D-M-D’).

Ao pensarmos o universo camponês é necessário, antes de tudo, percebermos que o que é produzido na terra é destinado primeiro ao consumo familiar, sendo, portanto, também fonte de renda, por muitas vezes, a principal.

Entre 100% das famílias do Assentamento Serra Dourada, há a produção de variedades de hortaliças³⁶ destinadas somente ao autoconsumo (Gráfico 15), sendo as principais: jiló, quiabo e abóbora. Também em 100% das parcelas há o cultivo de frutas como banana, laranja, limão, mexerica, acerola, manga, abacaxi, jabuticaba, jaca, goiaba, caju, mamão, etc. (Foto 4). Em 77%, há galinhas e porcos (caipira e de granja), que são criados para a produção de carnes, manteiga e ovos (Foto 5). Em 15%, também, há a criação peixes.

Além disso, em 54% das parcelas é produzido leite e derivados. Diferente dos demais assentamentos rurais do município, cuja principal fonte de renda é a comercialização do leite, no Assentamento Serra Dourada essa produção é reduzida, segunda as camponesas e os camponeses, em razão da pouca extensão das parcelas. Outra justificativa apontada foi a falta de habilidade ou vocação, nas palavras de uma camponesa, para essa produção. Ademais, 15% das famílias produzem milho e 23% mandioca e derivados. Outro produto que se destaca no Assentamento é o feijão (Foto 6), produzido por 38% das famílias, dentro das estufas, no período do ano em que não há chuvas.

Gráfico 15 - Alimentos para autoconsumo produzidos pelas famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015)



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas (2015)

³⁶ Nas parcelas em que não são cultivadas verduras para a comercialização, há a produção para o consumo familiar.

Foto 4 - Árvores frutíferas em parcelas das famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015-2016)



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2015. **Autora:** MESQUITA, Natalia Lucas (2015).

Foto 5 - Criação de galinhas e porcos no Assentamento Serra Dourada, em Goiás/GO (2015)



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2015. **Autora:** MESQUITA, Natalia Lucas (2015).

Foto 6 - Produção de feijão no Assentamento Serra Dourada, em Goiás/GO (2015)



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2015. **Autora:** MESQUITA, Natalia Lucas (2015).

Ademais, muitas famílias cultivam plantas medicinais ou as extraem do Cerrado (Quadro 5), a partir do conhecimento sobre as potencialidades desse bioma, o que também é importante para a permanência na terra e na renda, visto que esses produtos substituem, em muitos casos, medicamentos adquiridos nas farmácias.

Os produtos destinados ao consumo familiar são produzidos as margens dos locais destinados a produção de hortaliças para a comercialização. Sua produção varia de acordo com as estações do ano (Quadro 6) e dialogam com o calendário de produção destinado ao comércio.

Quadro 5 - Produtos medicinais encontrados na parcela de *Cláudia e José* – Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO

Produto	Função
Hortelã	Vermes (batido com leite); Controle de colesterol e para emagrecimento (batido com abacaxi).
Mentrasto nativo	Cólica (Chá); desinchar (banho).
Quina	Febre, diabetes e abrir o apetite

Fonte: Pesquisa de campo, 2016. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas (2016).

Quadro 6 - Calendário agrícola de produtos destinados ao autoconsumo pelas famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2016)

Estação do ano	Mês ³⁷	Produtos
Água	NOV.	Plantio do milho
	DEZ.	Colheita de abacate e jaca
	JAN.	
	FEV.	Colheita de milho verde
	MAR.	Colheita de cajá, laranja, limão, milho seco
Transição	ABR.	Plantio de feijão nas estufas; Colheita de mexerica;
Seca	MAI.	Colheita de acerola, pitanga, mexerica.
	JUN.	-
	JUL.	-
	AGO.	Colheita de feijão, tamarindo, pimenta do reino.
	SET.	-
	OUT.	Pequi, Caju, jabuticaba.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas (2016).

É a partir do trabalho na terra que as camponesas e os camponeses garantem sua permanência no Assentamento Serra Dourada, como concluímos por meio das etapas dessa pesquisa. É também no trabalho na terra que as mulheres e os homens se fazem camponesas e

³⁷ Optamos por disponibilizar os meses conforme o relato das camponesas e dos camponeses.

camponeses, produzindo contra-espacos e confrontando o discurso hegemônico do capital. Diante disso, percebemos a importância de mostrar à leitora e ao leitor como é a produção de alimentos no Assentamento Serra Dourada e como essa prática demonstra os modos de vida camponeses, sendo este o objetivo da Seção seguinte.

2.2.2 A produção de alimentos no Assentamento Serra Dourada

A produção de alimentos é uma das principais marcas do território camponês no Brasil, evidenciando que o campesinato não só continua a existir, contrariando o discurso do capital, como é, extremamente, importante para país. Por meio da produção de alimentos o campesinato *(Re)Existe* ao movimento do capital, produz contra-espaco e reafirma uma racionalidade que supera a obtenção de lucro, convergindo para a reprodução da vida.

No Assentamento Serra Dourada, a produção de alimentos não coaduna com a perspectiva econômica da agricultura moderna. Ali, as famílias fundamentam sua produção no autoconsumo e na policultura.

As variedades de hortaliças são selecionadas conforme a estação do ano e as potencialidades do solo, principalmente, aquelas destinadas ao consumo familiar. O bioma Cerrado tem duas estações bem definidas, sendo uma chuvosa e outra seca. No período chuvoso as famílias utilizam estufas para o cultivo dos produtos vendidos durante o ano nos mercados e nas feiras da cidade de Goiás/GO (alface, couve, rúcula e cheiro verde). Já no período da seca, em que não há necessidade de proteger as folhas das gotas de chuva e de algumas doenças, esses produtos são cultivados fora das estufas que passam a ser usadas para produção de outras variedades (cenoura, beterraba, abóbora, pepino etc.) e também do feijão, produzido não somente como fonte de alimentação, mas como estratégia de recuperação do solo³⁸ em um sistema de rotação de cultura, conforme explica *Geovana*, camponesa do Assentamento:

Porque o feijão, ele aduba a terra, né? [...] porque as folhas, tudo, renova a terra. Então eles [as famílias] tiram a hortaliça e põe o feijão para ele recompor a terra. Tipo uma adubagem. Eles falam rotativa, né?. [...] É igual piquete, o gado hoje tá aqui, depois ele passa para ali. Então, a verdura é a mesma coisa. Você está plantando uma verdura só aqui nesse espaco [...] a terra vai ficando debilitada. Você muda, aí a terra, aquela... igual o feijão, ele tem os nutrientes, as folhas para recompor... em vez de você por adubo, esses químicos, aí você troca a plantação, vai melhorando a terra, como se

³⁸ O feijão, bem como todas as leguminosas, colabora para a fixação de nitrogênio no solo.

fosse um adubo orgânico na terra. (*Geovana*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, Set., 2015).

O manejo dos cultivos é feito considerando as estações do ano e os ciclos lunares. Durante a fase de observação participante, em conversa com *José* sobre a produção de pimenta do reino, ele nos explicou que o plantio e a poda só podiam ser feitos no mês de agosto e a colheita no mês de julho porque a planta “não gostava de água”. Já a uva, segundo ele, devia ser podada na lua nova do mês de agosto para produzir mais.

Como as estações do ano, a lua é considerada importante e tem suas fases respeitadas no processo produtivo. De acordo com *José* “a lua cheia governa o tempo, sendo nessa fase que se deve plantar a mandioca, que caso seja minguante, não desenvolve suas raízes. Já o milho e o feijão devem ser plantados na fase minguante para impedir que as plantas deem caruncho ou lagarta”.

Esses conhecimentos foram adquiridos por meio do trabalho na terra e pelos ensinamentos transmitidos pela família. Ademais, foram oferecidos cursos sobre a produção orgânica, com enfoque em hortaliças e preparo de medicamentos caseiros, pela CPT, ainda na fase inicial do Assentamento. Também, a COOPAR promove cursos como de administração, psicicultura, artesanato e culinária, para as cooperadas e os cooperados. *Marta*, ao avaliar esses cursos, durante entrevista, salienta: “[...] o curso só te dá a noção de sustentabilidade. Mas, a prática é melhor que a formação. Eu falo ‘a formação ajuda mas a prática é melhor ainda’.” (*Marta*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Assim, esses saberes e fazeres camponeses, resgatados pelo acesso a terra, demonstra-nos a estreita relação dos modos de vida camponeses com o Cerrado. Os conhecimentos de *Geovana*, de *Marta* e os de *José*, como de outras camponesas e outros camponeses, foram adquiridos por meio da relação simbiótica que estabeleceram com esse bioma. Mendonça (2004) observa que

as culturas e as identidades construídas ao longo da história cerradeira evidenciam uma relação ecossistêmica em conformidade com as necessidades humanas. As condições ecossistêmicas de existência dessas comunidades foram possíveis graças à compreensão dos limites estruturais do Bioma Cerrado, além da relação amigável, visando assegurar a sustentabilidade social e ambiental nas *áreas cerradeiras*. (MENDONÇA, 2004, p. 330, *grifos do autor*).

O mesmo se observou quando as camponesas e os camponeses nos explicaram sobre as escolhas dos locais para o cultivo de determinadas plantas ou ainda a época do ano para se plantar. *José*, acompanhado por nós na fase de observação participante, ao produzir

um croqui de sua parcela (Figura 2), nos explicou que as divisões eram feitas daquela forma devido à aptidão do solo e o modelamento do relevo, adequado ou não para determinada cultura, como a delimitação da área para o cultivo da mandioca, que segundo ele, deveria ser os locais mais altos e secos. Além disso, ele não produzia às margens do rio para não comprometê-lo. Essa situação nos mostrou a preocupação com o ambiente e o respeito às potencialidades do bioma, sendo este um importante traço do processo de produção de contra-espço no Assentamento.

Figura 2- Croqui da parcela de Cláudia e José no Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO



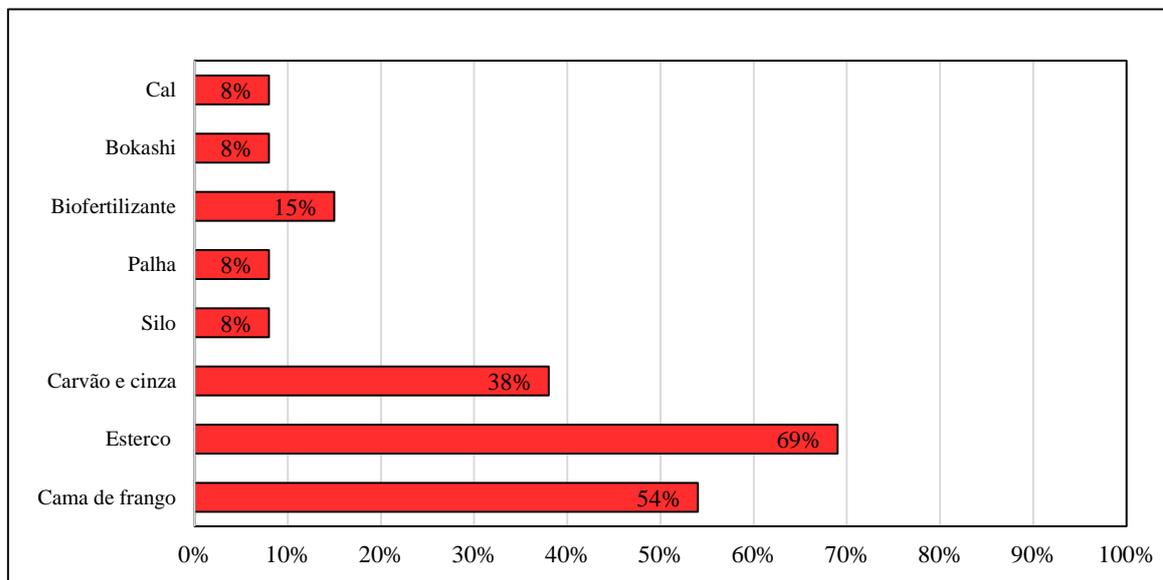
Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Esse respeito também foi percebido na relação estabelecida com a terra quando se trata da produção de hortaliças. Observamos a preocupação das famílias na produção de alimentos sem o uso de produtos químicos, apesar de usarem em algumas situações. No preparo e adubação do solo (Gráfico 16), os produtos mais utilizados eram esterco (69%), cama de frango³⁹ (54%), carvão e cinza (38%). Em menor quantidade também eram usados

³⁹ Chama-se de cama de frango o material que, permanecendo no piso de uma instalação avícola, irá receber excreções, restos de ração e penas. (AVILA *et. al.*, 1992).

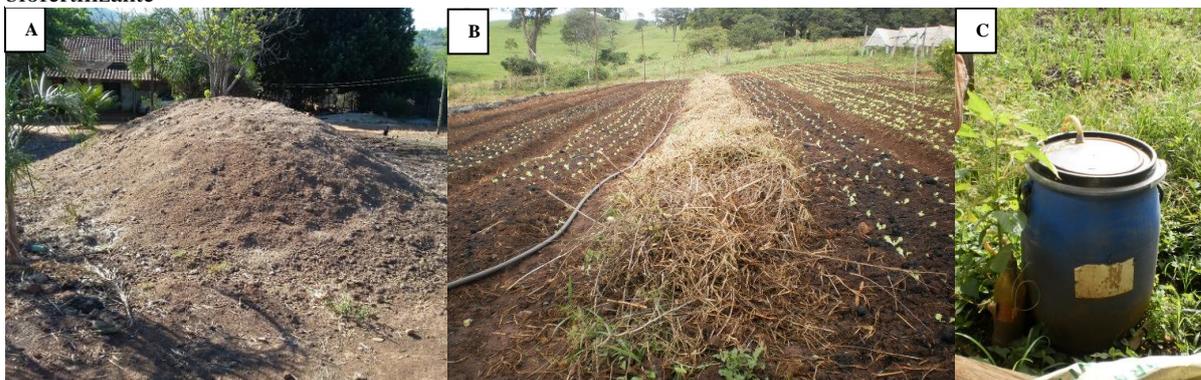
biofertilizantes líquidos⁴⁰ produzidos na parcela (15%), bokashi⁴¹, cal, palha e silo (8%, cada) (Foto 7).

Gráfico 16 - Produtos utilizados na adubação do solo pelas famílias do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas (2015).

Foto 7 - Produção de fertilizantes naturais e biofertilizantes para adubação do solo no Assentamento Serra Dourada, em Goiás/GO: A- cama de frango; B- palha, carvão e cinza; C- recipiente utilizado para produção de biofertilizante



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2015. **Autora:** MESQUITA, Natalia Lucas (2015).

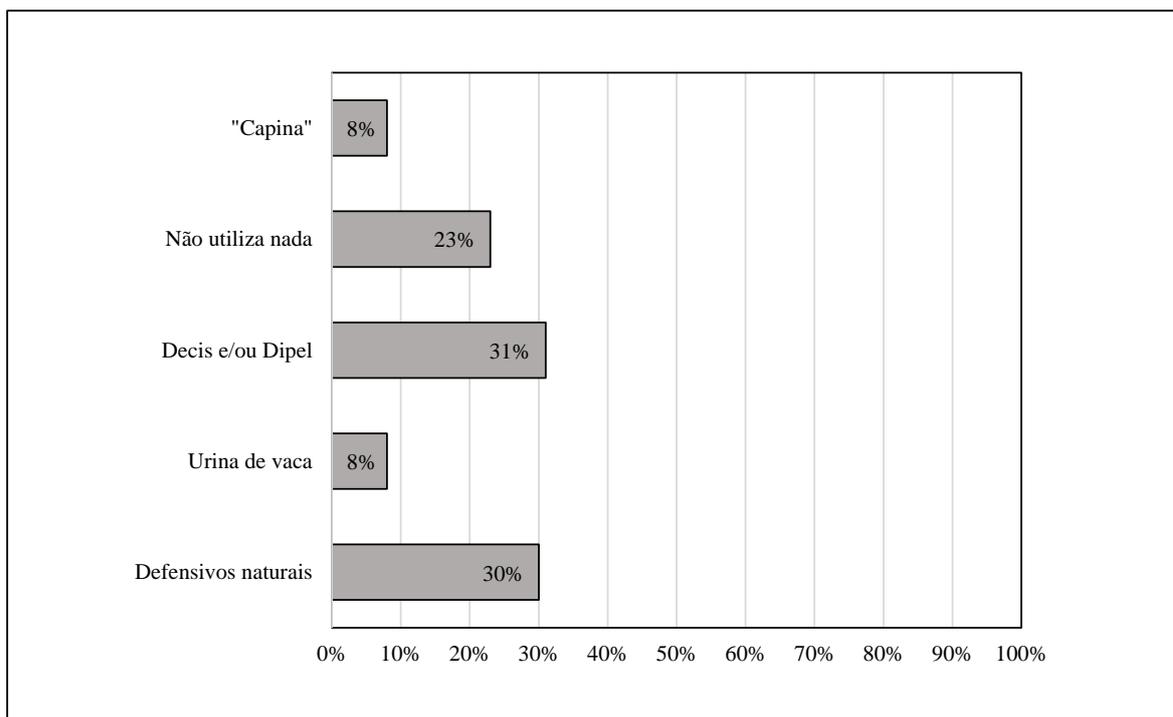
O controle de doenças, insetos e plantas invasoras (Gráfico 17) em 79% das parcelas visitadas era feita sem a utilização de produtos químicos. 30% das famílias

⁴⁰O biofertilizante utilizado é feito da seguinte forma: em um recipiente de 200 litros é colocado um 40 litros de esterco de vaca fresco; um 40 litros de esterco de galinha; um 40 litros de esterco de porco; um 40 litros de cama de frango e um 40 litros de folha seca. O recipiente é fechado durante 20 dias para fermentar. O produto de transforma em uma calda que é coada e utilizada para a adubação. Pode ser acrescentado urina de vaca para que sirva também como repelente.

⁴¹ O bokashi é uma mistura de terra, cinza, cal, torta de algodão, esterco e cama de frango. A essa mistura é adicionado água diariamente (a água adicionada é apenas para umedecer) e misturado.

utilizavam defensivos naturais produzidos na parcela; 23% não utilizavam nada; 8% capinavam as hortas para retirar as plantas invasoras e 8% utilizavam urina de vaca. Apesar disso, 31% das famílias pesquisadas utilizavam produtos biológicos industrializados, como o Decis e o Dipel (inseticidas indicados para o controle de lagartas).

Gráfico 17 - Produtos utilizados no controle de doenças e plantas e insetos invasores na produção de hortaliças no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas (2015)

Observamos pelo convívio com as famílias, um esforço para a não utilização de agrotóxicos. *Marta*, uma das camponesas do Assentamento explicou-nos como realizava o controle de pragas:

[...] Eu sou mais é de tirar a planta. Eu trabalhei com um agrônomo, na Agrodefesa também, aí ele falou... eu falei “gente mais eu não gosto de usar produto” (porque deu no meu maracujá). Ele falou “não, você tira, vai aonde eles estão e tira”. Na couve geralmente eu faço isso. O pé de couve que tá com pulgão, né? [...] eu gosto de por muita cinza na couve que acaba com pulgão. [...] Lagartinha eu sou muito de tirar as folhas que a lagartinha põe ovo. Se você tirar, num deixar ela proliferar, ela não aumenta. (*Marta*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Além da preocupação com os impactos ambientais, as justificativas para não utilizar agrotóxicos estavam ligadas aos impactos a saúde das camponesas e dos camponeses,

no passado, conforme constatamos no depoimento de *Alice*, quando questionada se já teve problemas de saúde relacionados a esses produtos, ela nos explicou que:

[...] quando nós morávamos lá perto de Guaraíta, o pessoal plantava muito maracujá e batia muito veneno forte. E você acaba passando e pegando [o odor do veneno]. E teve um ano aqui também que o pessoal [...] aqui [em uma fazenda próxima] bateu com o trator, então matou até as bananeiras nossas [...]. Matou tudo. Aí dessa vez eu fiquei ruim. Ai eu acho assim eu fui intoxicando também, né? (*Alice*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, Set., 2015).

Observou-se que, apesar da maioria das famílias não utilizar agrotóxicos, aquela é uma prática comum nas propriedades que circundam o Assentamento, o que prejudica tanto a produção quanto a saúde das famílias camponesas. A partir daí, consideramos que a produção de contra-espço é marcada pela resistência e também pelo conflito com os espaços vizinhos, (re)produzidos sob uma lógica hegemônica.

Percebemos, pelas práticas de produção, um processo inicial de transição agroecológica, sendo as principais dificuldades enfrentadas, segundo as camponesas e os camponeses, relacionadas à aparência dos produtos que não seguem o mesmo padrão daqueles provenientes da agricultura convencional, o que dificulta seu comércio.

Essas dificuldades estão, também, relacionadas a falta de assistência técnica. Esse foi o principal ponto negativo indicado pelas famílias que vivem ali. Conforme 92% das famílias, não havia assistência técnica no Assentamento. Já 8% afirmaram que havia, todavia ao explicar quem dava assistência disseram que em 2015, período da coleta desses dados, ainda nenhum técnico havia visitado o Assentamento: “Não, até agora ele não veio não. Até porque esse ano é que saiu, né? Que conseguiu fazer, né? Antes a gente tinha, [...] era do SEBRAE”. (*Marta*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Também, as famílias enfrentaram dificuldades para acesso a água, para irrigação das hortas. O rio Vermelho que é o rio com maior vasão de água passa apenas pela área que anteriormente era coletiva e que não é utilizada para a produção de hortaliças no Assentamento. O rio, de onde coletam água (Foto 8), diminuiu, consideravelmente, seu volume no fim do período da seca, provocando impactos na irrigação das hortas.

Essa é uma realidade que se estende ao município. Nos anos em que essa pesquisa foi realizada (2014 – 2016), a população da cidade de Goiás/GO sofreu com falta de água decorrente do assoreamento dos rios que abastecem a cidade, desdobramentos, no nosso entendimento, da má gestão dos recursos hídricos pelo município e também do avanço do

*agrohidronegócio*⁴² na região. Itaberaí, município vizinho, é produtor de cana-de-açúcar, soja e laranja (*commodities*), todos com o uso pivôs, o que compromete o equilíbrio de todo o sistema hídrico. Conforme observa Mesquita (2012, p. 75-76):

[...] as águas do Cerrado estão ameaçadas, quantitativa e qualitativamente pela ação antrópica, através dos desmatamentos descontrolados, destruição e utilização indevida das veredas, irrigação clandestina com pivôs centrais, uso indiscriminado de agrotóxicos, lançamento direto de efluentes químicos, industriais e esgotos urbanos sem tratamento.

As consequências desses impactos são inúmeras e afetam diretamente os modos de vida das camponesas e dos camponeses, que, conforme Mendonça; Mesquita (2007) assinalam, historicamente, utilizaram os rios como fonte de alimentação, para estreitamento dos laços com o meio, na realização de ritos e cultos, e também, para a comunicação e contato com culturas e paisagens diferentes.

Cláudia, contou-nos que uma de suas práticas favoritas, quando mudou para o Assentamento, era pescar com sua filha e seus filhos no rio. Todavia, isso não era mais possível pelo volume da água do rio e o desaparecimento dos peixes, mostrando-nos que a questão da água é ambiental e, também, sociocultural, e afeta diretamente os modos de vida camponeses.

Foto 8 - Rio onde as famílias coletam água para consumo nas parcelas do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO



Fonte: Pesquisa de Campo, fevereiro de 2016. **Autora:** MESQUITA, Natalia Lucas (2016).

O modo de vida camponês expresso na produção de alimentos está extremamente ligado às relações que estabelecem com Cerrado e confronta as práticas da agricultura

⁴²A grosso modo, podemos definir o agrohidronegócio como a monopolização da terra e dos recursos hídricos com finalidades mercadológicas.

moderna que transforma esse bioma em mercadoria. A partir dessas relações, essa classe se reproduz e desenvolvem uma sociedade em que as relações de reciprocidade são marcas fundamentais que fortalecem o território camponês, constantemente ameaçado pelo discurso do poder hegemônico e, muitas vezes, reproduzido por nós.

É a partir da organização familiar no desenvolvimento do trabalho na terra que podemos perceber a produção de contra-espços no município de Goiás/GO. Diante disso, o capítulo seguinte se fundamenta na explicação da estruturação familiar camponesa para respondermos, afinal, qual o espaço social da mulher camponesa no Assentamento Serra Dourada e a partir daí refletir sobre sua atuação na produção de contra-espços e na luta contra o poder hegemônico do capital.

**A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR CAMPONESA NO ASSENTAMENTO
SERRA DOURADA - GOIÁS/GO:**

questões de gênero na produção de contra-espços

*Olha para estas mãos de mulher roceira,
esforçadas mãos cavouqueiras.
Pesadas, de falanges curtas,
sem trato e sem carinho. Ossudas e grosseiras. [...]
Mãos que varreram e cozinharão.
Lavaram e estenderam roupas nos varais.
Pouparam e remendaram.
Mãos domésticas e remendonas.
Íntimas da economia, do arroz e do feijão
da sua casa.
Do tacho de cobre. Da panela de barro.
Da acha de lenha. Da cinza da fornalha.
Que encestavam o velho barreleiro e faziam sabão.
[...] Mãos laboriosas.
Abertas sempre para dar, ajudar, unir e abençoar.
Mãos de semeador...
Afeitas à sementeira do trabalho
Minhas mãos raízes procurando a terra.
Semeando sempre.
Jamais para elas os júbilos da colheita.
Mãos tenazes e obtusas,
feridas na remoção de pedras e tropeços,
quebrando as arestas da vida
Mãos alavancas
na escava de construções inconclusas.
[...]
(Cora Coralina, Estas mãos)*

3 A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SERRA DOURADA - GOIÁS/GO: questões de gênero na produção de contra-espços

A família é um dos núcleos fundantes do campesinato. É a partir da forma como esta é organizada que se dá a exploração da terra e a organização do trabalho. Nota-se que a organização do núcleo familiar no campesinato ocorre a partir de ações complementares assumidas pelas mulheres e pelos homens. Essas ações, por sua vez, obedecem a uma lógica patriarcal, em que o homem é o chefe da família e aquele que direciona o processo de trabalho no espaço produtivo e a mulher é a responsável por ele no espaço reprodutivo, muitas vezes invisibilizado no modo de produção capitalista.

Essa organização, nos moldes do patriarcado, demonstra que há uma relação de dominação que reproduz uma lógica inerente do modo capitalista de organização social, já que embora o patriarcado anteceda o capitalismo, é nele que se encontra sua configuração mais opressora.

É por meio dessa forma de organização da sociedade que se configuram os papéis assumidos por cada sujeito e o lugar social ocupado pela mulher e pelo homem. Assim, considerando que o campesinato é a face contraditória do movimento do capital, conforme observa Mendonça (2004), e, portanto, também uma criação desse sistema, além de ser uma classe que não está alheia ao capitalismo, visto que está inserida e rodeada por uma sociedade que obedece aos moldes hegemônicos de organização social, compreender a atuação da mulher camponesa na produção de contra-espços pressupõe perceber de que forma o patriarcado interfere nos aspectos socioculturais camponeses, e como vai sendo modificado pela dinâmica histórica e social.

Diante disso, nesse capítulo será abordada a organização da família no Assentamento Serra Dourada, para se entender, a partir daí, os papéis sociais assumidos pelas camponesas e dos camponeses, a divisão social/sexual do trabalho e o lugar social das mulheres. Com isso, buscaremos compreender como o conjunto das relações reverberam na produção de contra-espços.

3.1 A organização familiar camponesa em torno do trabalho na terra no Assentamento Serra Dourada

A família constitui um dos núcleos fundamentais quando se pensa o campesinato. Isso porque é a partir do desempenho das funções de cada membro do núcleo familiar que se dá a produção do espaço por meio do trabalho na terra.

Conforme discutimos no capítulo anterior, o Assentamento Serra Dourada destaca-se, no município de Goiás/GO, pela produção de hortaliças. Apesar disso, não podemos simplificar a reprodução social das camponesas e dos camponeses desse Assentamento, que se dá por meio do trabalho na terra, a essa única atividade. Em suas parcelas, também praticam atividades relacionadas ao extrativismo, produção leiteira, dentre outras, direcionadas a produção de alimentos e outros produtos para o autoconsumo.

Para o desenvolvimento dessas atividades a principal mão-de-obra utilizada é a familiar, ocorrendo a contratação de pessoas apenas em situações cujo algum membro da família encontra-se fora da parcela, ou ainda, em determinadas épocas do ano em que a necessidade de força de trabalho é maior e exige mais mão-de-obra do que a disponível, como nos períodos do plantio e da colheita. O trabalho assalariado, nesse contexto, não deve ser entendido a partir da lógica capitalista. Conforme destaca Woortmann (1990, p. 25 – 26, *grifos do autor*)

O uso de assalariados em unidades camponesas é, predominantemente, de caráter temporário, enquanto o trabalho permanente é fornecido pelo grupo doméstico. Por outro lado, as observações etnográficas indicam que, longe de se opor ao trabalho doméstico e ao *trabalho* como categoria indissociável da família, o uso de assalariados é condição mesma de realização desta última.

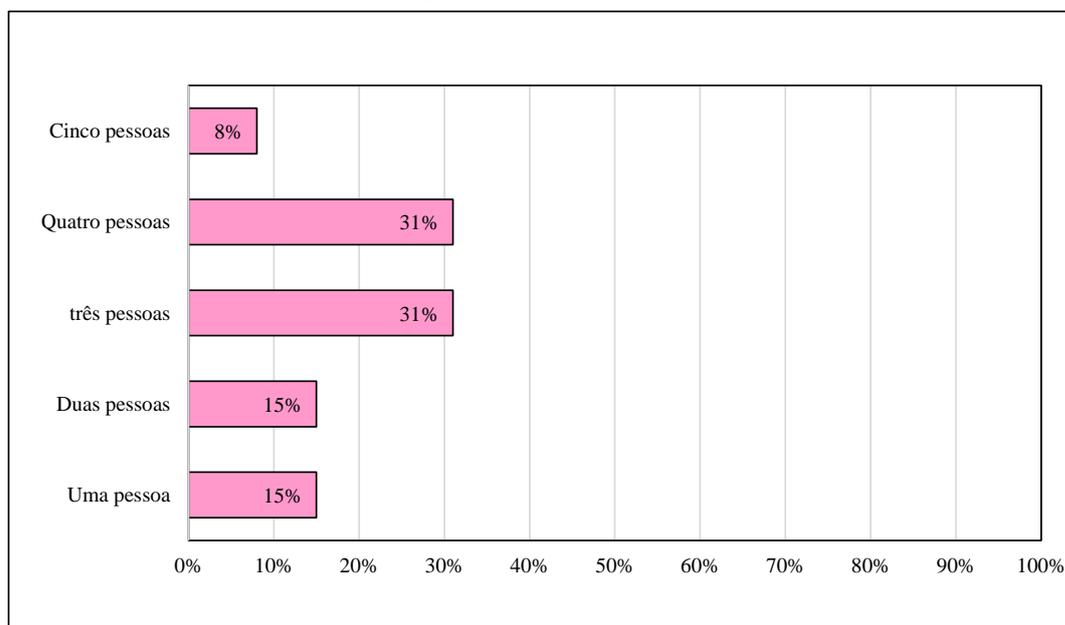
O autor ainda salienta que o trabalho assalariado é uma condição, em muitos casos, para que se organize a hierarquia familiar, chamada por ele de valor-família. Isso porque, segundo explica, embasado em Meyer (1979), o assalariamento pode ser acionado para se evitar a ruptura do modelo de organização familiar no que se refere a complementaridade entre trabalho e ajuda (marido-mulher) e a posição do pai na hierarquia familiar.

Como se vê, família e trabalho são duas categorias que só podem ser percebidas a partir do diálogo que estabelecem entre si. Assim sendo, para se compreender a forma como o

trabalho é organizado, torna-se necessário compreender a composição das famílias no Assentamento Serra Dourada, bem como a hierarquia do grupo familiar.

No Assentamento Serra Dourada, cada parcela possui entre um e cinco moradores⁴³, sendo mais expressiva a quantidade de três e quatro, representando 31% do total, cada (Gráfico 18). Esses índices e também a vivência no Assentamento mostraram que o modelo de família tradicional (marido, esposa e filhas/filhos) é o que prevalece. Por outro lado, se destacaram também a quantidade de um e dois moradores nas parcelas, correspondendo a 15% cada, sendo, geralmente, famílias cujas filhas e/ou filhos saíram do Assentamento para estudar e/ou trabalhar.

Gráfico 18 - Quantidade de moradores por parcela no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO (2015)



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

A família é organizada a partir de uma ordem hierárquica. Conforme Cunha (2013) um dos princípios da organização familiar camponesa são as hierarquias existentes neste modo de vida. Para ela, é a organização hierárquica que define os papéis desempenhados por cada integrante do grupo familiar. Desse modo, segundo observa:

As relações hierárquicas que constituem a vida camponesa apontam um tipo de organização em que ela [a mulher] é o centro da organização familiar, e o homem é o centro da organização produtiva. Nesta divisão, o papel desempenhado pela mulher é considerado subordinado ao desempenhado pelo homem, visto que é ele quem garante o sustento material da família. (CUNHA, 2013, p. 39)

⁴³ Há apenas uma família por parcela.

Woortmann; Woortmann (1997) ao realizarem estudos sobre o processo de trabalho agrícola de camponeses nordestinos do estado de Sergipe, também observaram essas relações a partir do processo de trabalho e produção do espaço do sítio. Nos estudos realizados pela autora e pelo autor, o sítio é composto pelos seguintes espaços: o mato, a capoeira, o chão de roça e/ou a malhada, o pasto, a casa de farinha, casa e o quintal. O mato é o ponto de partida para a construção de qualquer outro espaço do sítio, sendo possível defini-lo como uma área cuja cobertura vegetal nunca sofreu derrubada ou esta ocorreu há muitas décadas, sendo o espaço menos domesticado da unidade camponesa.

A primeira etapa, do trabalho no sítio, conforme a autora e o autor é a do preparo da terra, que se dá seguindo uma direção:

A preparação da terra não é iniciada de forma ou em local aleatórios. Ela segue sempre uma direção definida, chamada na região de “direção da produção”, que vai das proximidades da casa ou da rodagem (estrada vicinal ou caminho carroçável) para o mato. O mato se opõe à casa e, sendo um espaço não dominado pelo trabalho, o deslocamento se dá do domesticado, conhecido (o espaço *dentro*) para o natural, desconhecido (o espaço *fora*; fora do domínio humano). Tanto dizem que “a direção vai da casa para o mato” quanto “a direção vai de dentro para fora”- num movimento centrífugo que tem na casa o núcleo organizador do processo de trabalho. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 37)

Essa direção é determinada pelo pai de família, visto que é ele quem detém o controle do trabalho. Assim sendo, enquanto o movimento do homem se dá do conhecido para o desconhecido (dentro para fora), o movimento da mulher se dá do espaço já domesticado pelo homem para a casa, núcleo simbólico da família (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Logo:

Se o mato é considerado como um lugar de perigo, ele não deve ser adentrado pela mulher. Mas adentrá-lo seria também um outro perigo, pois a mulher estaria pondo em risco os pressupostos ideológicos da comunidade. Uma mulher que assume as atividades do homem afronta os valores hierárquicos do grupo como um todo. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 45).

No Assentamento Serra Dourada também é possível constatar a delimitação dos espaços produtivos e reprodutivos, a partir das funções desempenhadas por cada membro da família. É de responsabilidade feminina a organização da casa, cuidado das filhas e dos filhos, cultivo de verduras, legumes e frutas para autoconsumo nos quintais, cuidado dos animais domésticos e outras atividades ligadas a esfera reprodutiva (espaço privado). Em contraposição, o homem desempenha atividades ligadas ao comércio dos produtos cultivados

na parcela na cidade de Goiás/GO, a extração de madeira e confecção de cercas e estufas (para o plantio de hortaliças no período chuvoso), participação das reuniões da Cooperativa e outras atividades no espaço público.

A nomeação do trabalho como “trabalho de mulher” ou “trabalho de homem” é outro aspecto que contribui para delimitação do espaço produtivo como masculino e o espaço reprodutivo, como feminino. Em diversas situações vivenciadas no Assentamento Serra Dourada, durante a fase de observação participativa, foi possível observar essa delimitação dos espaços, como em conversa com o filho mais novo do casal que acompanhávamos. Quando questionado sobre porque ele não lavava suas próprias roupas, considerando que todas estavam sujas, respondeu-nos: “Ah, isso é trabalho de mulher!”.

Apesar de complementares, percebemos que as funções desempenhadas por mulheres e homens no campesinato denunciam as desigualdades de gênero inerente ao patriarcado, sistema de organização social cujas funções masculinas são percebidas como superiores às femininas. Saffioti (2015) observa que essa condição abrange não apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo e, acrescentamos, participa da construção da subjetividade do sujeito enquanto ser social.

Conforme explica Tedeschi (2010) uma das raízes dessa organização hierárquica dos papéis das camponesas e dos camponeses, vistos, por exemplo, em suas funções sociais está ancorada na formação da célula patriarcal brasileira centrada na figura do *pater*, encarregada de toda funcionalidade da vida colonial, tendo como suporte o Estado e a Igreja, e posteriormente, a cultura europeia importada por meio dos imigrantes. Assim sendo:

As identidades e os papéis sociais no mundo camponês e, também, em outros espaços, ocorrem em um contexto de relações de poder, de negociações culturais entre os vários atores sociais, com expectativas e identidades diferentes, reproduzindo práticas culturais baseadas em princípios de desigualdade de gênero. (TEDESCHI, 2010, p. 21-22)

Desse modo, torna-se necessário para se entender a organização do trabalho no Assentamento Serra Dourada, conhecer como se dá a construção do sujeito camponês. Conforme destaca Santos; Oliveira (2010, p. 12)

Poder e visibilidade são construtos históricos, determinados na e pelas relações sociais. Em cada conjuntura sócio-histórica é preciso, portanto, analisar os elementos de determinação do ponto de vista econômico, político e cultural que incidem na vida cotidiana dos indivíduos e estruturam valores, modos de pensar, de ser e agir. Ou seja, trata-se não apenas de reconhecer

quem tem poder e visibilidade, mas em quais condições materiais foram alicerçados e são efetivados.

Os papéis desempenhados por cada membro do grupo familiar, portanto, não se dá de forma aleatória, sendo estabelecido a partir de uma construção social do sujeito.

3.2 A constituição dos sujeitos sociais e a construção de gênero no Assentamento Serra Dourada

Conforme já sinalizado, entendemos os sujeitos como produtos das relações sociais. Logo, conforme afirma Marx (1857, p. 7) “[...] o homem é, no sentido mais literal, um *zoon politikon* (animal político); não é simplesmente um animal social, é também um animal que só na sociedade se pode individualizar.” Desse modo, as funções que desempenham, os espaços que ocupam, são resultantes da forma como os sujeitos são construídos e refletem as objetividades e subjetividades que caracterizam as sociedades em que estão inseridos.

Ainda, reiterando, a sociedade como um todo está organizada a partir de uma lógica patriarcal que se reflete na forma como se dá o ensinamento dos papéis sociais e o espaço ocupado por cada sujeito, sendo que

Numa sociedade onde prevalecem a ordem mercantil e a cultura patriarcal definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição subordinada e dependente em relação ao homem, obedecendo à hierarquia do poder estabelecida. Além disso, os espaços a serem ocupados por cada um também são definidos a partir disso, correspondendo ao homem o local público e de produção; à mulher a esfera privada ou doméstica. (TEDESCHI, 2010, p. 9)

Por isso, antes de adentrarmos na forma como o trabalho é organizado no Assentamento Serra Dourada, é importante entender como se dá os ensinamentos dos papéis a serem desempenhados pelas camponesas e pelos camponeses. Conforme observa Cunha (2013, p. 69):

O trabalho de ensinar, as formas que nomeiam os trabalhos femininos e a apropriação pelo homem do produto do trabalho através das relações estabelecidas com o mundo de fora, com fins de sua comercialização; Os códigos locais que permeiam a herança e a indivisibilidade da terra são algumas das ferramentas utilizadas na construção dos papéis no seio dessas populações.

A ordem hierárquica de organização do núcleo familiar é transmitida por meio do ensinamento em um processo de fazer-aprender. Cunha (2013, p. 77) ao discutir o processo de aprendizagem de papéis na sociedade camponesa, explica:

Na transmissão do saber-fazer, ideologicamente constroem-se os papéis sociais que cabe a cada um, homem e mulher, do grupo doméstico. E este tem início na transmissão do conhecimento entre pais e filhos, pois o processo de aprendizagem que envolve o mundo camponês inicia-se muito cedo para estas populações. Nestas sociedades, os filhos e as filhas, ainda pequenos passam a exercer certas atividades que se tornam mais complexas a partir do fazer-aprender. Para ser um camponês - homem e mulher – muito deve ser ensinado sobre o processo de trabalho. Pais e mães realizam suas atividades auxiliados pelos filhos, de forma a que se assegure a sua aprendizagem e que estes possam ter, quando crescerem, o conjunto de saberes necessários sobre as formas de manejo do seu ambiente.

Da mesma forma, Woortmann; Woortmann (1997) explicam que a constituição do sujeito camponesa e camponês se dá a partir da própria prática e que o processo de trabalho deve ser entendido também como um construtor de gênero. Eles relatam que, entre o campesinato sergipano:

Meninos e também meninas, por volta dos 14 anos, recebem uma pequena extensão de malhada, separada da principal, para que “tomem gosto”. O pai lhes “dá o terreno” e também lhes “dá o tempo” numa área marginal e que não entra no cálculo da produção familiar, onde se ocuparão durante um tempo também marginal. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 71)

Nessas áreas marginais, contam a autora e o autor, com o uso de instrumentos também marginais, como enxadas velhas, as crianças realizam experiências e a partir daí desenvolve suas habilidades no manejo das ferramentas de trabalho. O mesmo se dá nos quintais, quando meninas e meninos recebem atribuições como cuidar das galinhas, recolher ovos, localizar galinhas fugidas, cuidar de animais de médio porte, como ovelhas e cabras. Além disso, no caso das meninas, após certa idade, assumem parte das tarefas domésticas e os meninos são levados para feiras, para participar do processo de comercialização ou são autorizados a vender sua força de trabalho para outros sítios.

Outras práticas comuns que evidenciam a construção do sujeito agricultora e agricultor a partir do fazer-aprender, conforme Heredia (2013), são os “roçadinhos”. Essa autora, ao analisar a organização interna de unidades de produção camponesas na região da Zona da Mata de Pernambuco, se deparou com a prática de concessão de uma pequena porção

de terra pelo pai às filhas, aos filhos e à esposa, conhecida como roçadinhos ou roçados individuais. No caso das filhas e dos filhos, ainda crianças (até os 12 ou 13 anos de idade, segundo os sujeitos pesquisados pela autora), os roçadinhos tem a função de aprendizagem do trabalho agrícola, sendo as atividades orientadas pelo pai.

Quando as filhas e os filhos começam a serem considerados grandes, a partir do momento em que dominam as técnicas de produção, segundo a autora, os roçadinhos, cultivados individualmente, passam a gerar a renda necessária para a compra de produtos de necessidade individual em contraposição aos roçados, cujo trabalho conjunto dos membros do grupo familiar gera renda para provimento do lar (compra de alimentos). Assim:

Os roçados individuais têm uma importância significativa no processo de socialização dos membros da unidade. Essa socialização refere-se tanto à aprendizagem e adestramento das técnicas, como à formação de comportamentos adequados ao trabalho agrícola. Constitui também uma forma de internalização das normas do grupo, preparando-os fundamentalmente para a unidade que cada um deles constituirá no futuro. (HEREDIA, 2013, p. 77).

A autora ainda destaca outra forma de ensinamento que é o praticado pelo pai ao levar os filhos (homens) à feira: “os filhos pequenos, ao acompanhar o pai, observam como este realiza a venda de produtos e assim aprende a fazê-lo.” (HEREDIA, 2013, p. 87).

No estado de Goiás, Brandão (1986), observou também a prática da ajuda aos pais pelas crianças, na Comunidade de Diolândia, município de Itapuranga, que resulta em um processo de aprendizagem das atividades agrícolas e do lar. Segundo ele, é comum desde muito cedo (a partir dos seis anos de idade) as crianças ajudarem seus pais com os trabalhos de casa e na produção de cereais, por dois motivos principais: alto custo do trabalhador assalariado; e porque boa parte do trabalho necessário, tanto em casa como na lavoura, poder ser feito ou ajudado por crianças e, com melhor rendimento, por adolescente. A partir daí, há um processo de aprendizagem que resulta na possibilidade dos filhos, após certa idade, cultivarem e obterem renda individual, quando já conseguirem “tocar sua própria roça”, sozinhos.

No Assentamento Serra Dourada, foi possível perceber esse processo em vários momentos. Em visita a uma das famílias assentadas que produz quitandas (pão de queijo, biscoito de queijo, rosca, pães e pamonha), sucos naturais e polpas de frutas, para venda na “Feira do Pequeno Agricultor”, que ocorre nos dias de quinta-feira no centro da cidade de Goiás/GO, a filha do casal auxiliava sua mãe na feitura dos produtos. Enquanto sua mãe nos

concedia uma entrevista, ela assumiu a produção dos sucos, porém, sempre orientada pela mãe que algumas vezes interrompia o depoimento para instruir a filha.

O processo de ensino-aprendizagem dos papéis sociais não se dá somente de mães e pais para filhas e filhos. Observou-se no Assentamento um grande respeito pelas idosas e pelos idosos que repassam seus conhecimentos para os jovens. Para exemplificar, um dos casais mais idosos do Assentamento, produtores de hortaliças, empregavam dois jovens do Assentamento, para auxiliar em suas atividades. Esses jovens foram, por um período, ensinados a trabalhar com aquela produção. Atualmente, eles assumiram totalmente o cultivo e trabalham em um sistema de “meação”, em que metade da produção fica para eles e a outra metade para o casal que lhes concedeu o terreno.

É importante destacar que, conforme observa Woortmann; Woortmann (1997), os filhos e as filhas conhecem, após, certa idade, os processos de trabalhos tanto quanto as mães e os pais. Entretanto, conforme a autora e o autor, os filhos só irão *governar* quando constituírem grupos familiares a partir do casamento e as filhas só gerenciarão as tarefas domésticas, também, no contexto deste processo.

O casamento, no universo camponês, pode ser visto como um processo de transição, quando as camponesas e os camponeses assumem os papéis ensinados por suas famílias a responsabilidade de transmissão desses ensinamentos. *Antônia*, em depoimento sobre as mudanças que ocorreram em seu comportamento após o casamento, mostra-nos que essa mudança perpassa não somente pelos papéis que passou a desempenhar no espaço doméstico, mas, principalmente, no seu comportamento e na constituição de suas subjetividades:

Eu acho que mudou foi tudo. Transformou tudo. Parece que eu fiquei mais pacata. Eu acho. Porque de primeiro eu não era assim. Eu era mais pra cima, sabe?. Eu era mais alegre e eu cantava, eu cantava demais, eu tinha uma voz [...]. Nossa, eu participei de festival, tudo sabe? Teve uma vez que o povo queria me levar pra São Paulo pra estudar pra cantar, pra cantora [...], mas aí minha mãe não deixou, com medo né?. Naquele tempo ficava pensando que queria levar para outras coisas. Não sabe o quê que é, né? Então minha mãe não deixou não. [...]. [Como a senhora era antes do acampamento?] Eu andava só maquiada, minha fia. [...] cada mês eu fazia um vestido, tinha esse negócio de repetir não. Ia para as festa, ia com minha mãe pras festas... ia assim, de reza de São João, Santo Antônio, essas coisas, sabe?. Ela rezava muito nas casas, e eu ajudava ela. Ah, eu ia toda faceira [...]. Menina, mas tinha um corpo, você precisa ver [...]. [...] Quando a gente tava no acampamento só usava bermuda, não podia usar saia, vestido, [...] por causa dos lugar de sentá, o jeito que era né, de sentá... difícil. [...]. Depois que eu fui para o acampamento... não, depois que eu casei já mudô tudo [...]. [O marido da senhora era bravo?] Era... muito enjoado... custoso, sabe? Tinha

um ciúme... ele falava que num tinha não, mas tinha. [...] Ele conheceu eu assim, arrumada, maquiada, cabelo arrumado, tudo! Eu andava arrumadinha, minha fia! [...] Depois, ele garrô a indecentá [...] de ciúme, de ciúme [...]. No final eu nem usava mais nada não, sabe?. Eu parei de usá batom... a única coisa que eu uso, sabe o quê? Desodorante [...]. (*Antônia*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Como podemos observar pelo relato de *Antônia*, em razão dos ciúmes de seu esposo, ela mudou seu comportamento, deixando de se arrumar como quando solteira. Percebemos com isso que, nesse caso, o homem além de exercer um controle sobre a esfera produtiva, também exerceu controle sobre o corpo da mulher.

Retornando a discussão sobre os ensinamentos dos papéis sociais, o relato de *Antônia* nos mostra outra dimensão do ser camponesa que está ligado à religião. Sua mãe, que era uma pessoa que liderava a organização de atividades religiosas da igreja católica (novenas para santos), conforme disse, transmitiu a ela esse saber. Quando morava no acampamento era *Antônia* que liderava as atividades religiosas do grupo, exercendo os ensinamentos de sua mãe.

Outras formas de ensinamento dos papéis sociais foram observadas em lembranças de jovens que lá vivem ou viveram, sobre as brincadeiras da infância, como, a criação de pintinhos (cutinhos), pelas meninas, o que constroem nelas uma responsabilidade de cuidado com os outros e com os animais, o que também reforçado a partir do cuidado das bonecas. Além disso, as meninas também costumavam brincar de “escolinha”, diferente dos meninos que brincavam com carrinhos, construía réplicas de fazendas etc.

Percebe-se, então, que a construção social do ser camponesa e do ser camponês está fortemente vinculada ao patriarcado, que ressalta a mulher enquanto pertencente ao espaço doméstico:

O patriarcado dá à mulher um tipo de poder que não gera visibilidade e *status* social, mantendo-a ligada ao espaço doméstico. O papel da mãe passa, então, a ser determinante para a atuação boa ou má de seus filhos. E a função materna passa a ser normatizada pelos modelos, olhares e práticas discursivas do patriarcado. (TEDESCHI, 2010, p. 11, *grifos do autor*)

A construção de gênero, portanto, ocorre por meio do processo de trabalho, que se dá, conforme observa Woortmann; Woortmann (1997), a partir da articulação de forças produtivas (recursos disponíveis, homens e instrumentos de trabalho) com relações sociais de produção (funções preenchidas por indivíduos e grupos no processo de produção e no controle dos fatores e meios de produção). Assim sendo, para compreender o lugar social da mulher

camponesa no Assentamento torna-se necessário conhecer a divisão social/sexual do trabalho, já que, conforme observa Tedeschi (2010, p. 9) “[...] a divisão sexual do trabalho condiciona formas diferenciadas de inserção social para homens e mulheres, existindo uma identificação cultural entre atividades e papéis para um dos sexos”.

3.3 A divisão social/sexual do trabalho no Assentamento Serra Dourada

A reprodução do campesinato só é possível pelas ações complementares que homens e mulheres desempenham em suas terras de trabalho. No Assentamento Serra Dourada não é diferente. Observamos, diariamente, a participação de todos os membros do grupo familiar na produção de hortaliças e em outras atividades desenvolvidas nas parcelas, como a produção de quitandas, cuidado dos animais (galinhas, porcos, gado etc.).

A partir dessas práticas foi possível notar uma divisão social/sexual do trabalho nas parcelas, reflexo da hierarquia familiar em que se estruturam as famílias assentadas. A divisão social/sexual do trabalho pode ser entendida, conforme Hirata; Kergoat (2007, p. 599), como uma

[...] forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Segundo as autoras, essa forma da divisão social/sexual do trabalho possui dois princípios organizadores: o princípio da separação, que distingue o que é trabalho de homem e trabalho de mulher; e o princípio hierárquico, que valoriza o trabalho masculino em detrimento do feminino.

No Assentamento Serra Dourada, percebemos uma divisão entre os trabalhos dos homens, aqueles vinculados ao espaço produtivo e socialmente considerados mais pesados. Já os trabalhos considerados das mulheres estão vinculados ao espaço reprodutivo, estando relacionado a manutenção da casa e quintal, preparo da comida, cuidado com as/os filhas/os e animais e outros nessa esfera, considerados “mais leves/ menos pesados”. Também, existe uma divisão do trabalho na produção de hortaliças, momento em que há a presença de homens e mulheres nos locais de produção.

Nota-se também uma divisão do trabalho a partir do princípio hierárquico proposto por Hirata; Kergoat (2007). Os trabalhos desempenhados pelos homens são os que possuem, socialmente, maior importância já que é por meio deles que se obtém a renda monetária do grupo familiar. Além disso, em muitos casos o trabalho da mulher é considerado uma *simples ajuda*.

Para melhor entender esses princípios, descrevemos o processo de produção de hortaliças, quando notamos essas divisões de forma mais clara. Por meio da etapa de observação participante e entrevistas semiestruturadas, foi possível constatar uma divisão sexual do trabalho. As mulheres, como parte da mão de obra familiar, geralmente ficam com as funções consideradas “mais leves”, como plantar as mudas, limpar e irrigar, enquanto os homens ficam com aquelas consideradas mais pesadas, como preparar o solo com adubos, construir os canteiros e as estufas e também aquelas entendidas como perigosas, como a aplicação de agrotóxicos. Essa situação é descrita por *Geovana*:

[...] eu fico responsável pelas mudinhas, [...]. Eu faço as mudinhas e planto. [...] eu cuido, eu colho. [...] ele fica com o serviço mais pesado. [...] ele faz a limpeza, né? tirar o mato mais pesado. Aí ele passa o trator, levanta os canteiro. Isso aí que ele faz. (*Geovana*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, Set., 2015)

Ressalta-se, por sua vez, que em todas as etapas da produção há a participação tanto do homem quanto da mulher, apesar de haver a predominância de um ou outro em determinada função, como pode ser observado no quadro 7.

Quadro 7- Etapas da produção de hortaliças no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO

Etapas	Responsável pela execução	Período
Confecção de Estufas	Homem	Anterior ao início do período chuvoso
Aração do solo e confecção dos canteiros	Homem	Todos os meses do ano
Adubação do solo	Homem	
Umidificação dos canteiros para plantio	Homem	
Plantio das mudas	Mulher	
Afamento do solo dos canteiros após nascimento das mudas	Mulher	
Limpeza dos canteiros e corredores da horta	Mulher	
Irrigação	Mulher	
Colheita	Mulheres e Homens	
Venda dos produtos	Homem	

Fonte: Pesquisa de campo. **Org.:** MESQUITA, N. L., 2016.

A construção e/ou readequação das estufas é feita no mês de agosto, mês que antecede o início das chuvas. Essa atividade é desempenhada pelos homens, já que requer

força física para fixar os postes no chão, levantar a estrutura do telhado e prender o plástico. Por outro lado, também é um momento de decisão dos locais em que serão produzidas as hortaliças no próximo ano, além daqueles onde já estão sendo produzidas, sendo, portanto, também um trabalho estratégico, exercido pelo responsável pelo governo do trabalho, no caso o homem (pai de família), conforme a lógica de organização familiar camponesa. De acordo com Woortmann; Woortmann (1997, p. 38, grifos dos autores)

O homem define a “direção” porque o pai de família é socialmente concebido como o possuidor do conhecimento necessário para a realização da produção. Esse conhecimento é condição própria da posição de pai de família, que repousa não somente na posse da terra – ele é também o *dono* -, mas igualmente no saber que a torna terra de trabalho.

Da mesma forma, é o homem responsável pelo preparo do solo (aração, adubação) e confecção dos canteiros (Foto 9), também consideradas atividades que exigem força física, além de conhecimentos sobre as propriedades dos solos, sentido do escoamento da água, bem como do sistema de irrigação das hortas, todas as funções daquele que *governa* o processo de trabalho.

Foto 9 - Preparo do solo para plantio de alface na estufa – Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO



Fonte: Pesquisa de campo, março de 2016. **Autora:** MESQUITA, Natalia Lucas (2016).

Estruturadas as estufas, os canteiros e a irrigação, as mulheres se tornam as responsáveis pelas fases posteriores, de plantio das mudas, limpeza dos canteiros, irrigação e

afofamento do solo, prática conhecida como sachar. Essas fases são de responsabilidade feminina porque requerem maior cuidado e delicadeza no processo, conforme explicado pelas camponesas e os camponeses. No caso do plantio, é preciso cuidado com as mudas para evitar as perdas. As mudas usadas no Assentamento são produzidas pela mulher de uma das famílias, vendidas e plantadas pelas demais.

Outra atividade comum às mulheres é a limpeza dos canteiros, que é feita arrancando as plantas invasoras com as mãos com cuidado, pois as mudas são próximas umas das outras, ou é feita nos corredores, entre os canteiros, com enxada. Essa enxada é aquela que já foi utilizada pelos homens no trabalho de confecção dos canteiros, e já apresenta desgaste e que não serve mais para tal atividade. Portanto, se tornou um instrumento feminino. Quando, na fase de observação participativa, perguntamos a *Cláudia*, sobre o motivo de esse instrumento ser considerado de qualidade inferior ao de seu esposo, ela respondeu que se dava em razão dela não trabalhar na mesma velocidade e com mesma eficiência que ele, sendo *seu trabalho somente uma ajuda*.

Os instrumentos utilizados no processo de trabalho são, também, marcadores de gênero. Além da enxada, essas diferenças de instrumentos foram observadas nas facas, sendo a das mulheres menores e menos afiadas, nas foices, nos enxadões, instrumentos geralmente utilizados para manutenção dos quintais.

Essa realidade, por sua vez, não é inerente somente ao território de nossa pesquisa. Da mesma forma, Woortmann; Woortmann (1997, p. 48) observaram essa distinção entre o trabalho feminino e masculino a partir do uso de instrumentos de trabalho, naquele caso a foice:

O instrumento foice, pensado genericamente, tanto é utilizado pelo pai como pela mulher e pelas crianças. O que faz a distinção é o tamanho e a qualidade: ao homem é destinada a foice maior, mais nova ou em melhores condições de uso. A mulher e as crianças recebem a foice mais velha, menor e em piores condições de uso, utilizada em outras etapas do processo produtivo. Cabendo à mulher um instrumento em piores condições, seu trabalho será menos produtivo. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 48).

Os autores observam o mesmo quanto ao instrumento machado:

O machado é também, pelo seu uso social, um diferenciador de gênero e marcador de hierarquia. O machado utilizado pelo homem para a derruba é o maior, mais novo e mais cortante. Aquele usado pela mulher para cortar lenha para o fogão é o mais velho, leve e menos cortante, já desprezado pelo

homem por não mais atender às necessidades do trabalho. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 54).

Constata-se, que a utilização dos instrumentos se dá dessa forma pela organização e divisão do trabalho na unidade camponesa e, portanto, não pode ser abordada como um diferenciador de gênero sem se considerar esses aspectos.

As etapas de plantio, limpeza e afofamento do solo, é de responsabilidade feminina, podendo ser auxiliada pelas filhas e pelos filhos, ainda em fase de aprendizado e que, portanto, não assumiram *o governo* de suas próprias famílias.

Essa situação foi visualizada em diversas ocasiões, inclusive durante a observação participante, na casa de *Cláudia* e *José*, quando o filho mais velho do casal – quando estava no sítio - assumia a limpeza das estufas (canteiros e corredores) ou auxiliava sua mãe nessas tarefas (Foto 10).

No caso do plantio, observamos que ele também a auxiliava nessa função. A divisão das mudas se dava da seguinte forma: *José* plantava as mudas de couve, obtidas na própria horta, enquanto *Cláudia* plantava as mudas de rúcula e alface, que foram compradas de uma família do Assentamento.

Foto 10 - Limpeza da horta: A- Retirada de plantas invasoras dos corredores das estufas; B- Retirada das plantas invasoras dos canteiros



Fonte: Pesquisa de campo, março de 2016. **Autora:** MESQUITA, Natalia Lucas (2016).

A decisão do que e de quanto é plantado é masculina, já que isso interfere diretamente na venda e, portanto, renda da família, o que falaremos adiante. Entretanto, essa decisão não é aceita pelas mulheres, passivamente. Em entrevista com outro casal do Assentamento, *Geovana* relata o conflito existente na decisão do quanto plantar, quando questionada a respeito:

É ele mesmo que decide. Ele é muito exagerado. A gente tem até uma certa contenda nesse ponto aí, por causa disso. Ele quer plantar um tanto, eu quero plantar outro, mas fica sempre do jeito que ele quer. As vezes ele quer plantar uma etapa muito grande, sabe? E eu falo “não precisa!”, mas sempre fica do jeito que ele quer. (*Geovana*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, Set., 2015)

É importante destacar, também, que, sendo a mulher a responsável pelo preparo e pela alimentação da família, o mesmo não se aplica no espaço da casa⁴⁴. Assim sendo, a decisão do que plantar é uma função masculina quando se observa o espaço produtivo, naquele caso a horta. Quanto aos produtos cultivados no quintal, que é um espaço feminino e *locus* da produção para o autoconsumo, o *governo* passa a ser da mulher. Assim sendo, considerando a casa como o ponto de partida do trabalho, como defende Woortmann; Woortmann (1997), a decisão do que sai da parcela é governada pelo homem, enquanto a decisão do que é consumido pelo grupo familiar, daquilo que entra no lar, é de governo da mulher.

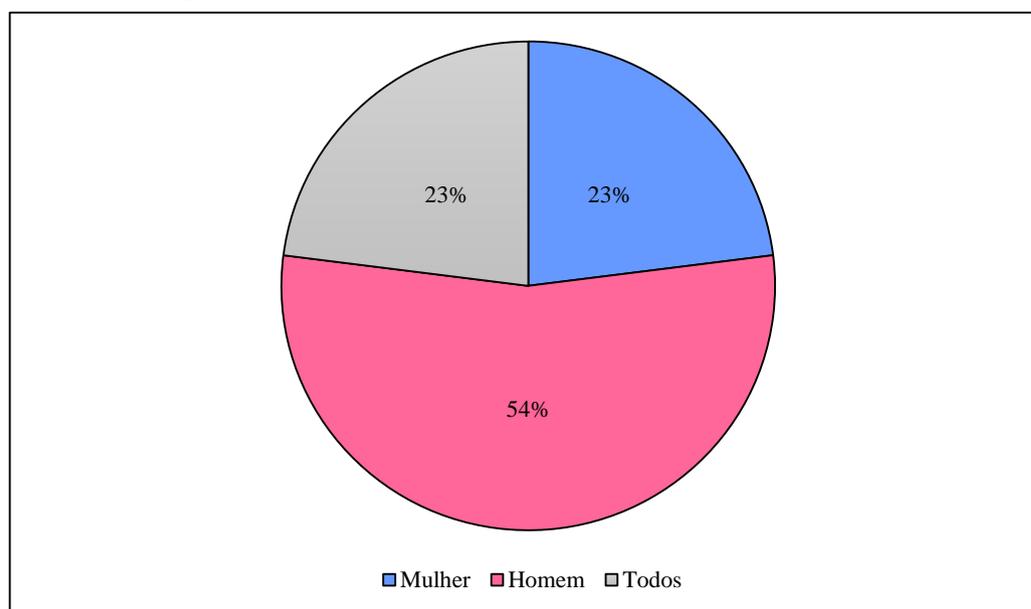
A etapa de colheita da produção de hortaliças para a venda é uma atividade feita por ambos os sexos. Tanto os homens como as mulheres colhem e organizam os produtos para serem vendidos. A divisão, conforme explicam as camponesas e os camponeses, se dá pela habilidade de cada um em desenvolver a função em menor tempo, mantendo a qualidade dos produtos:

- Como é a divisão das funções na colheita das hortaliças?
- Cada um já sabe o caminho certinho... Eu já levanto e já sei o que eu vou fazer e ele também, né? Eu vô lá, corto, aí ele fica com a parte... igual, a couve sou eu que colho, a couve e a rúcula. O cheiro verde é ele que colhe. E alface eu corto, palito e ele carrega lá do canteiro e lava, e põe nas caixas e leva e vende.
- Por que a divisão é assim?
- Ela foi construída assim, através do desempenho de cada um. Porque já foi diferente, sabe? E do jeito que é hoje sai mais rápido.

⁴⁴ A casa não se restringe as edificações. Ela é composta pelo quintal, pelo pomar, pelo jardim.

Por fim, a última etapa do processo é a comercialização das hortaliças. Essa atividade é de responsabilidade masculina, como também é o gerenciamento da renda monetária obtida. No Assentamento, 54% das famílias responderam-nos que o responsável pelo gerenciamento da renda é o homem (Gráfico 19). Em 23% são as mulheres e em outros 23% todos. Conforme explicações das camponesas e dos camponeses, geralmente, a responsabilidade pela administração da renda está ligada a quem comercializa os produtos, quem vai mais vezes à cidade, local onde são comprados os produtos necessários para a manutenção da parcela, sendo estas atividades majoritariamente desempenhadas pelos homens.

Gráfico 19 - Responsável pelo gerenciamento da renda familiar no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas, 2015.

Essa situação mostra-nos um fortalecimento das mulheres no grupo familiar. Contudo, outros fatores devem ser considerados para afirmarmos que houve um real empoderamento por parte delas.

Na etapa de observação participante e entrevistas semiestruturadas, percebemos que quando as perguntas eram relacionadas à quantidade de produtos fornecidos ou vendidos na feira e/ou sobre a renda obtida, essas eram respondidas pelos homens, quando feitas na presença deles.

Apesar disso, as mulheres conhecem esses dados, como no caso da família acompanhada em observação participativa. Em diálogo com *Cláudia*, na ausência de *José*, que havia saído para entregar os produtos na cidade, ela explicou todo o processo de

produção, as quantidades fornecidas aos mercados e levadas para a feira, os valores recebidos, bem como a renda mensal (descoberta a partir do valor que lhe era entregue por *José* para o pagamento do dízimo à igreja). Quando *José* estava presente, no entanto, não respondia a nenhum questionamento referente a valores e quantidades. Sempre que questionada ela olhava para *José* e aguardava que ele respondesse. A partir daí, foi possível notar a delimitação dos espaços. Era de responsabilidade feminina responder a questões direcionadas ao espaço doméstico, enquanto o homem respondia questões direcionadas ao espaço público.

O mesmo se notou quando solicitamos que *José* e *Cláudia* construíssem um croqui da parcela. Nesse caso, quem o produziu foi *José* já que para *Cláudia* quem conhecia a parcela melhor e, também, tinha mais habilidade para o desenho era ele. Apesar disso, também constatamos, em uma caminhada pela parcela, que ela conhecia os locais tanto quanto ele, os locais, apesar de não frequentá-los com a mesma regularidade que ele.

Diante das atividades executadas pelos integrantes do grupo familiar, é possível perceber que a divisão sexual do trabalho obedece a sua classificação como leve ou pesado. Os trabalhos socialmente reconhecidos como mais leves são direcionados para as mulheres, enquanto aqueles reconhecidos como mais pesados são de responsabilidade masculina. Além disso, como já dito, as funções direcionadas aos espaços que extrapolam as barreiras do doméstico (casa/mato, parcela/cidade), são vivenciadas pelo homem enquanto os espaços já conhecidos e domesticados são femininos.

A partir dessa divisão que, ressaltamos, obedece à organização hierárquica da família camponesa, é possível perceber os espaços sociais ocupados por mulheres e homens no Assentamento.

3.4 Os espaços femininos e masculinos no Assentamento Serra Dourada

Os espaços ocupados pelas mulheres e homens, no Assentamento, estão ligados, respectivamente, à esfera reprodutiva e produtiva, o que é uma característica da organização familiar camponesa estruturada pela ordem patriarcal.

Em diversas etapas da pesquisa percebemos a responsabilidade feminina pela esfera reprodutiva e a responsabilidade masculina pela esfera produtiva. Isso se torna ainda mais evidente na descrição do cotidiano das famílias realizado pelas camponesas e pelos camponeses, como por *Geovana* e *Ivan*, respectivamente:

Eu acordo primeiro, né? Faço café, enquanto a água tá fervendo eu vô lá, escovo os dentes, troco de roupa. Aí eu vô lá, passo o café e chamo ele. [...]enquanto ele levanta e tudo, eu deito mais um pouquinho. Aí a gente levanta, vem, calça o calçado de ir pra horta, eu já pego minha lanterna, já vô lá pra casinha [...] pego os palitos, as facas e vô lá pra horta. [...] no dia, de manhã a gente corta o alface, né? Porque as outras coisas a gente colhe é a tarde. Corta alface, depois eu pego o brócolis [...], hortelã [...]. Aí o *Ivan* já vai pra Goiás, eu vô pra horta. Vou cuidar. Vou sachar canteiro, vou irrigar a horta depois eu venho e faço almoço, arrumo alguma coisa aqui em casa né? Faço o almoço e arrumo a menina pra ir pra escola, né? Depois a gente almoça e dá um cochilo. A gente levanta quatro horas. [...]Depois a gente levanta, ou vai arrumar alguma coisa na horta ou já vai colher, né? Aí a gente colhe a couve, o cheiro verde e a rúcula. Já venceu o dia! (*Geovana*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, Set., 2015)

Levanto daqui, tomei o café, já vô pro coentro. Vô colher o coentro, vô amarrar na cebolinha, porque o coentro não pode colher antecipado, né? Enquanto eu colho o coentro, já amarro na cebola. Ela está colhendo alface. Hora que eu termino já tem um pouco de alface, eu vou carregando. Carregando, lavando. Depois eu vô empacotando os trem e quando termina eu vou fazer as entregas. Aí, chegando de lá, eu vô trata dos porquinhos, mexer na horta um pouquinho, capinar, levantar os canteiros. Igual hoje eu já levantei. Quando dá a hora, almoça rapidinho pra levar a menina na escola. Vou lá, levo elas e volto. Igual ela falou, descanso um pouquinho. A tarde começa de novo. (*Ivan*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, Set., 2015)

Como se vê, a jornada de trabalho no Assentamento é intensa, tanto para as mulheres quanto para os homens. Estas, por sua vez, possuem uma jornada maior que daqueles já que além do trabalho desenvolvido nas hortas, ainda são responsáveis pela manutenção da casa e pelo cuidado das crianças. Além disso, é possível perceber que o cotidiano da maioria das mulheres é restrito à parcela, reconhecido como espaço reprodutivo ao se comparar com os espaços exteriores à parcela, como a cidade. Ao contrário, o homem transita tanto pelo espaço produtivo quanto pelo reprodutivo.

Ao se observar o dia-a-dia de outras famílias, o cotidiano se assemelha, como é o caso daquele da família de *Cláudia* e *José*, casal participante da etapa de observação participativa. A família acompanhada é composta pelo pai, mãe, uma filha e dois filhos. Dos filhos, apenas um vive integralmente na parcela, porém trabalhando como diarista em fazendas vizinhas. O outro e a filha residem na cidade de Goiás/GO. Ela trabalha como babá e ele trabalha em uma fazenda situada entre Goiás e o Assentamento, auxiliando na produção de hortaliças, mesmo trabalho que desempenhava na parcela de seu pai.

No Assentamento, apenas *Cláudia* e *José* trabalham na horta. Eles acordam às 06h00 da manhã. Em três dias da semana entregam, pela manhã, produtos para mercados da cidade. Nesses dias a primeira atividade de *José* é colocar os produtos, colhidos na tarde

anterior, no carro. Enquanto isso, *Cláudia* prepara o café. Quando *José* sai para entrega dos produtos, *Cláudia* alimenta os animais (galinhas e porcos) e em seguida vai para as estufas molhar as hortaliças e limpar os canteiros. Quando *José* retorna, *Cláudia* ainda está na horta. *José*, então, começa a organizar os canteiros para plantio (a família planta uma estufa por semana), ou ainda, outras atividades de manutenção da horta.

Às 11h00 *Cláudia* retorna para casa para organizar o espaço e fazer o almoço. Enquanto isso, *José* termina suas atividades na horta e retorna para casa, onde aguarda o almoço. Após o almoço e descanso, *Cláudia* organiza a cozinha, enquanto *José* retorna para horta ou realiza alguma outra atividade de manutenção da parcela. Após às 16h00, caso no dia seguinte seja dia de entregar produtos em Goiás/GO, há a colheita. Em dias em que não é preciso colher produtos, as atividades nesse período são limpeza dos canteiros. Encerrada as atividades na horta, *José* e *Cláudia* retornam para casa. Ele, a partir de então, descansa, enquanto ela prepara o jantar. É importante salientar que o trabalho que *Cláudia* exerce no espaço doméstico não é considerado trabalho, portanto o grupo familiar, inclusive ela, consideram que também está em repouso.

Conforme observa García (2004, p. 85) “[...] o trabalho reprodutivo, ou seja, todas aquelas atividades desempenhadas para a manutenção e cuidado da unidade familiar como cozinhar, lavar, passar, limpar a casa, cuidar dos filhos etc, não é considerado trabalho”. Percebe-se então que “o significado do que é trabalho legítima e dá sentido à divisão de tarefas por sexo, aprofundando a oposição entre masculino e feminino.” (TEDESCHI, 2010, p. 20). Além disso, o fato dessas atividades serem improdutivas do ponto de vista da remuneração econômica, o tempo e a energia empregados para tanto são relegadas ao plano da invisibilidade (GARCÍA, 2004).

Da mesma forma, o cotidiano da maioria das famílias do Assentamento é o mesmo. A mulher, geralmente, fica responsável pelo cuidado com a horta, quando os homens saem para entregar os produtos ou ainda em caso de reuniões da COOPAR. Ao serem questionadas sobre a contribuição com o trabalho doméstico por parte dos homens, a resposta das mulheres é geralmente negativa, reforçando o que García (2004) observa.

Apesar disso, em alguns casos as mulheres argumentam que há a contribuição em algumas atividades, embora fique evidente que muitas tarefas ainda sejam consideradas estritamente femininas em razão de demandarem movimentos mais delicados e maiores detalhes, como no caso da família que produz quitandas:

É assim, nós levantamos cedo, o *João* já põe fogo no forno. Quando tá fazendo bolo, ele já amassa o bolo, eu já vô enrolando, ele já vai olhando ou eu olhando [o forno]. Depois ele vai, tira leite, se tem de arrancar mandioca, se for muito e tiver apertado eu vô pra lá também, arranco. A *Janaina* vai, arranca também. Depois é o dia-a-dia da casa, é roupa, é tudo né? Não para não. Ele só não ajuda a lavar casa porque ele num gosta de jeito nenhum. (*Alice*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, Set., 2015)

Como se vê, nesse caso há uma participação mais efetiva do homem nas atividades domésticas. Todavia, não é possível menosprezar o fato de que isso se dá apenas com a produção de quitandas para venda. O mesmo não se aplica, quando se pensa no cotidiano. Até mesmo na própria produção, fica evidente a divisão social/sexual do trabalho, já que ele é responsável pelas funções socialmente reconhecidas como mais pesadas, como acender o fogo, cuidar do forno, tirar o leite e arrancar a mandioca, enquanto modelar os bolos é função dela, que ele confidenciou “não levar nenhum jeito” já que é necessário deixar todos do mesmo tamanho e com formatos parecidos. Do mesmo modo que nas demais famílias, quem comercializa a maioria das quitandas é o homem, que também é responsável pelo pagamento das dívidas. Assim, compartilhamos das conclusões de García (2004, p. 94, grifos da autora), a partir da realização de entrevistas com mulheres camponesas participantes da luta pela terra no Pontal de Paranapanema, ao afirmar que

O *pensar* e o *falar* das entrevistadas estão carregados de contradições e ambigüidades entre o dito e o feito no seu cotidiano. Assim, o discurso da equidade entre homens e mulheres é apropriado por acampadas e assentadas, mas continua se acreditando que certas tarefas cabem “naturalmente” às mulheres porque elas levam “mais jeito”.

A partir daí nota-se que

A argumentação que usa a “natureza” para justificar a divisão sexual do trabalho traz implícita uma diferenciação que está na formação cultural de homens e mulheres, nas representações, nas imagens que se fazem do masculino e feminino. A imagem do feminino está ligada aos afazeres domésticos, sem visibilidade, enquanto que dos homens são destinadas funções mais qualificadas e mais valorizadas no espaço público. (TEDESCHI, 2010, p. 7)

Novamente nos deparamos com o homem circulando pelo espaço produtivo e reprodutivo e a mulher circulando, principalmente, pelo espaço reprodutivo. O mesmo se aplica quando analisamos a vivência na parcela como espaço reprodutivo e a vivência nos demais espaços do Assentamento como espaço produtivo. Um exemplo são as atividades de

lazer. O Assentamento dispõe, como espaço para lazer, segundo as famílias assentadas, somente o campo de futebol, espaço, exclusivamente, masculino. Assim sendo, pode-se concluir que, conforme García (2004, p. 80-81)

A separação entre trabalho produtivo e reprodutivo por gêneros se traduz na divisão espacial do assentamento, onde o espaço público, da roça, do futebol, do boteco, da militância, é masculino e o privado feminino, a casa e o lote. A roça é um lugar de cooperação entre gêneros, contudo, é presente a concepção do trabalho da mulher como subalterno. A igreja, quando existe, destaca-se como lugar de convívio social para a maioria das assentadas.

O Assentamento possui duas igrejas (uma católica e uma evangélica). Esses espaços, embora frequentados por todos os membros da família, são espaços femininos, conforme observado por García (2004) também em sua pesquisa. São as mulheres as responsáveis pela organização e também pelo cuidado do local, organização das cerimônias. Segundo as camponesas, suas práticas de “lazer”, se restringem, a essas atividades, na maioria dos casos.

3.5 Empoderamento feminino e luta de classes pelo fim do poder hegemônico do capital

Estar no espaço reprodutivo não é, necessariamente, uma condição de subalternidade, tampouco de privações, conforme assinala Saffioti (2015, p. 56): “Isto dependerá das posses da família, de sua religião, enfim, de uma série de fatores”. Ao analisar a sociedade camponesa, percebemos sua importância, por exemplo, ao pensarmos o espaço da casa, lembrando Woortmann; Woortmann (1997), *governado* pelas mulheres, como ponto de partida para o trabalho na terra, logo, para a efetivação do ser camponesa e do ser camponês. Também é a casa o local de alimentação, o local da maioria das relações familiares e de parentesco, típicas do modo de vida dessa classe.

Alves (2015), ao pesquisar as transformações ocorridas na vida das mulheres camponesas a partir da participação da luta pela moradia camponesa por meio do Movimento Camponês Popular (MCP), mostra-nos que a luta pela moradia, importante principalmente para as mulheres que vivem esse espaço mais que os homens, foi uma forma de empoderamento das mesmas e de modificações das estruturas de poder preexistentes. Isso porque, ao participarem do movimento, elas entenderam que é possível estar em ambos os espaços (produtivo e reprodutivo):

A partir da experiência da ação política no Movimento, as mulheres se reconhecem no processo, elas não constroem apenas uma casa, mas também um lugar no mundo, um “lugar mais amplo” que lhes permite abrir novos horizontes, elas “abrem” a vida e a convivência com outras pessoas se torna cotidiana. Esse “novo mundo” se constrói na luta pelo espaço privado, mas dentro do espaço público. E nessa luta, esses espaços se misturam e se fundem num único espaço, que passa pela construção de uma “nova mulher”. (ALVES, 2015, p. 78).

A afirmação da autora (2015, p. 17) de que “A casa pode ser onde nosso corpo está e, esse estar, vai construindo nosso ‘lugar’ no mundo”, provoca-nos, por sua vez, a pensar que embora estar no espaço reprodutivo não seja o problema, considerando que ele é tão importante quanto o produtivo, é preciso que ele não seja entendido como o único lugar a se estar, o que é possível, por exemplo, a partir da luta:

A mudança dessa realidade, de opressão e exploração das mulheres e do trabalho por elas exercido, pode ocorrer com a sua saída do espaço privado para o espaço público, pois a partir do momento em que as mulheres se constituem como sujeitos sociais e coletivos e iniciam a luta contra o sistema capitalista está também lutando contra o sistema patriarcal, machista, parte intrínseca do capitalismo. (ALVES, 2015, p. 20)

Diante disso, apesar de observarmos o espaço social da mulher camponesa, sendo, predominantemente, o reprodutivo, este compõe a parte de um espaço maior e, junto ao produtivo, constituem uma totalidade. Estes se cruzam, dialogam entre si, e a partir daí pode ser percebido, embora timidamente, a expansão do espaço feminino para a esfera produtiva, bem como, um deslocamento das estruturas de poder, o que proporciona o desenvolvimento da consciência dessas mulheres para a possibilidade de expansão do espaço social ocupado, o que em certa medida, pode ser entendido como uma primeira etapa rumo ao empoderamento feminino.

Entendemos o ato de *empoderar* como uma condição que ultrapassa o deslocamento da mulher do espaço reprodutivo para o produtivo. Isso porque, essa lógica de produção e reprodução está vinculada ao pensamento hegemônico do capital, que coloca o espaço produtivo como o mais importante. Vincular, nesse sentido, o empoderamento feminino à conquista do espaço produtivo é legitimar a ordem instaurada pelo capital e correr o risco de cair em suas armadilhas, já que as mulheres constituem um exército industrial de reserva em potencial, que o capitalismo mantém a partir do sistema patriarcal. Saffioti (2013, p. 72) observa que o capitalismo:

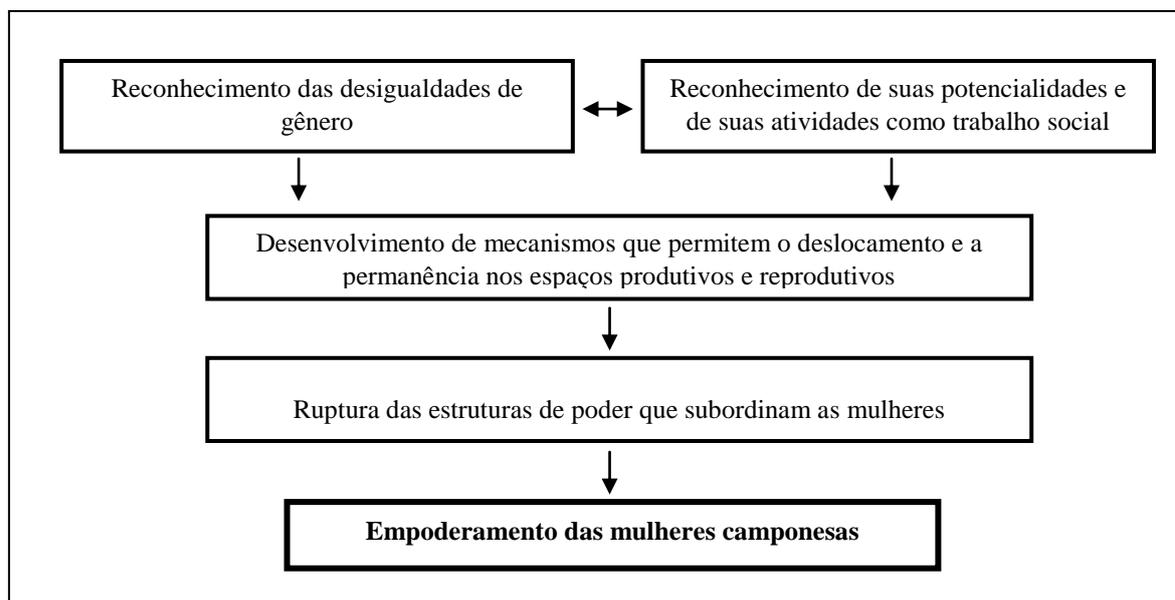
[...] encontra na inferiorização social da mulher um elemento coadjuvador de alta relevância. Quer através da marginalização da mulher das funções produtivas, quer por meio do emprego de sua força de trabalho, sempre foi possível alterar a composição orgânica do capital pela redução da parcela variável deste. O caráter submisso que há milênios as sociedades vinham moldando nas mulheres facilitava enormemente a elevação do montante de seu trabalho excedente. A consciência que os homens da burguesia tinham da situação da mulher representava também um dado importante da colocação em prática de tal sistema de exploração.

Empoderar não significa promover uma nova ordem hierárquica em que a mulher se coloca como superior ao homem, mas sim, mobilizar as camponesas uma consciência de que elas, historicamente marginalizadas pelo sistema patriarcal, têm plena capacidade para atuarem e vivenciarem os espaços da mesma forma que os homens e, para tanto, precisam entender as estruturas de poder patriarcais e pensar ações capazes de romper com elas e garantir sua autonomia.

O empoderamento feminino perpassa, assim, pelos seguintes passos (esquema 01):

- a) Reconhecimento das desigualdades de gênero e de sua condição de subordinação aos homens, que pode ocorrer a partir do acesso a educação crítica, seja no âmbito formal ou informal; a partir da participação em movimentos sociais, especialmente, aqueles que se atêm as questões de gênero, etc..
- b) Reconhecimento de suas potencialidades e valorização de seu trabalho por meio do desenvolvimento da consciência de sua capacidade de ação no espaço público, que pode ocorrer também por meio do acesso a educação, da participação em movimentos sociais, do acesso a políticas públicas (PAA, PNAE, etc.), valorização pela sociedade dos produtos de seu trabalho etc.
- c) Possibilidade do desenvolvimento e continuidade de ações que permitem a ruptura das fronteiras existentes entre os espaços reprodutivo e produtivo. Essas fronteiras, no nosso entendimento, são mecanismos do sistema patriarcal que precisam ser rompidos, o que só é possível a partir de condições que permitem às mulheres permanecerem em ambos os espaços e não somente passar por eles.
- d) A partir do desenvolvimento da consciência das mulheres das estruturas patriarcais e seu fortalecimento, é preciso então desnaturalizar o pensamento social que subordina a mulher aos comandos do homem, e nesse sentido, promover um novo pensamento social.

Figura 3- Passos para o empoderamento das mulheres camponesas – Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO



Org.: MESQUITA, Natalia Lucas (2016).

Ressaltamos que os dois primeiros passos dialogam e não precisam, necessariamente, seguir a ordem proposta, e são as primeiras condições para um real empoderamento das mulheres, sendo esses os fatores que reconhecemos no Assentamento e na maioria das pesquisas sobre a temática.

Diante disso, cabe destacar os principais fatores que contribuem para o desenvolvimento da consciência das potencialidades das mulheres camponesas, visualizados durante a pesquisa no Assentamento Serra Dourada. São eles: a comercialização de produtos com base na mão-de-obra feminina e a participação em movimentos sociais que resultaram no acesso a terra.

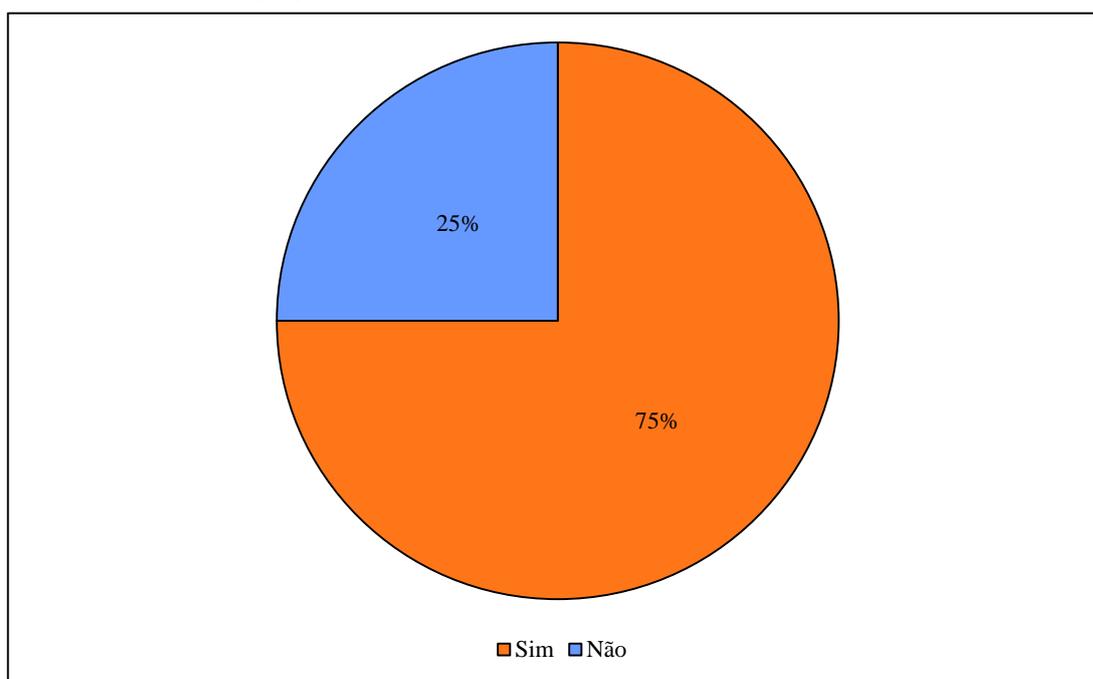
A comercialização de produtos, historicamente, vinculados ao espaço reprodutivo, como hortaliças produzidas nos quintais, além de quitandas e outros produtos desse caráter, fortaleceu de certa forma, a autoestima das mulheres e provocou modificações na estrutura de poder, ao possibilitar que elas, embora não sejam as principais responsáveis pelo comércio dos produtos, interferissem nas decisões. Além disso, destacamos que a valorização dessa produção significa ao mesmo tempo uma luta contra o patriarcado e uma luta de classes, na medida em que reafirma que a produção de alimentos no país é realizada pelo campesinato.

Observa-se, embora em número menor ao se comparar com os homens, a participação das mulheres na comercialização de produtos em feiras da cidade de Goiás/GO. A partir da venda de produtos na feira, essas mulheres obtêm uma renda individual, destinada

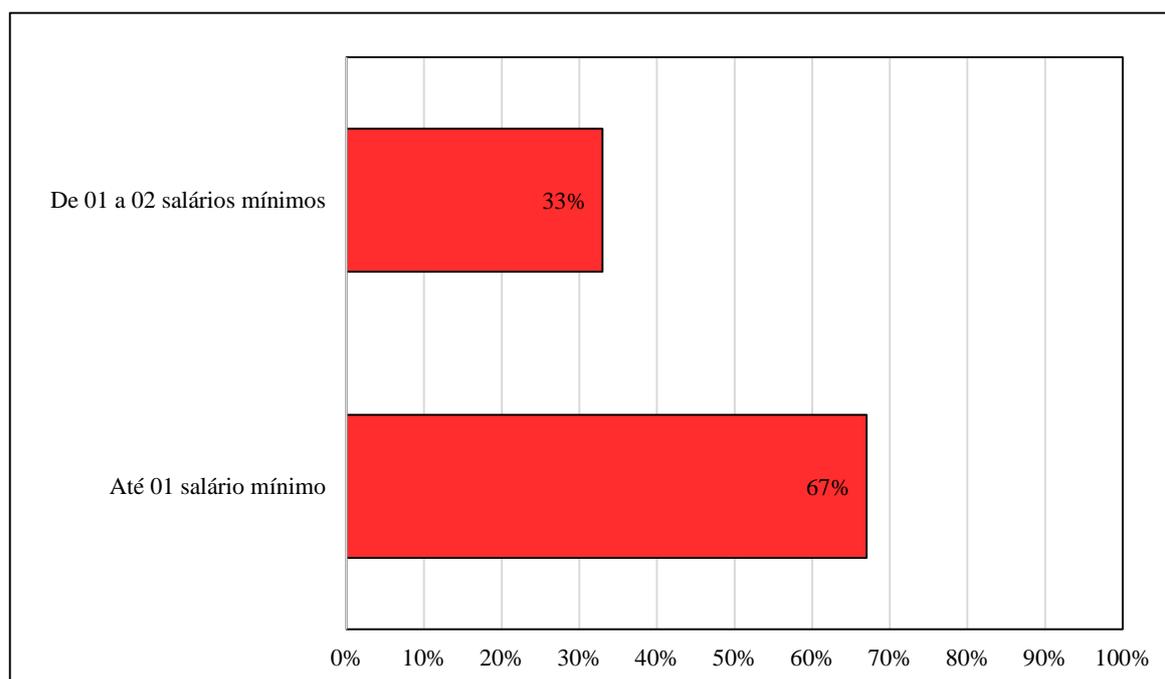
à compra de produtos de beleza, além de roupas, calçados, para si e demais membros do grupo familiar.

Por outro lado, observa-se que a maioria das mulheres, mesmo aquelas que não participam da venda dos produtos na cidade, possuem renda. 75% das mulheres do Assentamento possuem uma renda mensal individual (gráfico 20), que varia de até um salário mínimo para 67% e de um a dois salários mínimos para 33% das camponesas (Gráfico 21). Para 34% das camponesas a renda é proveniente (Gráfico 22) da venda de hortaliças nas feiras da cidade de Goiás/GO. Outras fontes de renda indicadas pelas entrevistadas foram: venda de frango caipira melhorado (11%); trabalho como diarista/faxineira em Goiás/GO (11%); venda de hortaliças na parcela (11%); fornecimento de hortaliças para o PAA e PNAE (11%); trabalho como educadora em instituição de ensino na cidade de Goiás/GO (11%).

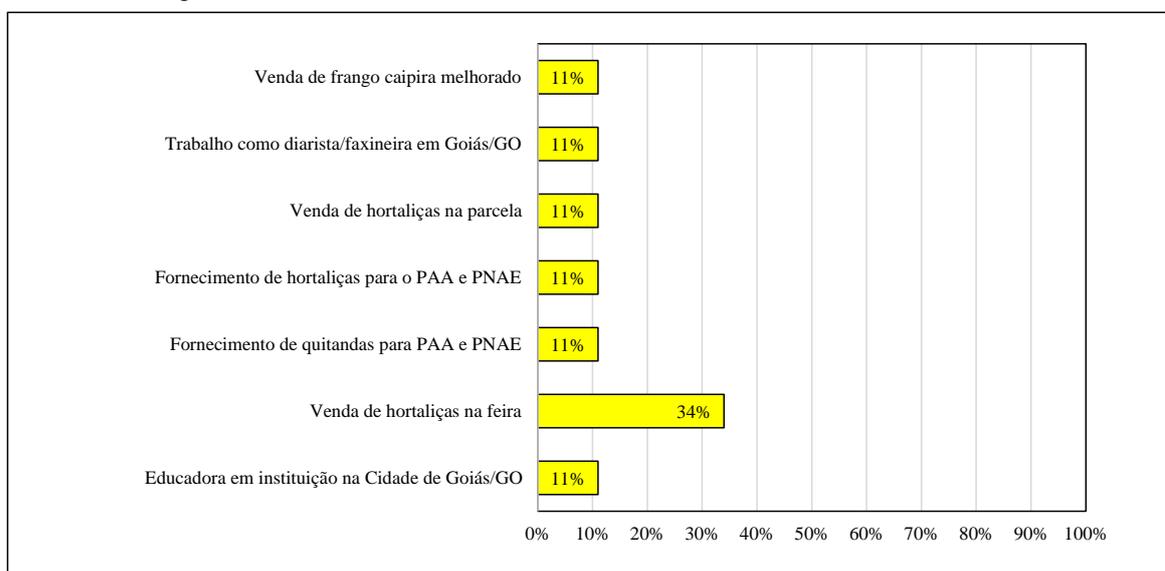
Gráfico 20 - Mulheres que possuem renda individual no Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO



Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas (2015)

Gráfico 21 - Valor da renda mensal das mulheres do Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO

Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas (2015)

Gráfico 22 - Origem da renda das mulheres do Assentamento Serra Dourada – Goiás/GO

Fonte: Pesquisa de campo. **Organização:** MESQUITA, Natalia Lucas (2015)

O consumo da renda das mulheres está direcionado à compra de produtos de beleza para ela e os outros membros da família. Também é utilizado para a compra de roupas e calçados para as/os filhas/os e em alguns casos, a compra de eletrodomésticos⁴⁵. A partir dessa situação, observamos o fortalecimento das mulheres que se tornam autônomas e

⁴⁵ A compra de eletrodomésticos e outros produtos para casa foram indicados como a última opção para o destino da renda.

independentes, em certa medida, de seus maridos e também uma valorização de seu trabalho tanto no grupo familiar, como entre as assentadas e os assentados, conforme se nota pelos depoimentos:

[...] A mulher hoje aqui, tem lugar que a mulher faz mais que o homem, aqui no Assentamento. [...] a mulher desse Assentamento, além dela trabalhar igual o homem, é o mesmo valor [...] pra dentro de casa e pra os vizinhos. [...] Ela é reconhecida. Aqui é. (*Marta*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015)

Não, aqui é reconhecida. Eu acho que é diferente, eu acho. [...] parece que está todo mundo esclarecido né? Que lugar de mulher não é só na cozinha [...]. Aqui até conta muito as opiniões das mulheres. Vale muito. É! (*João*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015)

Referente à participação das mulheres na luta pela terra, 67% estiveram envolvidas. Ao serem questionadas a respeito de modificações nas relações familiares a partir dessa inserção, muitas, como *Marta*, afirmaram:

Não, pra mim nada. [...] pra ele [ex-marido] é que mudou, porque... assim [...] aumentou os conflitos, até porque o sonho dele não era a terra, né? Não era a terra. O sonho da terra era meu... [...] Ele falava sempre, que ele foi criado na roça também, falava assim “meu sonho é viver na terra, meu sonho é ficar na terra” [...]. Só que quando eu ganhei, depois que eu ganhei a terra foi que aumentou os conflitos e chegou ao ponto da separação. (*Marta*. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, abr., 2015).

A ameaça ao poder de decisão masculino provocou uma série de conflitos no âmbito familiar, gerando um deslocamento de poder, que teve como consequência a separação do casal, antecedida de práticas de violência doméstica, conforme foi relatado por outras famílias mostrando a necessidade de um trabalho sobre as questões de gênero tanto com as mulheres quanto com os homens. Durante a entrevista com *Marta*, questionamos se ela observou mudança em si mesma, após participação na luta:

[...] Não, de cabeça não, eu só falo que eu adquiri mais experiência de vida. Pra mim foi como se eu tivesse adquirido mais experiência de vida... assim, mudar a minha cabeça e o meu modo de pensar, era exatamente o que eu queria. Não era nada mais e nada menos. Era o sonho e eu acho que foi só a concretização daquilo que eu pensava, né? [...]. Só mudou assim, que você fala assim “eu consegui. Eu lutei, eu batalhei, eu consegui”. [A senhora se sente mais forte por isso?] Mais, muito mais, até pelo que eu passei [...]. Então isso dá mais força pra gente, aumenta mais ainda o valor da terra pra gente [...]. Eu acho [...] eu daria o mesmo valor, mais por ter passado isso, eu

acho que eu valorizo mais ainda. (Marta. Entrevista, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, abr., 2015).

A partir daí, observamos que houve uma modificação em sua relação com o mundo, proporcionado pela conscientização sobre seu potencial ao lutar por um sonho. Observa-se que a inserção nos movimentos sociais permite que as mulheres percebam sua capacidade, que historicamente, foi escondida nos espaços domésticos (espaços de reprodução), visto como inferiores. Alves (2015, p. 81), em sua pesquisa, conclui isso também:

Nas mulheres em movimento nascem novas esperanças, desnaturalizar-se a opressão e denudarem-se as contradições que estão presentes nos diferentes espaços, seja o espaço da produção, seja o espaço da reprodução. A partir da luta há o deslocamento de poder na família, na comunidade, a maior participação das mulheres no Movimento, na vida política, inclusive em outras lutas, como a criação de políticas para a melhoria da renda da mulher no campo e a luta contra a violência sofrida pelas mulheres no campo.

Apesar dessas observações, a inserção no Movimento só é um passo rumo à ruptura com uma estrutura patriarcal a partir da atenção pelos movimentos sociais para as questões de gênero, conforme salienta Mesquita; Nascimento (2015, p. 272)

[...] a luta pela terra desvinculada de uma organização política, de um movimento social progressista pouco contribui para minimização das desigualdades de gênero. Além disso, há que destacar que nem sempre movimentos sociais progressistas condenam e combatem a desigualdade de gênero.

Se não se pode pensar na questão de gênero desvinculada da questão de classes, o contrário também é fundamental. Nota-se, atualmente, que essas questões são mais exploradas pelos movimentos, como o MST, por meio do Coletivo de Gênero. Contudo o enfoque dos movimentos em geral e órgãos que apoiam as ações das camponesas e dos camponeses na luta pela terra, como a CPT, o INCRA, as Universidades etc., fortalecem a estrutura patriarcal, ao promover, por exemplo, cursos de formação política para os homens e cursos ligados à alimentação, remédios, saúde da mulher às camponesas, conforme foi relatado pelas camponesas e pelos camponeses do Assentamento Serra Dourada que participaram das lutas. Como observa García (2004, p. 98) “[...] as forças sociais que atuam e se articulam nos assentamentos e acampamentos refletem uma ideologia de gênero herdada e hegemônica na sociedade ocidental”.

Ressaltamos que o problema não está em oferecer formação para mulheres e homens referentes aos assuntos destacados, pelo contrário. Os cursos fortalecem as famílias ao resgatar *saberes e fazeres* que possibilitam o *reenraizamento* em seus novos territórios. A questão é até que ponto essas intervenções desvinculadas de uma formação política, do desenvolvimento de uma consciência de classes que contemplem mulheres e homens na mesma intensidade, não legitima as relações de dominação e subalternidade feminina diante da sociedade? E também, em que medida essas intervenções não fortalecem o sistema capitalista ao impedir a ruptura do patriarcado, imbricado nessa ordem hegemônica do capital?

Exemplo da necessidade dessa abordagem pode ser constatada em depoimento de *Antônia*, que participou, durante quatro anos, das lutas pela terra em acampamentos em Goiás/GO e municípios vizinhos. Quando questionada sobre se notou modificações nas relações familiares e na tomada de decisões a partir dessa trajetória, ela afirma que as relações continuaram iguais: “Iguais. Do mesmo jeito!”. Além disso, percebemos que a participação nos acampamentos reforçaram assimetrias de gênero, no caso, das mulheres pesquisadas.

Assim, uma das etapas rumo ao empoderamento das mulheres camponesas deve ser o reconhecimento por parte delas e da sociedade, das desigualdades de gênero e também da importância do seu trabalho e de suas potencialidades. A partir daí visualizamos a possibilidade de uma ruptura com o sistema patriarcal que colabora para a luta de classes, já que a ruptura com um sistema que segrega e expropria a classe trabalhadora, requer o combate de suas diversas estruturas. Além disso, conforme Engels (1984, p. 70-71) “[...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.”

Como sabemos, o capitalismo não se trata somente de um sistema econômico, mas de um sistema também de ordem política e cultural e, portanto, ideológica, que tem o patriarcado como instrumento fortalecedor. Conforme observa Saffioti (2013, p. 89)

A secularização do pensamento é, pois, fenômeno subordinado aos interesses da ordem imperante nas sociedades de classes. Os preconceitos, aparentemente retardadores da implantação da ordem capitalista, funcionam, no fundo, como fatores auxiliares ponderáveis da conservação dessa mesma ordem. É limitando, através do uso cuidadoso das imagens estereotipadas, o grau e a extensão da integração de certas categorias sociais no sistema de produção de bens e serviços, que este se resguarda de possíveis rupturas de equilíbrio, mantendo suportáveis as tensões que gera.

Desse modo, para os questionamentos sobre se a luta por igualdade de gênero não ofusca a luta de classes, respondemos que não. A luta contra o fim do patriarcado é também uma face da luta de classes, porque combate um sistema interessante ao capital e que mascara mecanismos próprios desse sistema que impedem uma real transição para um sistema igualitário, cujos meios de produção e reprodução pertençam a todas e todos.

Por fim, cabe destacar que as mulheres são ativamente participantes da produção de contra-espacos no Assentamento Serra Dourada, não de forma individual, mas a partir das relações estabelecidas dentro do campesinato. Apesar disso, é importante que seja dado maior visibilidade e importância ao trabalho que desempenham.

(IN)CONCLUSÕES

Como é que faz para lavar a roupa?

Vai à fonte, vai à fonte.

Como é que faz para raiar o dia?

No horizonte, no horizonte.

Esse lugar é uma maravilha, mas como é que se faz para sair da ilha?

Pela ponte, pela ponte.

A ponte não é de concreto, não é ferro, não é cimento. A ponte é até onde vai o meu pensamento.

(Lenine e Lula Queiroga- A ponte)

O período histórico em que vivemos é marcado pela supremacia do capital que detém a hegemonia, comanda e influencia as relações sociais, evidentemente, em meio às contradições necessárias e, condição, para o movimento permanente do real. Das desigualdades sociais e de gênero ao arranjo espacial da sociedade é possível observar o atendimento às demandas do sistema político e econômico atual. O conhecimento produzido a partir da ciência moderna não é diferente. Ele está extremamente atrelado aos moldes do pensamento hegemônico do capital que a partir do naturalismo e seu método positivista, naturalizam as desigualdades entre mulheres e homens, invisibilizando as estruturas de poder patriarcais/capitalistas.

Com isso, as abordagens da Geografia - nascida desse contexto -, sobre as relações sociais que permeiam a produção e reprodução do espaço, são marcadas pela supressão das mulheres e homogeneização dos sujeitos sociais que participam desse processo, contribuindo para a legitimação das características de uma ciência que é branca, cristã, eurocêntrica, masculina e “ama” da classe burguesa.

Diante disso, observamos ser necessário um esforço por parte de todas e de todos para romper com esses padrões, contribuindo para a produção de um conhecimento crítico, capaz de evidenciar as contradições e desigualdades inerentes do sistema capitalista e do patriarcado. Recordando as observações de Porto-Gonçalves (2007), vivemos um período de incertezas como também de oportunidades, em que é preciso juntar forças e construir, como sugere Mignolo (2004), novos caminhos, que respeitem e valorizem as diferenças, os saberes e os sujeitos sociais, historicamente, marginalizados.

No que se refere, especificamente, à ruptura das bases patriarcais na produção do conhecimento geográfico, não propomos que a partir de agora, a Geografia se interesse única e exclusivamente pelas mulheres. Essa abordagem colocaria em vigor uma ordem que novamente suprimiria um sujeito social da história, o homem, e não é esse o ponto em que queremos chegar. É preciso que todos os sujeitos sejam contemplados na explicação da

realidade e que se perceba as diferenças na vivência do mundo condicionada pela identidade de gênero das pessoas, sendo isso, antes de tudo, uma retificação metodológica, como observa García (2004).

O método que, genericamente, podemos definir como a forma de interpretarmos a realidade social deve partir do entendimento das contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista e patriarcal, que, por meio da organização do trabalho, beneficia uma classe em detrimento de outra e hierarquiza os gêneros como forma de garantir um exército industrial de reserva ao capital.

O incentivo a atitudes que discriminam categorias sociais, conforme observa Saffioti (2013), significa assumir um comportamento altamente racional, na medida em que esses sujeitos constituem reservas de trabalho dos quais se poderá lançar mão no momento oportuno e a bom preço.

O pensamento social contribui sobremaneira para manter essa ordem, sendo a ciência um instrumento importante para esse controle. Diante disso, é importante que nossos olhares estejam atentos e não reproduzam essa lógica. Ademais, o fortalecimento da luta de classes é outra dimensão necessária de ser observada, pois é a partir dela que poderemos eliminar – caso se considere as desigualdades entre mulheres e homens - com as bases patriarcais e capitalistas que estruturam a sociedade. A classe não é composta só por homens. Ela é composta também por mulheres que experimentam situação de opressão tanto entre classes quanto dentro daquela que integram.

Entendemos que a direção de nosso olhar deve convergir com os interesses dos sujeitos oprimidos pelo sistema capitalista, sendo possível contribuir a partir do estudo das contradições e desigualdades de gênero que existem dentro da classe trabalhadora⁴⁶. O reconhecimento das fragilidades e das armadilhas impostas pelo capital são caminhos para o fortalecimento desses sujeitos, em luta.

Reconhecemos, assim, que os contra-espacos devem ser um dos pontos de partida na análise das estruturas de classe e gênero, pois expressam modos de vida diferentes dos estipulados pelo capitalismo e ao mesmo tempo demonstram as contradições desse sistema, sendo espacos de luta. Para lembrar, os contra-espacos são espacos produzidos e reproduzidos a partir de uma lógica que não converge com os padrões impostos pelos modelos espaciais burgueses, podendo ser exemplos, os acampamentos organizados pelos

⁴⁶ Apesar disso, não podemos esquecer que as mulheres burguesas também estão inseridas no sistema patriarcal e são subalternizadas.

movimentos de luta pela terra que após a conquista da terra se constituem em assentamentos rurais.

A partir dessa pesquisa constatamos que os modos de vida das camponesas e dos camponeses do Assentamento Serra Dourada contribuem para a reprodução de contra-espacos no município de Goiás/GO. Antes mesmo - no processo de luta pela terra - as mulheres e os homens desse Assentamento já o reproduziam ao contestar a estrutura fundiária do município, altamente concentrada e reflexo do avanço do capital pelo Brasil, desde o período colonial.

As mulheres camponesas, como vimos, estiveram presentes em todos os momentos de luta. Participaram de ocupações de terras, de acampamentos, de caminhadas e outras estratégias dos movimentos. Foram e ainda são essenciais para a permanência de suas famílias no campo, na produção de alimentos para o consumo do grupo familiar, sendo, portanto, atuantes na (re)produção de contra-espacos.

Contudo, não é possível compreender que elas vivenciaram essas lutas da mesma forma que os homens. Nos acampamentos ainda reproduziram os papéis sociais incumbidos ao gênero feminino; foram responsáveis pelo cuidado e alimentação das famílias; nas manifestações reafirmaram sua condição de fragilidade, ao usarem dessa como forma de proteger os homens, embora seja uma grande contradição; nos cursos de formação oferecidos por instituições apoiadoras dos momentos de luta pela terra, foram ensinadas a produzir medicamentos naturais, a fazer novos pratos culinários e receberam palestras de “saúde da mulher”, enquanto os homens recebiam formação política e eram preparados para lidar com o “mundo de fora”.

Antes que a leitora e/ou o leitor questionem sobre a relevância dos cursos oferecidos às mulheres, ressaltamos que não os menosprezamos nem entendemos que devam deixar de serem ofertados. Reconhecemo-los como fundamentais no processo de *reenraizamento* das camponesas e dos camponeses em seus novos territórios, como também, no resgate de *saberes e fazeres* - negados pelo paradigma do capitalismo agrário - que possibilitam fortalecer as mulheres e os homens para o reconhecimento da importância dos espacos reprodutivos. Contudo, julgamos essencial que, como os homens, as mulheres sejam também preparadas para lidar com o “mundo de fora”, para entender as armadilhas e artimanhas do capital e participar do processo de luta na mesma intensidade e com o reconhecimento de elementos que ressaltem sua força e não sua fragilidade. Assim terão voz e força para romper com as fronteiras entre o espaco doméstico e o público e questionar as violências - simbólicas, psicológicas, físicas - que sofrem diariamente no contexto da família e das relações sociais exteriores ao espaco doméstico. De igual maneira, entendemos também

que os homens, como as mulheres, devem estar preparados para lidar com o “mundo de dentro”.

No âmbito dos movimentos sociais, é necessário a atenção para as estruturas patriarcais e o desenvolvimento de ações que colaborem para a ruptura com essa hierarquia de gênero, pois só assim, poderemos afirmar que as mulheres foram empoderadas a partir da participação neles. Um exemplo pode ser visto na pesquisa de Alves (2015) que estudou as mulheres camponesas que lutaram pela moradia popular camponesa por meio do Movimento Camponês Popular (MCP). O fortalecimento das mulheres naquele caso esteve, extremamente vinculado à atenção dada pelo MCP às desigualdades de gênero, a necessidade de preparar as mulheres para vivenciar o espaço público e lutar pelos seus objetivos. Contudo, nem todos os movimentos comungam dessa perspectiva, conforme constatado nesta pesquisa, sendo exemplo, parte das mulheres camponesas do Assentamento Serra Dourada.

Dentre as mulheres pesquisadas, 67% participaram da luta pela terra. Contudo, ao serem contempladas com parcelas em assentamentos rurais, elas e suas famílias continuaram a reproduzir a ordem hierárquica que as colocam em condição de submissão e experimentando apenas do espaço reprodutivo, da casa, da parcela e, no mais extensível possível, do Assentamento. Os papéis desempenhados por elas, antes de tudo característicos de uma ordem social, expressam a ordem imposta ao sexo feminino e reproduzem um modelo muito útil ao capital, que é o patriarcado.

O patriarcado é condicionante da organização familiar camponesa e, portanto, da forma como os contra-espços são produzidos, contradizendo esse conceito. No Assentamento Serra Dourada as mulheres participam de quase todo o processo produtivo, ficando fora somente da comercialização, na maioria dos casos. Todavia, essa participação obedece aos padrões sociais de divisão sexual do trabalho segundo as identidades de gênero, e não raramente seu trabalho é considerado como ajuda pelos membros do grupo familiar e por elas mesmas.

Apesar disso, não podemos negar um fortalecimento das mulheres entre o grupo de assentadas e de assentados e os membros da família, seja em virtude de sua participação, em alguns casos, do comércio das hortaliças em feiras, da valorização dos produtos provenientes de seu trabalho, a partir do fornecimento ao PAA e PNAE. Mas esse fato está longe de representar um empoderamento feminino, que só será possível a partir da reflexão sobre as estruturas que fundamentam a organização familiar camponesa e o reordenamento do poder deferido a cada membro do grupo familiar.

É preciso ter cuidado ao usar a palavra empoderamento, para não mascararmos o patriarcado e a forma como o capitalismo usa desse sistema, ora defendendo que a mulher permaneça no espaço doméstico, ora incentivando seu movimento entre esse e o espaço produtivo para si tornar mão-de-obra barata e disponível ao capital. Para que as mulheres camponesas se empoderem é necessário que haja condições para que se eliminem as fronteiras entre o espaço reprodutivo e produtivo, permitindo-as vivenciar o mundo e desfrutar de privilégios e oportunidades da mesma forma que os homens e assim, fortalecer, seus modos de vida, suas cosmovisões, seu trabalho.

Assim os programas governamentais, como o PAA e PNAE, podem ser reconhecidos como fortalecedores das mulheres, embora não deva ser concebido como o único caminho possível. Não podemos esquecer que o Estado serve a um sistema e contribui para a legitimação dos lugares ocupados pelos sujeitos sociais e, portanto, para a (re)produção do espaço a partir da lógica hegemônica do capital.

Não há nada fora de seu lugar! É preciso que fiquemos atentos à isso; é preciso ter cuidado para não (re)produzirmos essa lógica e colaborarmos para reafirmação do discurso do capital.

A criação de locais para que as mulheres comercializem seus produtos; A participação das mulheres nas reuniões das cooperativas que suas famílias integram; o incentivo em assumirem papéis de liderança no Assentamento; o acesso à educação, formal e/ou informal, que contribua para a reflexão sobre as estruturas de poder aliado à formação profissional, são caminhos possíveis nessa incursão. Mas, muito há que se refletir e essa pesquisa não trás todas as respostas, não é capaz de indicar todos os caminhos, e tampouco isso é o pretendido. O esforço aqui é, antes de tudo, reconhecer que as mulheres atuam na produção de contra-espacos de forma significativa e não podemos apagar isso de nossas explicações, se quisermos realmente contribuir e romper com os modelos modernos de produção do conhecimento.

Considerando que uma pesquisa não tem fim quando a última palavra é escrita, ficam muitas indagações ainda sem respostas, dentre as quais aquelas relacionadas ao significado do empoderamento feminino e a relação entre a luta de classes e a luta por igualdade de gênero. Também não captamos toda diversidade e todas as relações inerentes ao território pesquisado e de suas e de seus sujeitos sociais. A realidade sempre será mais viva, dinâmica, complexa e contraditória do quê aquilo que conseguimos transpor para o papel a partir de nossos olhares carregados de lentes.

Mas, fica a necessidade de unirmos forças e questionarmos o discurso de que a luta de classes é mais importante que a luta por igualdade de gênero. Essas lutas representam as dimensões de uma mesma contradição e não podem ser entendidas a partir de comparações, mas sim em uma perspectiva de complementaridade. Diante disso, convidamos à leitora e/ou ao leitor a nos acompanhar, afinal, como disse Geraldo Vandré, “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

*“Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção*

[...]

*Pelos campos há fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão*

[...]

*Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição
De morrer pela pátria e viver sem razão*

[...]

*Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.”*

(Geraldo Vandré, Pra não dizer que não falei das flores)

REFERÊNCIAS

- ALVES, Sandra Aparecida. **Geografia e gênero: a ação das mulheres na luta pela Moradia Camponesa na Região Estrada de Ferro em Goiás.** 2015. 126p. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO), 2015.
- ANDRÉ, Isabel Margarida. O gênero em Geografia: introdução de um novo tema. **Finisterra**, Lisboa, XXV, n. 50, p. 331-338, 1990.
- REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, 2000, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO. **Ata de reunião realizada no dia 29 de fevereiro de 2000.** Livro 01, p. 04.
- REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, 2000, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO. **Ata de reunião realizada no dia 07 de maio de 2000.** Livro 01, p. 05-06.
- REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, 2001, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO. **Ata de reunião realizada no dia 08 de março de 2001.** Livro 01, p. 10.
- REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, 2003, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO. **Ata de reunião realizada no dia 01 de março de 2003.** Livro 01, p. 23.
- REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, 2003, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO. **Ata de reunião realizada no dia 15 de março de 2003.** Livro 01, p. 26.
- REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, 2004, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO. **Ata de reunião realizada no dia 12 de março de 2004.** Livro 01, p. 30.
- REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, 2010, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO. **Ata de reunião realizada no dia 17 de outubro de 2010.** Livro 01, p. 39-40.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar.** 2015. Disponível em: << <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>>. Acesso em: 30 set., 2015.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A experiência vivida.** 2. ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1987.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. 2007. 280p. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Campesinato Goiano: Três estudos**. Goiânia (GO):1986. Disponível em: <<<http://www.sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/campesinato.pdf>>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, 2007.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcado: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: _____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 169-285.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. **Gameleira, sertão norte de Minas Gerais: Um olhar feminino sobre o feminino camponês**. 2013. 314p. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização brasileira, 1984.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3 ed. Globo, 2001.

FERREIRA, Idevolne Mendes. MENDES, Estevane de Paula Ponte. A organização do espaço agrário em Goiás: Povoamento e Colonização (do século XVIII ao XX). In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 19., 2009. **Anais...** São Paulo (SP), 2009.

GARCÍA, María Franco. O Gênero como perspectiva de análise na discussão sobre as localizações. **Revista Pegada**, Presidente Prudente (SP), v. 3, n. 1, 2002.

_____. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**. Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 224p. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2004.

GIRARD, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Universidade Estadual Paulista, 2008. Disponível em: <<<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>>>.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. 2004. Disponível em: <<<http://migre.me/iqOgM>>>.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 201-229.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007.

INCRA. **Projetos de Reforma Agrária conforme fase de implementação**. INCRA, 2014. Disponível em: <<www.incra.gov.br>>.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006. (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: _____. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 14-36.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2007.

MARQUES, Marta Inez Medeiro. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente (SP), n. 12, p. 57-67, 2008.

MARX, Karl. **Para uma crítica da economia política**. 1857. Disponível em: <<<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/criticadaeconomia.pdf>>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: Uma nova política da espacialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. Um estudo histórico das relações de gênero e classe. **Revista Multidisciplinar da UNIESP – Saber acadêmico**, n. 7, p. 57-73, 2009.

MELLO, Vico Denis Souza de; DONATO, Manuella Riane A. O pensamento iluminista e o desencantamento do mundo: modernidade e Revolução Francesa como marco paradigmático. **Revista Crítica Histórica**, ano II, n. 4, p. 248-264, 2011.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudoeste Goiano**. 2004. 457p. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente (SP), 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; MESQUISTA, Helena Angélica. O agrohidronegócio no Cerrado goiano: a construção das (Re)Existências. In: *Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas*, 1.; *Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens*, 2. **Anais...** Salvador, 2007.

MESQUITA, Helena Angélica de. Onde estão as flores, as cores, os odores, os saberes e os sabores do cerrado brasileiro? O Agro/Hidronegócio comeu!. In: MENDONÇA, Marcelo Rodrigues (Org.). **Agroecologia**: práticas e saberes. 2. ed. Catalão: Gráfica Modelo, 2012.

MESQUITA, Natalia Lucas; NASCIMENTO, Aline Cristina. A influência da luta pela terra na identidade de gênero das mulheres camponesas do Assentamento Serra Dourada, em Goiás/GO, Brasil. **Revista Pegada**, Presidente Prudente (SP), v. 16, n. 02, 2015. Dossiê Trabalho, Gênero, Território.

MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da ciência: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-710.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 72-108.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: Encontro Regional de História da Apuh Rio, 16., 2014. **Anais...** Rio de Janeiro (RJ), 2014.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A participação do Banco Mundial no Mercado de Terras no Brasil e no Mundo**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis (Orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa: cotidiano e história em assentamentos de Goiás**. 1997. 369p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1997.

PIETRAFESA, José Paulo. Escola Família Agrícola: um espaço de inovação educativa no meio rural. **Revista Linhas**, v. 7, n. 2, 2006.

PORTO GONÇALVES, Carlos Valter. A invenção de novas geografias. In: In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 375-409.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: _____. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. In: GÓMEZ, Santiago Castro; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

ROSSINI, Rosa Ester. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária**, v. 4, n. 8, p. 5-28, 2009.

RUBIN, Gayle. El Tráfico de Mujeres: Notas sobre la “Economía Política” del sexo. **Revista Nueva Antropología**, v. 8, n. 30, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, 2010.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 54, 1977.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Weudiney Rodrigues. A importância da feira central da cidade de Goiás (GO) como espaço de resistência do trabalho camponês. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 11., 2015. **Anais...** Presidente Prudente (SP), 2015.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás- 2005**. Goiânia: SEPLAN, 2005.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 1, n. 8, p. 31- 45, 2003.

_____. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In.: _____ (Org.). **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009a.

_____. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In.: _____ (Org.). **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009b.

SILVA, Susana Maria Veleza da. A contribuição dos Estudos de Gênero para o compreensão da Geografia do Trabalho: uma pauta para discussão. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n. 4, p. 106-117, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre (RS), v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. **Sobre o camponês do sertão**: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás-GO. 2003. 187p. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2003.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A longa caminhada**: A (Re)Construção do Território Camponês em Promissão. 1999. 200p. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 1999.

SOUZA, Francilane Eulália de. **As “geografias” das escolas no campo do município de Goiás**: instrumentos para a valorização do território camponês?. 2012. 380p. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2012.

SOUZA, Francilane Eulália *et. al.* Do assentamento Mosquito ao assentamento Serra Dourada: lutas pela conquista e permanência na terra no município da cidade de Goiás. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 19., 2009. **Anais...** São Paulo (SP), 2009.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSOA, Vera Lúcia Salazar. Diagnóstico Rural Participativo (DRP): um instrumento metodológico qualitativo em Geografia. In.: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSOA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p.199-220.

TEDESCHI, Losandro Antônio. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas no Brasil: Uma ferramenta necessária. **Anuario de Hojas de Warmi**, n. 15, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1987.

TURRA NETO, Nécio. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **RE’EGA**, n. 23, 2011.

VALENCIANO, Renata Cristiane. **A participação da mulher na luta pela terra**: discutindo relações de classe e Gênero. 2006. 143p. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2006.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klass. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da Lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Klaas. 1990. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília/Rio de Janeiro, EDUNB/Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

APÊNDICES



APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM CAMPONESAS E CAMPONESES DO ASSENTAMENTO SERRA DOURADA

ACESSO A TERRA

Questão 01: Em que ano veio para o Assentamento?

Questão 02: Onde morava antes de vir para o assentamento (local, município, em que trabalhava)?

Questão 03: A parcela está em nome de quem?

Questão 04: Como obteve a parcela?

Questão 05: Participou das manifestações de reivindicação pela terra? Como eram as manifestações? Tinha alguma função específica? Havia um/a líder?

Questão 06: As manifestações eram organizadas por algum movimento (MST, MPA)?

Questão 07: Ficou em acampamento? Por quanto tempo? Como era a vida no acampamento?

Questão 08: Caso tenha vivido no acampamento: Como era obtido o sustento da família? Você contribuía de que forma?

Questão 09: Você tinha alguma função específica no acampamento? Havia divisão de tarefas?

Questão 10: O que a terra significa para você? Mudaria do Assentamento? Por quê?

POLÍTICAS PÚBLICAS

Questão 01: Teve acesso ao Pronaf? (Quando recebeu, valor e destino)

Questão 02: Teve acesso a outro financiamento? (Qual, quando recebeu, valor e destino)

Questão 03: Teve acesso ao Pronaf Mulher? (Pergunta direcionada à mulher ou homens que possuem companheira) – (Quando recebeu, valor e destino)

A VIDA NO ASSENTAMENTO

Questão 01: O que é produzido na parcela?

Questão 02: Esses produtos são somente para autoconsumo ou são comercializados? (Quais são para comercialização?).

Questão 03: O que mais contribui para a renda da família? (Primeiro a quinto lugar)

Questão 04: Quanto recebe pela venda desses produtos?

Questão 05: Onde e quem comercializa? Participa da COOPAR?

Questão 06: O que mais consome a renda? (Primeiro a terceiro lugar)

Questão 07: Quem é responsável por administrar a renda? Por quê?

Questão 08 (Para a mulher): Você possui uma renda individual (valor)? Ela é proveniente de que atividade? Com o que gasta?

Questão 09: Quem decide o que vai ser plantado?

Questão 10: Como é a divisão do trabalho na parcela e na horta?

Questão 11: Como é o dia-a-dia na parcela? (O que cada um faz, como é o cotidiano)

Questão 12: Como é o cultivo dos alimentos? (Manejo do solo, controle de pragas e doenças, rotação de cultura).

Questão 13: Quais são as principais práticas de laser? Existe divisão entre o que o homem e a mulher fazem como laser?

Questão 14: Participa de atividades religiosas? (Missas, cultos, folias, novenas, etc.).

Questão 15: Participa de reuniões da cooperativa, do assentamento, da igreja? (Quem? Por quê?).

Questão 16: cite três pontos positivos e três negativos de morar no Assentamento? Gostaria de mudar?

Questão 17: Como visualiza o trabalho da mulher no Assentamento?

Questão 18: Como é ser uma mulher que mora na roça e uma mulher que mora na cidade? Há diferença.



APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)

1 Participação da CPT na luta pela terra em Goiás e na criação do Assentamento Serra Dourada

- 1.1 Como a CPT participou da criação do Assentamento Serra Dourada? (Como a terra foi encontrada? Como foi a seleção das famílias beneficiárias?)
- 1.2 Qual era a proposta inicial de organização do Assentamento? Por que acha que essa proposta não funcionou?

2 Participação da CPT no Assentamento Serra Dourada

- 2.1 De que formas a CPT atua no Assentamento? (Cursos, oferta de sementes, assistência técnica, etc.)
- 2.2 Há atividades direcionadas exclusivamente para as mulheres? Quais?
- 2.3 Qual a importância da mulher no Assentamento? É diferente dos demais Assentamentos?

3 Assuntos diversos

- 3.1 Por meio de Atas de Reuniões da Associação há a informação da proposta do cultivo de hortaliças pela CPT. Por que esse produto?
- 3.2 Algum integrante da CPT acompanhou a extinção da Associação do Assentamento? O que levou a Associação a ser extinta?



APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM COMERCIANTES DA CIDADE DE GOIÁS

- 1 Quais as hortaliças vendidas no estabelecimento?

- 2 De onde são compradas? (Do Assentamento? No CEASA?)

- 3 Caso sejam compradas no Assentamento Serra Dourada:
 - a) Por que compra somente esses produtos?
 - b) Sempre foram compradas no Assentamento?
 - c) Por que começou a comprar nesse local?
 - d) Qual a regularidade de entrega dos produtos? Quais os valores pagos?
 - e) Quais os benefícios e malefícios em comprar os produtos do Assentamento?
 - f) Houve uma mudança no comércio desses produtos após a mudança dos fornecedores?
 - g) De que forma os produtos são expostos no supermercado? Há indicação da origem deles? Por quê?
 - h) Qual a importância na compra desses produtos do Assentamento?



APÊNDICE D



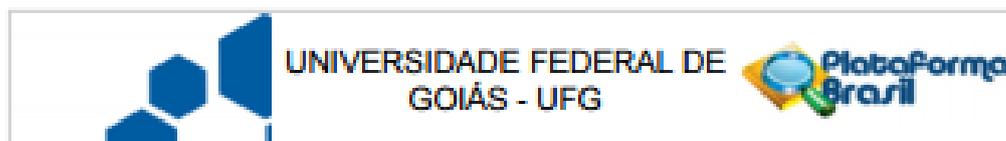
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PESSOAS QUE COMPRAM PRODUTOS DAS
CAMPONESAS E CAMPONESES DO ASSENTAMENTO NA FEIRA**

- 1** Regularidade de frequência na feira.
- 2** Produtos que compra na feira.
- 3** Início da compra desses produtos na feira.
- 4** Como ficou sabendo dessa feira.
- 5** Por que passou a comprar na feira?
- 6** Diferença entre os produtos da feira e do supermercado, diferença das relações de compra e venda.
- 7** Venda dos produtos na feira e relações de gênero (Quem vende, quem é responsável por receber o dinheiro).
- 8** Qual a relação entre as feirantes e/ou os feirantes, como é o ambiente da feira.
- 9** Qual a importância da feira para a cidade, para as camponesas e os camponeses e para você?

ANEXOS

ANEXO 01 – PARECER COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O ESPAÇO SOCIAL DA MULHER CAMPONESA NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO SERRA DOURADA/GOIÁS-GO

Pesquisador: NATALIA LUCAS MESQUITA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 30187014.4.0000.5083

Instituição Proponente: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 957.458

Data da Relatoria: 08/02/2015

Apresentação do Projeto:

O projeto ora apresentado visa "conhecer o espaço social da mulher camponesa na produção de alimentos no Assentamento Serra Dourada", localizado no município de Goiás-GO, sob uma perspectiva crítica das relações de gênero no campo. Na pesquisa, de cunho qualitativo, a proponente espera "compreender o espaço social da mulher no campesinato [...] contribuindo para o fortalecimento da discussão de gênero na geografia e para as reflexões sobre o conceito de gênero na geografia".

Objetivo da Pesquisa:

Compreender o espaço social das mulheres camponesas na produção de alimentos para autoconsumo no assentamento Serra Dourada/município de Goiás-GO.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora entende que a pesquisa não oferece riscos, vindo a contribuir, de maneira positiva, para o empoderamento das mulheres camponesas e fortalecimento das discussões de gênero associadas ao debate de espaço social, relevante para o campo da geografia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

No que tange ao desenvolvimento metodológico, a pesquisadora define como sujeitos de pesquisa 15 (quinze) mulheres, maiores de 18 anos, que integram, respectivamente, 15 (quinze) famílias

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
 Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970
 UF: GO Município: GOIÂNIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.pplufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 067.458

(unidades camponesas) assentadas. Determina, ainda, como partes do trabalho de campo as seguintes etapas: aplicação de questionário (informações básicas sobre as mulheres e as famílias); caminhada transversal; mapeamento participativo (percepção das pesquisadas sobre o espaço); entrevistas semi-estruturadas. Da última etapa participarão apenas as mulheres que atendam os critérios de inclusão, tais como liderança, engajamento, participação em programas de governo, entre outros. Embora estejam esclarecidos os critérios de inclusão/exclusão para participação na última etapa da pesquisa de campo, o mesmo não acontece com relação à seleção inicial das 15 (quinze) mulheres que deverão responder ao questionário.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresentou a seguinte documentação: Folha de Rosto do CEP, Termo de Compromisso assinado pelos/as pesquisadores/as envolvidos/as, Projeto de Pesquisa detalhado, TCLE e Projeto de Pesquisa com cronograma adequado, instrumentos de coleta de dados e orçamento viável custeado pela própria pesquisadora. Quanto ao TCLE, informa, em linguagem clara, dados necessários à compreensão dos objetivos da pesquisa e da participação das mulheres a serem pesquisadas. Explicita, ainda, sua identificação como pesquisadora, situando as envolvidas no que se refere à participação voluntária, à garantia do anonimato, aos riscos e benefícios da pesquisa.

Recomendações:

Incluir no TCLE o campo para assinatura datiloscópica, em caso de mulheres não letradas. Neste caso deverá ter abaixo local para assinatura de duas testemunhas que não sejam da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se que trata de pesquisa de significativa relevância para o campo das ciências sociais, especialmente da geografia, e dos estudos sobre mulheres, e que atende às determinações legais no que tange aos critérios éticos exigidos para a pesquisa que envolve seres humanos.

Situação do Parecer:

Aprovado

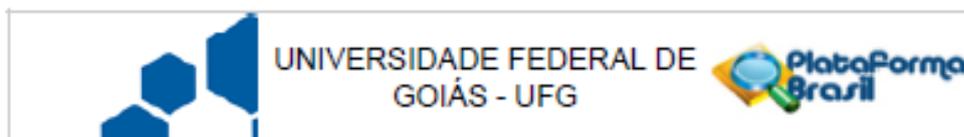
Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que a Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
 Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.ppl.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 957.458

Importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que a pesquisadora responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS nº. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para março de 2016 .

GOIANIA, 20 de Fevereiro de 2015

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador)

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.ppi.ufg@gmail.com